



MINISTÉRIO DE  
MINAS E ENERGIA



### RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

#### 1. INTRODUÇÃO

##### 1.1 Resumo executivo da empresa e do relatório

Bem-vindos ao Relatório da Administração da NUCLEP Equipamentos Pesados S/A para o exercício de 2023. Este documento é uma janela de oportunidade para falarmos um pouco mais sobre nossas operações, estratégias e compromissos. Como parte essencial de nossa comunicação transparente, não somente ao nosso único acionista, a União, representada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), como também aos demais stakeholders, ele reflete nossa dedicação à excelência e ao desenvolvimento sustentável.

Neste relatório, apresentamos um resumo de nosso desempenho no último ano, enfatizando os avanços significativos e os desafios superados. O Presidente da Companhia, com sua visão estratégica, compartilha *insights* sobre a jornada da empresa e nosso posicionamento para o futuro. Nosso objetivo é fornecer uma visão clara e abrangente da NUCLEP, destacando nossos valores, ética e o compromisso com a qualidade e inovação. Esperamos que este relatório seja uma fonte valiosa de informações e inspiração para todos os nossos stakeholders.

##### 1.2 Objetivo e escopo do relatório

O Relatório da Administração de 2023 da NUCLEP Equipamentos Pesados S/A tem como principal objetivo oferecer uma análise abrangente e transparente de nosso desempenho no ano fiscal de 2023. Este relatório é dedicado a todos os nossos stakeholders - incluindo a União, clientes, colaboradores e a comunidade em geral - proporcionando uma visão clara e detalhada sobre a evolução da empresa, os desafios enfrentados e as conquistas que alcançadas durante este período.

Ao abranger uma ampla gama de tópicos, este documento aborda não apenas nosso desempenho econômico-financeiro, mas também os avanços significativos em nossa governança corporativa. Destacamos nossas práticas sustentáveis e os esforços em responsabilidade social, ressaltando como estes aspectos são fundamentais para o nosso modelo de negócios.

O escopo deste relatório também aborda nossa visão para o futuro, delineando as estratégias que estamos adotando para garantir um crescimento sustentável e contínuo. Através deste documento, buscamos reafirmar nosso compromisso com a excelência operacional, mantendo nossa posição de liderança no mercado de caldeiraria pesada e contribuindo para o avanço econômico do setor em que atuamos.

Este relatório é, portanto, um instrumento chave para entender a posição atual da NUCLEP no mercado, as estratégias que estamos implementando para enfrentar desafios futuros e as oportunidades que vislumbramos à frente. Ele representa nosso esforço contínuo para manter a transparência e a comunicação aberta com todos os nossos stakeholders, reforçando nosso compromisso com a integridade e a responsabilidade corporativa.

##### 1.3 Mensagem do Presidente

"Caros colaboradores, parceiros, e stakeholders,

Ao refletirmos sobre o ano de 2023, é com grande orgulho que destacamos os avanços e realizações da NUCLEP. Este ano foi um marco importante na nossa trajetória, consolidando nosso papel vital no desenvolvimento industrial estratégico do Brasil."

Carlos Henrique Silvas Seixas  
Presidente

#### 2. PERFIL CORPORATIVO

Neste capítulo, exploramos o Perfil Corporativo da NUCLEP Equipamentos Pesados S/A, mergulhando nas raízes da nossa história, nossa evolução e as áreas em que nos destacamos. Abordaremos os principais segmentos de mercado em que atuamos, destacando nossas atividades chave e nossa participação no cenário econômico. Além disso, examinaremos nossa estrutura organizacional e de governança, destacando como nossa liderança e práticas de governança fortalecem nossa visão e estratégia de negócios. Este capítulo oferece uma compreensão aprofundada de quem somos, o que fazemos e como estamos estruturados para o sucesso.

##### 2.1. História e evolução da empresa

A NUCLEP - NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A, fundada em 16 de dezembro de 1975 pelo Decreto nº 76.905, tem uma trajetória marcada pela inovação e pela contribuição estratégica ao Programa Nuclear Brasileiro. Desde o início a empresa se posicionou como uma peça chave na indústria de equipamentos pesados, abrangendo, ao longo de sua história, setores como Nuclear, Defesa, Óleo e Gás, Energia, entre outros.

A empresa, reconhecida como um dos principais aquecedores da economia da região da Costa Verde, desempenha um papel vital em diversos campos de atuação. Seu portfólio inclui projetos significativos como a construção do casco da plataforma P-51 da Petrobras e o desenvolvimento de tecnologias avançadas, como a câmara hiperbárica para exploração em águas profundas. Com uma área total de 1,5 milhão de metros quadrados e instalações industriais imponentes, a NUCLEP se destaca pela sua capacidade de produção e infraestrutura. A fábrica, com capacidade nominal de movimentação de carga de até 600 toneladas, reflete o potencial da empresa para lidar com projetos de grande envergadura.

A NUCLEP também se destaca por sua contribuição ao setor de defesa, especialmente na fabricação de submarinos para a Marinha do Brasil. Através do Programa de Submarinos da Marinha e do Programa Nuclear da Marinha, a empresa se envolveu na construção do primeiro Submarino de Propulsão Nuclear do Brasil, o Submarino Almirante Álvaro Alberto.

A companhia é reconhecida pelos altos padrões de qualidade, possuindo importantes certificações na sua área de atuação. Sua trajetória é marcada pela busca constante pela excelência, inovação e pelo compromisso com o desenvolvimento tecnológico e industrial do Brasil.

Esta rica história e evolução posiciona a NUCLEP não apenas como uma empresa líder em seu setor, mas também como uma entidade fundamental para a soberania nacional.

##### 2.2. Principais atividades e segmentos de mercado

A NUCLEP é reconhecida por sua expertise em caldeiraria pesada, desempenha um papel crucial em diversos setores estratégicos. A empresa se destaca na fabricação de componentes pesados para usinas nucleares, construção naval e *offshore*, além de outros projetos de grande escala.

No setor de energia, a NUCLEP é um ator fundamental, contribuindo para a expansão da matriz energética do Brasil. Na indústria de defesa, a empresa é notável pela produção de componentes complexos para submarinos convencionais e de propulsão nuclear, reforçando a capacidade de defesa e a soberania do país. Além disso, a NUCLEP atua na indústria *offshore*, construindo módulos estruturais para plataformas de petróleo e gás.

A capacidade única da NUCLEP em produção de alta tecnologia contribui significativamente para o desenvolvimento econômico do Brasil. A empresa, alinhada com as diretrizes governamentais, continua focada em atender as metas de gestão, integrando novos produtos com maior valor agregado. Essa abordagem diversificada permite à NUCLEP responder as necessidades emergentes do país, reforçando seu compromisso com o progresso sustentável e a independência tecnológica.

##### 2.3 Interesse Público Subjacente às Atividades Empresariais

A NUCLEP, conforme o Decreto nº 8.945/2016, manifesta seu compromisso com o interesse público alinhando suas operações com políticas públicas essenciais para o Brasil. Estabelecida pelo Decreto nº 76.805/1975, a empresa marca sua importância no progresso industrial e tecnológico do país, focando especialmente no desenvolvimento da matriz energética nacional e na preservação da soberania brasileira.

Essencial para o bem público, a NUCLEP tem um papel crucial na segurança nacional. Conforme seu Estatuto Social, a empresa produz componentes vitais tanto para o setor de energia quanto para o de defesa nacional. Está alinhada com metas estratégicas do país, mantendo o controle estatal sobre operações críticas e assegurando a segurança, a defesa e a soberania do Brasil.

A empresa superou diversos desafios e acumulou várias conquistas. Tornou-se um dos principais fornecedores de equipamentos pesados para a indústria nuclear brasileira, com produtos conhecidos por sua qualidade, segurança e confiabilidade. Esses produtos atendem às necessidades do setor nuclear e contribuem para a geração de energia limpa e segura. Um papel notável da NUCLEP na indústria de defesa é a produção de componentes complexos para submarinos convencionais e de propulsão nuclear, essenciais para a operação segura e eficaz dessas embarcações. O desenvolvimento de submarinos de propulsão nuclear é estratégico para o Brasil, reforçando a capacidade de defesa e a soberania do país.

##### Orientação e Responsabilidade Pública

A NUCLEP, seguindo o artigo 6º de seu Estatuto Social, tem suas atividades orientadas pela União de maneira a endossar o interesse público que justificou sua existência. Esta orientação reflete-se no desenvolvimento de projetos e na adoção de responsabilidades que ultrapassem o escopo das empresas privadas, porém sempre pautadas pela legalidade e pela transparência.

##### Transparência e Conformidade no Uso do RETID pela NUCLEP sob o Artigo 7º do Estatuto Social

A NUCLEP, em conformidade com o Artigo 7º de seu Estatuto Social, assegura transparência no que tange ao uso do RETID (Regime Especial de Tributação para a Indústria de Defesa). Nas notas explicativas nº 26.1 de suas demonstrações contábeis, a empresa apresenta o resultado considerando a incidência do RETID, que tem por objetivo estimular o desenvolvimento de projetos na área estratégica de defesa, especificamente no caso do contrato com a Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - Amazul. Este procedimento não apenas cumpre com as diretrizes de transparência e divulgação exigidas pelo Artigo 7º, mas também proporciona aos stakeholders uma visão clara do papel que o RETID desempenha nas operações da NUCLEP. A empresa destaca como os benefícios fiscais influenciam positivamente a sua rentabilidade e sustentabilidade financeira, ao mesmo tempo em que mantém um compromisso com a gestão fiscal responsável.

Este relato transparente garante que todas as partes interessadas estejam plenamente informadas sobre como a NUCLEP utiliza o RETID para alavancar suas operações, ressaltando a importância do regime para o desenvolvimento contínuo da indústria de defesa nacional, e reafirmando o compromisso da NUCLEP com a conformidade regulatória e a boa governança corporativa.

##### Contribuição para o Desenvolvimento Econômico

Através de sua capacidade única de produção de alta tecnologia, a NUCLEP contribui significativamente para a indústria de base, impulsionando o avanço tecnológico e o desenvolvimento econômico. Esta atuação diversificada permite à empresa responder as necessidades emergentes do país, como a fabricação de equipamentos do Bloco 40, que estão relacionados ao reator nuclear e seus sistemas associados. O desenho desses componentes segue as mesmas dimensões do casco resistente do futuro submarino, assegurando que o protótipo seja uma réplica precisa do que será utilizado no SN-BR - sigla que se refere ao futuro Submarino de Propulsão Nuclear Brasileiro.

##### Certificações e Qualidade

A NUCLEP detém certificações que são testemunhos de sua excelência e compromisso com a qualidade, incluindo a rara e prestigiada ASME III para a fabricação de componentes nucleares. Além disso, possui outras certificações como ASME VIII, ISO9001:2015 e é reconhecida como "Empresa Estratégica de Defesa", o que permite acesso a regimes especiais e tributários, aumentando sua competitividade no mercado.

##### Responsabilidade e Compromisso

Como parte do seu compromisso com o interesse público, a NUCLEP mantém uma gestão transparente e ética, sublinhada pelo seu alinhamento como participante do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção. A responsabilidade da empresa perante a sociedade é refletida em cada etapa de sua operação e em cada produto entregue.

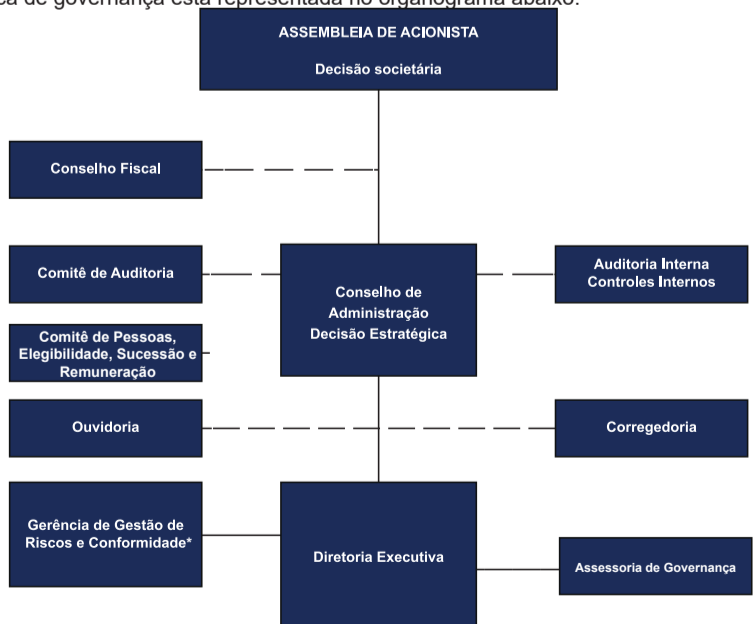
##### Visão para o Futuro

Olhando para o futuro, a NUCLEP se compromete a continuar sua trajetória de inovação e excelência, reforçando sua contribuição para o desenvolvimento sustentável e a independência tecnológica do Brasil. A empresa se mantém focada em atender as metas e prioridades da gestão, sempre com o olhar voltado para o aprimoramento contínuo e a integração de novos produtos com maior valor agregado.

Em suma, a NUCLEP, por meio de suas atividades empresariais e industriais, desempenha um papel fundamental na promoção do interesse público, refletindo a missão e os valores estabelecidos desde a sua fundação, alinhados ao seu Planejamento Estratégico e, ainda, em absoluta observância aos dispositivos do Decreto nº 8.945/2016 e aos artigos 6º e 7º do seu Estatuto Social.

#### 2.4 Estrutura organizacional e de governança

A estrutura sintética de governança está representada no organograma abaixo:



##### Assembleia Geral dos Acionistas

É o órgão supremo por meio do qual os sócios tomam relevantes decisões que irão determinar a forma de conduzir a sociedade, incluindo a prestação de contas e o exercício de transparência pela administração. Ao longo do exercício de 2023, foram realizadas três assembleias, sendo uma ordinária (47ª AGO) e duas extraordinárias (115ª e 116ª AGE), para deliberações de ordem legal, de temas obrigatórios da AGO, bem como de outros assuntos, tratados nas AGES.

##### Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão colegiado encarregado do processo de decisão da organização em relação ao seu direcionamento estratégico. Assim sendo, exerce o papel de guardião dos princípios e valores e do objeto social e sistema de governança da organização.

Em 31/12/2023, a Companhia contava com 7 conselheiros de administração e, ao longo do referido ano, foram realizadas quatorze reuniões (165ª a 176ª e 1ª a 2ª extraordinárias) para deliberação sobre vários assuntos, desde plano de negócios e estratégia de longo prazo até projetos de investimentos.

##### Principais Realizações:

Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – Angra 3: Durante o ano de 2023, a NUCLEP esteve empenhada no processo de fabricação de componentes vitais para a indústria nuclear. Estivemos focados na fabricação de trocadores de calor e do terceiro condensador para a usina nuclear, evidenciando nosso comprometimento com o desenvolvimento de uma energia nuclear segura e eficaz.

Sector de Defesa: Assinamos em 2023 um contrato importante para a construção da Seção de Qualificação do primeiro Submarino Convencionalmente Armado com Propulsão Nuclear (SCPN) do Brasil. Este contrato marca um passo crucial no Programa de Submarinos da Marinha do Brasil (PROSUB), destacando-se como um dos projetos tecnológicos mais significativos do país na área de defesa nacional.

Desempenhamos também um papel crucial no desenvolvimento do Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (LAGENE), o protótipo em terra e em escala real do primeiro submarino com propulsão nuclear do Brasil, sendo responsável pela fabricação do Bloco 40, uma seção essencial onde será alojado o reator nuclear do submarino. Em 2023, a empresa fabricou relevantes partes do Bloco 40 que foram transportadas até Aramar a fim realizar o processo de montagem em campo para entrega à Marinha do Brasil. O trabalho da Nuclep nesse contrato é um exemplo notável do impacto que a indústria brasileira pode ter no desenvolvimento de tecnologias avançadas e na promoção da soberania nacional.

Projetos Diversificados: Concluímos a fabricação de Estruturas Metálicas para Torres de Transmissão de Energia, a Manutenção Preventiva da Autoclave Basculante e a fabricação da Torre de Lavagem N-3405 para a Refinaria Presidente Bernardes e a fabricação de Vaso de Pressão para a Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP) da Petrobras, no Rio Grande do Sul.

##### Compromisso com Qualidade e Segurança:

Mantivemos nossas certificações, incluindo a ASME III, ISO 9001:2015 e CNEN 1.16, demonstrando nosso compromisso contínuo com a qualidade e a segurança.

##### Planejamento Estratégico e Governança:

Revisamos e aprovamos nosso planejamento estratégico, nos preparando para enfrentar os desafios futuros. Mantemos nosso compromisso com a transparência e a integridade, alinhados ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção.

##### Agradecimentos:

Expresso minha sincera gratidão a todos os colaboradores, parceiros, fornecedores, membros dos conselhos e comitês, e autoridades governamentais, com uma menção especial ao Ministro de Minas e Energia. Um reconhecimento especial também é devido aos nossos funcionários pela sua dedicação incansável.

Como dirigente máximo da NUCLEP, asseguro a integridade deste relatório, que reflete precisamente nossos esforços e conquistas em 2023.

Olhando para 2024, estamos confiantes de que as bases estabelecidas nos guiarão para um futuro promissor, reafirmando nosso compromisso com o progresso sustentável do Brasil.

Atenciosamente,

Carlos Henrique Silvas Seixas  
Presidente

##### Composição do Conselho de Administração em 31/12/2023

Nome	Cargo	Representante
Luis Guilherme Parga Cintra	Presidente	Ministério de Minas e Energia
Almirante de Esquadra Petronio Augusto Siqueira de Aguiar	Membro	Comando da Marinha do Brasil
Carlos Henrique Silva Seixas	Membro	Presidente da NUCLEP
Rodrigo Botelho Campos	Membro	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
Fábio de Rezende Scarton Coutinho	Membro	Membro Independente
Luiz Henrique Caroli	Membro	Comando da Marinha do Brasil
João Henrique Daniel	Membro	Empregados da NUCLEP

##### Conselho Fiscal

Eleitos periodicamente pela Assembleia Geral, o Conselho Fiscal funciona em caráter permanente e atua como órgão autônomo e fiscalizador dos atos de gestão da Alta Administração da Companhia.

Em 31/12/2023, a Companhia contava com 3 conselheiros fiscais e, ao longo do referido ano, foram realizadas treze reuniões, sendo doze ordinárias (269ª a 280ª) e uma extraordinária (5ª), no âmbito das atribuições deste conselho.

##### Composição do Conselho de Fiscal em 31/12/2023

Nome	Cargo	Representante
Isabel Terra Siebra de Sousa	Presidente	Tesouro Nacional
Brenno Leopoldo Cavalcante de Paula	Membro	Ministério de Minas e Energia
Fabiana Gazzoni Cepeda	Membro	Ministério de Minas e Energia

##### Diretoria Executiva

É composta por 4 (quatro) Diretorias - Presidente, Diretor Administrativo, Diretor Industrial e Diretor Comercial - eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração. No ano de 2023, foram realizadas vinte e cinco Reuniões da Diretoria Executiva - RDE (725ª a 749ª).

##### Diretoria Executiva em 31/12/2023

Nome	Cargo
Carlos Henrique Silva Seixas	Presidente
Nicola Mirto Neto	Diretor Comercial
Oscar Moreira da Silva Filho	Diretor Administrativo
Sérgio Augusto Alves Fernandes	Diretor Industrial

##### Comitê de Auditoria

É composto por 3 (três) membros eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração. Ao longo do exercício de 2023, foram realizadas vinte e quatro Reuniões do Comitê de Auditoria - COAUD (110ª a 133ª).

##### Comitê de Auditoria em 31/12/2023

Nome	Cargo
Luciano Campos Frade	Presidente
Francisco Clerton Ramos Barreto	Membro
Luis Odair Azevedo Gomes Raymundo	Membro

##### Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração

O Comitê (estatutário) visa assessorar os acionistas e o Conselho de Administração nos processos de indicação, de avaliação, de sucessão e remuneração dos administradores, conselheiros fiscais de demais órgãos estatutários. É composto por 3 (três) membros, integrantes do Conselho de Administração ou do Comitê de Auditoria, sem remuneração adicional, ou por membros externos remunerados. Em 2023, foram realizadas dezenove Reuniões do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (80ª a 98ª).

##### Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração em 31/12/2023

Nome	Cargo
Adilson Dias Oliveira	Presidente
Fábio Rezende Scarton Coutinho	Membro
Francisco Clerton Ramos Barreto	Membro

##### Auditoria Interna

A Auditoria Interna é uma unidade de governança da NUCLEP, prevista no Estatuto Social, vinculada e subordinada diretamente ao Conselho de Administração, administrativamente ao Presidente e, em sua atuação, está sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica da Controladoria-Geral da União (CGU).

Este órgão tem a responsabilidade de monitorar, avaliar e realizar recomendações visando a aperfeiçoar os controles internos e as normas e os procedimentos estabelecidos pelos administradores.

##### O Auditor Geral da NUCLEP é o Sr. Ronaldo Rabello Sampaio

(ronaldo.sampaio@nuclep.gov.br).

##### Ouidoria

A Ouvidoria é uma unidade interna de governança da NUCLEP, prevista no Estatuto Social, vinculada ao Conselho de Administração e, administrativamente, ao Presidente da NUCLEP, resguardada a sua independência funcional no âmbito de suas atribuições, e é responsável pelo aprimoramento das relações da empresa com seus públicos interno e externo em suas diferentes instâncias administrativas.

A Ouvidoria tem por finalidade, dentre outras:

- Prover a mediação entre o manifestante e a empresa para garantir que demandas tais como denúncia, reclamações, sugestões, elogios ou outras de diversas naturezas que tratam sobre os processos e trabalhos desenvolvidos pela Empresa, sejam transparentemente respondidos;
- Buscar, em parceria com as demais áreas da empresa, soluções e/ou esclarecimentos para as manifestações a ela submetidas, visando o adequado atendimento ao manifestante, bem como o contínuo aprimoramento da Empresa;
- Detectar, analisar, monitorar e reportar possíveis riscos à Empresa decorrentes de denúncias, reclamações ou de outras manifestações que possam contribuir para o fortalecimento da imagem, reputação e sustentabilidade da Empresa;
- Acolher, tratar e prover resposta, em mediação com as demais áreas da organização, às manifestações (denúncias, reclamações, solicitações, sugestões ou elogios) a ela submetidas, acompanhando o andamento de todas as etapas, desde a sua emissão formal até a conclusão da mediação das questões e consequente resposta ao manifestante;
- Reportar diretamente ao Conselho de Administração da NUCLEP e demais partes interessadas, o recebimento e monitoramento de denúncias e de outras manifestações que identifiquem possíveis riscos, em parceria com a Gestão de Risco e Conformidade e a Comissão de Ética da Empresa;
- Promover o cumprimento dos prazos e da transparência e qualidade das respostas fornecidas pela Ouvidoria, em nome da Empresa, solicitando das áreas envolvidas o pronto subsídio para o atendimento tempestivo das manifestações em apreço;
- Administrar o Serviço de Informação ao Cidadão da NUCLEP, nos termos da Lei nº 12.527/2011, zelando pelo seu cumprimento e buscando o seu aprimoramento constante, em especial quanto à transparência ativa e passiva, tendo em vista promover o amplo acesso às informações públicas de interesse, seja por solicitando individual ou coletivo;
- Zelar pelo aprimoramento da qualidade do relacionamento da NUCLEP com seus públicos de interesse.

O Ouvidor é o empregado público Sr. Olindino Cerqueira de Sousa (olindino.sousa@nuclep.gov.br).

##### Corregedoria

A Corregedoria é a Unidade Seccional do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, que tem como Órgão Central do Sistema de Correição a Controladoria-Geral da União, e é responsável pelas atividades relacionadas à prevenção de irregularidades e apuração de responsabilidade, no âmbito da NUCLEP, por meio de instauração e condução de procedimentos correcionais.

A Corregedoria-Seccional é uma unidade interna de governança da NUCLEP, prevista no Estatuto Social, vinculada e subordinada diretamente ao Conselho de Administração, administrativamente ao Presidente e, em sua atuação, está sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica da Corregedoria-Setorial do Ministério Supervisor.

A Corregedoria-Seccional tem por finalidade, dentre outras, previstas no seu regimento:

- Coordenar as atividades correcionais, sob sua responsabilidade, com as atividades dos demais integrantes do Sistema de Correição; organizando e fornecendo informações sobre os processos em curso, participando de atividades conjuguadas com os demais integrantes e sugerindo medidas de aprimoramento para o melhor funcionamento do sistema correcional;
- Exercer a supervisão do funcionamento e execução dos processos e procedimentos correcionais no âmbito da NUCLEP, quais sejam: Investigação Preliminar, Inspeção, Sindicância, Termo Circunstanciado Administrativo - TCA, Termo Circunstanciado Administrativo - TCA, Termo Ajustamento de Conduta - TAC, Processo Administrativo Geral, Processo Administrativo Disciplinar, e
- Recomendar a instauração dos processos e procedimentos disciplinares que se façam necessários.

O Corregedor-Seccional é o empregado público Sr. Leandro de Carvalho Pereira (leandro.carvalho@nuclep.gov.br).

##### Assessoria de Governança

A Presidência conta com o apoio de uma Assessoria de Governança para aprimorar o funcionamento do sistema de governança, a qual compete, dentre outras atribuições, as seguintes:

- Prestar assessoramento e apoio administrativo ao Presidente da NUCLEP;
- Planejar, agendar, organizar e prestar apoio nas Assembleias Gerais de Acionistas, nas reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e nos Comitês Estatutários, sob as orientações do Presidente da NUCLEP;
- Secretariar as Assembleias Gerais, as reuniões do Conselho de Administração, as reuniões da Diretoria Executiva e dos Comitês Estatutários, lavrando as suas respectivas atas;
- Desenvolver, aprimorar, supervisionar e atuar na gestão da estrutura de governança da Companhia, zelando pela sua constante atualização com a adoção das melhores práticas;
- Recomendar ao Presidente os ajustes e melhorias na adoção das melhores práticas de governança na Companhia, sempre que julgar necessário;
- Contribuir no processo de elaboração do relatório anual de administração e nos procedimentos gerais de avaliação, nos aspectos referentes à governança da Companhia;
- Participar do desenvolvimento de campanhas institucionais e materiais de comunicação corporativa relativos à área de governança da Companhia, elaborados pela área de comunicação;
- Gerenciar a realização da avaliação anual dos administradores e membros de Comitês;
- Contribuir na elaboração da proposta da Carta Anual do Conselho de Administração;
- Supervisionar e zelar pelo fiel cumprimento das disposições do Estatuto Social da Companhia;
- Acompanhar o cumprimento das diretrizes estabelecidas nos Regimentos Internos dos órgãos estatutários, no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e nas demais políticas estratégicas e normativas internas institucionais;
- Zelar pela integração e bom funcionamento entre todos os órgãos estatutários da NUCLEP;

A Assessora de Governança é a empregada pública Sra. Patrícia Mastrangelo Bizzotto Villar

(patricia.mastrangelo@nuclep.gov.br).



MINISTÉRIO DE  
MINAS E ENERGIA



**Gerência de Gestão de Riscos e Conformidade**

A Presidência conta com o apoio de uma Gerência de Gestão de Riscos e Conformidade para aprimorar o funcionamento do sistema de riscos e conformidade, a qual incumbe, dentre outras atribuições, as seguintes:

- Propor políticas de Conformidade e Gerenciamento de Riscos para a Companhia, as quais deverão ser periodicamente revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração;
- Verificar a aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços da Companhia às leis, normativos, políticas e diretrizes internas e demais regulamentos aplicáveis;
- Comunicar à Diretoria Executiva, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria a ocorrência de ato ou conduta em desacordo com as normas aplicáveis à Companhia;
- Verificar a aplicação adequada do princípio da segregação de funções, de forma que seja evitada a ocorrência de conflitos de interesse e fraudes; e
- Verificar o cumprimento do Código de Conduta e Integridade, conforme art. 18 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, bem como promover treinamentos periódicos aos empregados e dirigentes da Companhia sobre o tema.

O Gerente de Gestão de Riscos e Conformidade é o empregado público o Sr. Gustavo Domingos Pereira (gustavo.domingos@nuclep.gov.br).

**Comissão de Ética**

Em que pese não se tratar de órgão estatutário, tem papel relevante na estrutura de governança da Companhia, motivo pelo qual fazemos aqui um destaque. A Comissão de Ética da NUCLEP foi formada com o intuito de reforçar o compromisso da empresa com princípios éticos. Para isso, foram estabelecidos alguns objetivos principais:

- Estruturar a Comissão de Ética, definindo suas responsabilidades e deveres no contexto da ética pública;
- Aumentar a relevância da Comissão dentro da empresa;
- Garantir que a Comissão seja reconhecida e respeitada tanto pelos funcionários da NUCLEP quanto pelo público em geral; e
- Promover campanhas educativas sobre ética, focando em prevenção, consultoria e educação.

A Comissão alinha suas ações com os valores da NUCLEP, que incluem ética, transparência, respeito, qualidade, sustentabilidade, confiabilidade e excelência. Com base nesses valores, foi elaborado um plano de trabalho para o ano de 2023. Esse plano envolve treinamentos, garantia de transparência e o bom funcionamento da Comissão.

Para assegurar transparência, a Comissão trabalhou em parceria com outros setores da empresa e com os líderes dos times. Esse esforço melhorou a relação entre a Comissão e os funcionários, resultando em uma nova identidade visual com o tema "Juntos pela Ética".

O foco principal da Comissão é educar e prevenir problemas éticos. Por isso, foram organizados treinamentos para os membros da Comissão e para os funcionários em geral. Esses treinamentos abordaram temas como o Código de Ética da empresa, assédio moral e sexual, equidade, campanhas internas e a participação no Diálogo Diário de Segurança.

A equipe da Comissão cumpriu todas as ações planejadas, incluindo a participação em fóruns e seminários sobre gestão ética. Um destaque foi a realização da 165ª Reunião do Fórum Nacional de Gestão Ética nas Empresas Estatais, sediada pela NUCLEP em novembro.

A Presidente da Comissão de Ética da NUCLEP é a empregada pública a Sra. Rosângela Vieira Paes da Silva (rosangelapaes@nuclep.gov.br).

**2.5 Principais Entregas no ano de 2023**

A NUCLEP tem por objeto social projetar, desenvolver, fabricar e comercializar componentes pesados relativos a usinas nucleares, a construção naval e offshore, e a outros projetos.

A tabela abaixo apresenta as principais "entregas" realizadas em 2023, em sintonia com o objeto social da Companhia:

Cliente	Nome do Projeto	Entregas (2023)	Descrição do produto
EKTT - NEOENERGIA	Fornecimento de estruturas metálicas para torres de transmissão de energia	Entrega de 2.254,23 toneladas de estruturas metálicas para torres de transmissão de energia.	Estruturas para linhas de transmissão LT 500KV para o trecho Arinos-Paracatu (Alto Paranaíba) do grupo Neoenergia
SUPERPESA	Loadout de 2 Skids	Utilização do Terminal de Uso Privativo da Nuclep.	Utilização do Terminal de Uso Privativo da Nuclep.
HANSA MEYER	Loadout de 2 Turbo Geradores	Utilização do Terminal de Uso Privativo da Nuclep.	Utilização do Terminal de Uso Privativo da Nuclep.
SUPERPESA	Utilização de infraestrutura fabril para fabricação, movimentação e pintura de 30 bobinas	Utilização de infraestrutura fabril para fabricação, movimentação e pintura de 30 bobinas	Utilização de infraestrutura fabril para fabricação, movimentação e pintura de 30 bobinas
NOV Wellbore Technologies	Tratamento térmico para o processo de de jato e pintura para pintura	Tratamento térmico para o processo de cura de jato e pintura para pintura	Tratamento térmico para o processo de cura e disponibilização de gabinete de jato e pintura para pintura
SUPERPESA	Utilização do Terminal de Uso Privativo da Nuclep	Utilização do Terminal de Uso Privativo da Nuclep	Transbordo de 1 rotor do gerador e um contêiner de armazenamento da ELETRONUCLEAR
MONTO	Torre de Lavagem N-3405	Entrega de 01 (uma) Torre de Lavagem N-3405 para a Refinaria Presidente Bernardes RPBC (PETROBRAS).	Torre de Lavagem do sistema de Blowdown Fechado, da Unidade de Coqueamento de Petróleo (UCP-1), da refinaria Refinaria Presidente Bernardes (RPBC), em Cubatão/SP.
INB	Cilindros 48Y	Reteste de 02 (dois) cilindros 48Y.	Reteste dos Cilindros 48Y, para armazenamento de hexafluoreto de urânio (UF6).
INB	Manutenção da Autoclave Basculante RB11BH701	Realizadas 03 (três) manutenções preventivas da Autoclave Basculante RB11BH701.	Manutenção preventiva da Autoclave Basculante, responsável pela homogeneização do urânio enriquecido. Parte integrante do Sistema de Recomposição Isotópica.
PETROBRAS	Vaso de Pressão V-102	Entrega de 01 (um) acumulador de topo da T-103, denominado Vaso de Pressão V-102, para a refinaria Alberto Pasqualini (REFAP).	O Vaso de Pressão V-102 será utilizado como equipamento substituto na Unidade de Destilação atmosférica da Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP), em Canoas no RS. As unidades de destilação atmosféricas nas refinarias operam com este vaso acumulador, para promover a condensação do vapor de topo e, posteriormente, enviar este condensado para um vaso separador, que separará a nafta (produto de topo) e a água. Parte da nafta separada retorna para a coluna como refluxo interno (ou de topo).

Com origem no Decreto 76.805, de 16 de dezembro de 1975, que autorizou a sua criação, a NUCLEP nasceu voltada para a inovação e tecnologia, com a missão de ser o braço industrial do projeto de ampliação da matriz energética nacional, projetando, desenvolvendo, fabricando e comercializando "componentes pesados relativos a usinas nucleares e a outros projetos correlacionados". Para tanto, tinha o propósito de construir os equipamentos de reposição das usinas nucleares, assim como todos os componentes necessários para as futuras plantas.

É importante ressaltar que o setor nuclear pode ser enquadrado tanto no campo energético (no sentido de ampliação da matriz energética nacional), como também, no de defesa (soberania nacional).

A NUCLEP possui experiência comprovada na fabricação de equipamentos e estruturas de grande porte e de alta qualidade, além das características únicas de sua capacidade instalada, que são fundamentais para a inclusão de novos produtos, com maior valor agregado, contribuindo para o desenvolvimento do país.

**3. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E ECONÔMICO-FINANCEIRO**

Este capítulo é dedicado para o entendimento da saúde econômica e da eficácia operacional da nossa organização. Nesta seção, apresentamos uma análise do desempenho orçamentário, financeiro e contábil.

**3.1 Análise do desempenho orçamentário**

No exercício de 2023 tivemos a execução total dos recursos alocados nas Despesas Discricionárias como se pode ver na Tabela abaixo:

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	VALORES EM R\$ CONTINGENCIADO MME
<b>DISCRICIONÁRIAS</b>					
CUSTEIO	80.448.339,00	157.561.331,00	157.561.331,00	157.561.331,00	17.001,00
INVESTIMENTO	6.853.925,00	6.853.925,00	6.842.454,01	6.842.454,01	-
<b>SUBTOTAL</b>	<b>87.302.264,00</b>	<b>164.415.256,00</b>	<b>164.403.785,01</b>	<b>164.403.785,01</b>	<b>17.001,00</b>
<b>OBRIGATORIA</b>					
BENEFÍCIOS	29.126.430,00	38.981.111,00	35.894.475,09	35.894.475,09	-
SENTENÇAS	4.850.000,00	15.063.758,00	13.066.516,87	13.066.516,87	-
DÍVIDA NÚCLEOS	26.714.046,00	26.714.046,00	24.781.079,30	24.781.079,30	-
PESSOAL	244.560.098,00	264.018.803,00	260.737.954,84	260.737.954,84	-
<b>SUBTOTAL</b>	<b>305.250.574,00</b>	<b>345.317.718,00</b>	<b>334.480.026,10</b>	<b>334.480.026,10</b>	
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>392.552.838,00</b>	<b>509.732.974,00</b>	<b>498.883.811,11</b>	<b>498.883.811,11</b>	<b>17.001,00</b>

Fonte: Diretoria Administrativa

**Comentários:**

Durante o ano, a NUCLEP obteve aproximadamente R\$ 77,12 milhões em créditos suplementares para despesas discricionárias. Estes recursos, fundamentais para a aquisição de insumos necessários para sustentar os contratos em vigor, foram liberados no final de novembro de 2023. Esta alocação tardia dos fundos destaca o elevado nível de planejamento e coordenação entre os diversos setores da NUCLEP, pois, mesmo em pouco tempo, foi possível executar as despesas em um intervalo de tempo relativamente curto, aproximadamente 30 dias.

Além disso, a NUCLEP, após consultas e coordenação com o Ministério de Minas e Energia (MME), procedeu à devolução de dotações orçamentárias nas rubricas de Benefícios em Geral e Pessoal, totalizando R\$ 10,8 milhões. Este valor, semelhante ao devolvido no ano de 2022, foi realocado para outros entes administrativos sob a supervisão do MME, que necessitavam de recursos nessas categorias.

A tabela apresentada, detalhando as Dotações Finais e os Valores Liquidados, ilustra claramente estas movimentações, tanto de créditos quanto de débitos. Essa gestão orçamentária evidencia a responsabilidade e o comprometimento dos gestores da NUCLEP em utilizar de forma eficaz e responsável os recursos públicos destinados à empresa, em linha com as diretrizes de transparência e eficiência que se espera de uma estatal dependente.

**3.2 Análise do desempenho contábil**

A NUCLEP é uma estatal dependente na forma da lei e suas atividades operacionais são custeadas com Recursos Orçamentários oriundos do Tesouro Nacional e de Fonte Própria gerado pela sua atividade industrial.

A receita bruta de vendas e serviços em 2023 registrou um incremento de quase 1% em comparação com o ano anterior, passando de R\$43,68 milhões em 2022 para R\$44,03 milhões em 2023. Este crescimento, embora modesto, é um indicativo positivo da capacidade da empresa em manter e expandir suas operações em um ambiente econômico desafiador. Este desempenho é claramente ilustrado no quadro abaixo, que proporciona uma visão transparente e detalhada do progresso financeiro da NUCLEP.

	R\$ '000	
Receita por cliente	2023	2022
Amazul	R\$ 4.182,53	R\$ 16.422,04
EletroNuclear	R\$ 9.325,85	R\$ 14.340,11
CTMSP	R\$ 195,59	R\$ 8.311,94
EBSE	R\$ 0,00	R\$ 64,17
Petrobras	R\$ 359,09	R\$ 0,00
Neoenergia	R\$ 8.026,13	R\$ 0,00
EKTT 9	R\$ 14.068,42	R\$ 0,00
INB	R\$ 669,92	R\$ 249,62
FRANK'S	R\$ 778,43	R\$ 1.778,57
SUPERPESA	R\$ 2.326,67	R\$ 2.306,01
Monte	R\$ 3.831,43	R\$ 0,00
Outros	R\$ 270,00	R\$ 211,32
<b>Total da Receita Operacional Bruta</b>	<b>R\$ 44.034,06</b>	<b>R\$ 43.683,78</b>

Fonte: Diretoria Administrativa

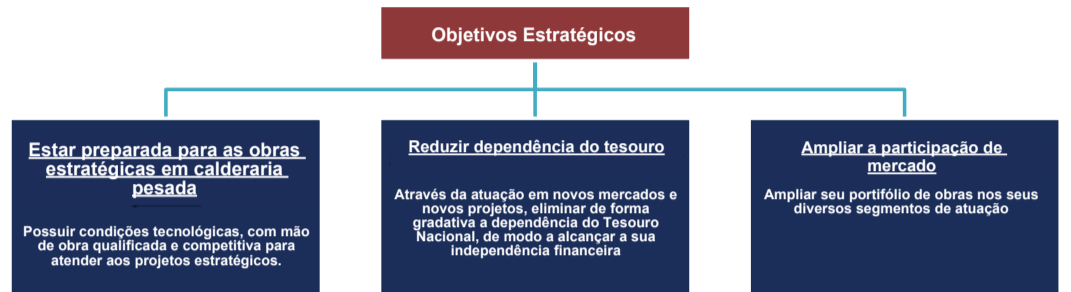
Este resultado positivo pode ser atribuído à proatividade, à sinergia entre os diferentes setores da empresa, à agilidade operacional, ao empenho contínuo de sua força de trabalho e à busca incessante por novas oportunidades de geração de receita. Esses esforços culminaram no maior faturamento registrado nos últimos anos da NUCLEP, alcançando R\$70,15 milhões. Este sucesso é resultado direto dos contratos estabelecidos nas quatro principais áreas de atuação da empresa: Nuclear, Defesa, Óleo e Gás, Energia.

Embora a NUCLEP tenha alcançado o maior faturamento de sua história e notado um leve incremento na receita operacional bruta de 2022 para 2023, o exercício de 2023 encerrou com um prejuízo contábil de aproximadamente R\$ 107 milhões. É importante ressaltar que esse prejuízo não foi fruto apenas da reavaliação crítica apontada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), conforme delineado no Parecer SEI nº 823/2023/MF. Na realidade, o prejuízo é consequência de uma série de ajustes e decisões que foram identificados como necessários pela equipe técnica da NUCLEP e posteriormente validados pelos órgãos estatutários da empresa.

Esses ajustes foram implementados com o objetivo de garantir um balanço mais transparente e alinhado às melhores práticas de contabilidade, mantendo estrita aderência aos manuais de contabilidade e aos Pronunciamentos Contábeis (CPCs). Dentro desses ajustes, o relacionado à recomendação da PGFN foi apenas um entre vários. A NUCLEP, após uma cuidadosa avaliação técnica e sob a devida consideração de seus órgãos estatutários, entendeu que a revisão sugerida pela PGFN era absolutamente pertinente e necessária para a integridade de suas demonstrações financeiras. Esse lançamento, embora importante, faz parte de um conjunto mais amplo de ações tomadas pela empresa para assegurar a precisão e a transparência de sua situação financeira.

**3.3 O que espera para o Orçamento de 2024**

Do ponto de vista orçamentário para suportar o atendimento dos objetivos estratégicos aprovados em outubro de 2023, em especial a redução da dependência de recursos do Tesouro Nacional, um dos três macro objetivos estratégicos, diversas ações foram empreendidas no último trimestre de 2023 visando preparar a NUCLEP para o ano de 2024.



Dentre as iniciativas, podemos citar:

- Antecipação de compras de insumos para os contratos em andamento e os celebrados no final do ano de 2023;
- Melhoria de processos de apropriação dos custos fabris;
- Ampliação das fontes de obtenção, com vistas a comprar insumos ainda naquele exercício para etapas a serem cumpridas com preços mais vantajosos, abrindo oportunidades para desonerar o orçamento de 2024;
- Aprimoramento do planejamento de ações, de modo a estar preparado para a possibilidade de recebimento de recursos suplementares em 2024 e utilizá-lo em benefício da atividade fabril, como tem acontecido nos anos anteriores; e
- Melhoria significativamente da execução orçamentária da NUCLEP, mantendo a expectativa de se romper a marca de 100 milhões em faturamento, mesmo com um valor de Orçamento Anual inicial aprovado menor em cerca de 16% do executado em 2023, como se vê na tabela abaixo:

Tabela Orçamentária 2023 Versus LOA 2024

	ORÇAMENTO FINAL 2023	LOA 2024	VARIÇÃO	VARIÇÃO %
PESSOAL	264.018.803,00	268.077.839,00	4.059.036,00	1,54%
DEP. RECURSAIS	550.000,00	576.673,00	26.673,00	4,85%
SENTENÇA PESSOAL	10.300.000,00	6.147.848,00	-4.152.152,00	-40,31%
SENTENÇA CUSTEIO	4.753.758,00	814.549,00	-3.939.209,00	-82,87%
DÍVIDA NÚCLEOS	26.714.046,00	25.063.835,00	-1.650.211,00	-6,18%
BENEFÍCIOS	38.981.111,00	30.785.372,00	-8.195.739,00	-21,02%
<b>SUBTOTAL OBRIGATORIAS</b>	<b>345.317.718,00</b>	<b>331.466.116,00</b>	<b>-13.851.602,00</b>	<b>-4,01%</b>
CUSTEIO/CAPTAÇÃO/CUSTEIO INFORM.	157.561.331,00	89.807.811,00	-67.753.520,00	-43,00%
INVESTIMENTO	6.853.925,00	7.192.189,00	338.264,00	4,94%
<b>SUBTOTAL DISCRICIONARIAS</b>	<b>164.415.256,00</b>	<b>97.000.000,00</b>	<b>-67.415.256,00</b>	<b>-41,00%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>509.732.974,00</b>	<b>428.466.166,00</b>	<b>-81.266.858,00</b>	<b>-15,94%</b>

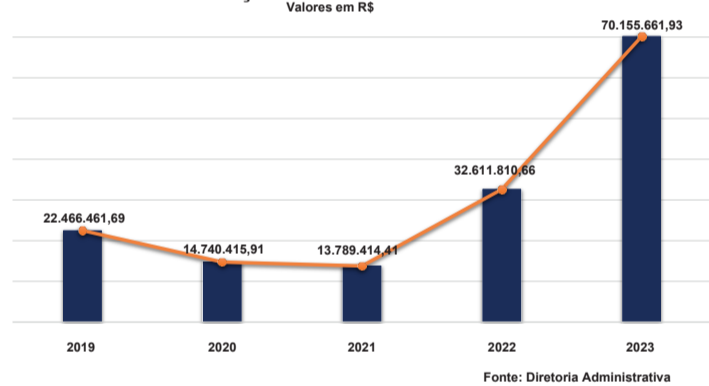
Fonte: Diretoria Administrativa

As atividades e tarefas empreendidas pela Empresa em 2023 para atuar nas quatro vertentes da sua esfera de execução, Nuclear, Defesa, Óleo e Gás e Energia (na construção de linhas de Transmissão), em conformidade com as ações estratégicas definidas pela Alta administração da NUCLEP e consolidada no seu Planejamento Estratégico, revisado no final de 2023, associado com o comprometimento da sua Força de Trabalho, sinalizam para um resultado em 2024 ainda não alcançado pela NUCLEP nos últimos anos:

**Um faturamento superior a R\$100 milhões.**

Apresenta-se abaixo um histórico do Faturamento da Companhia:

**EVOLUÇÃO DO FATURAMENTO**



Fonte: Diretoria Administrativa

Uma fatura pro-forma (no caso específico, o que chamamos aqui de Faturamento) é um documento que serve como uma declaração preliminar, mostrando os compromissos de venda que uma empresa espera realizar, mas que ainda não se tornaram transações financeiras formais ou definitivas. Na contabilidade, essas transações podem ser registradas sob a rubrica "Obrigações com Clientes" ou "Antecipações de Clientes", que reflete os valores que os clientes se comprometeram a pagar pela entrega futura de produtos ou serviços. As faturas pro-forma não são reconhecidas como receita real, pois não representam uma venda concluída, mas sim uma expectativa de venda; elas são usadas principalmente para fins de planejamento, cumprimento de marcos contratuais e não têm validade fiscal.

**3.4 Análise dos investimentos e do imobilizado**

De acordo com a execução orçamentária de 2022, não ocorreu alteração da Dotação Inicial ao longo do exercício conforme tabela abaixo, encerrando o exercício com uma dotação atualizada para investimentos em R\$ 6.904 mil:

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA DE CAPITAL 2022						
Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas pagas	Saldo Dotação
Investimentos	6.904	6.904	6.904	4.109	4.109	-

Observa-se que do total de R\$ 6.904 mil, foram liquidadas R\$ 4.109 mil, podendo, assim, inscrever em Restos a Pagar não processados o valor de R\$ 2.795 mil e assim foi feito para o próximo exercício, conforme tabela a seguir:

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA DE CAPITAL 2023						
Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas pagas	Saldo Dotação
Investimentos	6.854	6.854	6.842	6.842	6.841	11

Restos a Pagar	Inscrições Exercícios Anteriores		Inscritos em 31/12/2022		RP Liquidados	RP Pagos	RP Cancelados	Saldo
Investimentos	17	2.795	2.795	1.710	1.710	1.710	17	1.085

Os impactos no Balanço Patrimonial após a execução da Lei Orçamentária Anual apresentada acima, e conforme apresentados nas notas explicativas das demonstrações financeiras que compõem este relatório, no que tange aos investimentos realizados foram os seguintes:

- Em 2022, ocorreu um acréscimo de R\$ 4.116 mil, fruto da liquidação da LOA 2022 e inclusão parcial do contrato CB-0277/2021 referente a aquisição de grupo eletrogêneo cujo valor corresponde a R\$ 7 mil.

**MAPA DO ATIVO IMOBILIZADO - 2022**

Classificação	Saldo Inicial	Aquisições	Incorporações/Baixas	Transfêrências Internas	Apropriação de Depreciação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Impairment	Total
Terreno	161.424	-	-	-	-	-	-	161.424
Edifícios	45.366	-	(3.710)	(14.257)	7.954	-	-	35.353
Máquinas e Equipamentos Industriais	50.322	1.112	(278)	1.100	(3.747)	6.518	(926)	54.100
Instalações	4.903	-	(637)	15.778	(9.063)	0	(117)	10.864
Demais Equipamentos	7.395	411	(557)	1.097	(731)	2.654	697	10.966
Tecnologia da Informação	1.612	684	(220)	(20)	(735)	3.906	84	5.311
Móveis e Utensílios	1.834	282	765	2.270	(630)	2.018	158	6.698
Veículos	4	-	-	(568)	(5)	654	-	85
Bens Móveis Ativos	11.146	1.627	-	(5.400)	-	-	-	7.374
<b>Total Geral</b>	<b>284.008</b>	<b>4.116</b>	<b>(4.638)</b>	<b>-</b>	<b>(6.957)</b>	<b>15.751</b>	<b>(105)</b>	<b>292.175</b>

Em 2023, os investimentos no Balanço Patrimonial da Nuclep somaram R\$ 8.542 mil, cuja composição está baseada na liquidação LOA 2023 [c], menos a devolução de R\$ 11 mil [d], em função do processo de ordem de compra não obter ateste do gestor do contrato e, assim, anulando o processo; e na liquidação dos restos a pagar [e].

**MAPA DO ATIVO IMOBILIZADO - 2023**

Classificação	Saldo Inicial	Aquisições	Incorporações/Baixas	Transfêrências Internas	Apropriação de Depreciação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Impairment	Total
Terreno	161.424	-	-	-	-	-	-	161.424
Edifícios	35.353	229	765	0	(513)	-	-	35.834
Máquinas e Equipamentos Industriais	50.322	3.040	327	662	(2.258)	-	-	



MINISTÉRIO DE  
MINAS E ENERGIA



### 3.5 Análise Econômico-financeira

Em relação às demonstrações financeiras, destacamos as principais variações nas contas patrimoniais e de resultado da NUCLEP em 2023:

Contas patrimoniais (R\$ milhões)

item do balanço patrimonial	2023	2022	principais variações
<b>Ativo circulante</b>	223,91	219,69	o aumento de 1,92% é explicado principalmente pelo aumento da rubrica adiantamento a fornecedores que passou de R\$ 2,87 milhões para R\$ 27,90 milhões no período.
<b>Ativo não circulante</b>	330,22	501,15	Redução de 34,11% entre 2022 e 2023. Em relação às subcontas, vale registrar a extinção de R\$ 207,84 milhões do Contas a Receber, pertencente ao Realizável a Longo Prazo, e também a queda referente a conta de Depósitos Recursais Trabalhistas de R\$ 6,89 milhões para R\$ 0,54 milhões. Apesar da variação negativa entre os exercícios, ressalta-se a transferência de R\$ 33,41 milhões de Subvenções para investimentos (retificadora de Ativo) para a subconta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (PL)
<b>Passivo circulante</b>	140,39	152,44	A redução de 7,90% com destaque para Receita de Subvenção a Realizar que passou de R\$ 43,15 milhões para R\$ 3,47 em 2023. Essa rubrica foi destinada para custear os contratos de construção de curto prazo, os quais encontram-se em andamento
<b>Passivo não circulante</b>	313,63	371,61	Queda de 15,60% referente a extinção de R\$ 33,02 milhões da rubrica de Obrigações de Longo Prazo com empréstimos a empresa Indústrias Nucleares do Brasil (INB).
<b>Patrimônio líquido</b>	100,11	196,80	A redução de 49,13% destaca-se o Prejuízo Acumulado que passaram de R\$ 58,90 milhões em 2022 para R\$ 185,84 milhões em 2023. Conforme supracitado, ocorreu a transferência de R\$ 33,41 milhões de Subvenções para investimentos (retificadora de Ativo) para a subconta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (PL)

Contas de resultado (R\$ milhões)

Item da Demonstração do Resultado do Exercício	2023	2022	Principais variações
<b>Receita Operacional líquida</b>	392,31	374,61	O aumento de 4,72% principalmente pelo aumento dos Recursos Orçamentário do Tesouro Nacional que passaram de R\$ 516,11 milhões em 2022 para R\$ 585,52 milhões em 2023. Além disso frisa-se o aumento da Receita de Clientes de R\$ 43,68 milhões em 2022 para R\$ 44,03 milhões em 2023.
<b>Custos dos produtos vendidos + Despesas Operacionais</b>	(553,50)	(373,82)	Houve aumento de 48,07% sobretudo em decorrência das Despesas Administrativas que passaram de R\$ 182,60 milhões de 2022 para R\$ 272,08 em 2023. Serviços/Materiais, cujo valor passou de R\$ 86,27 milhões de 2022 para R\$ 136,79 em 2023.
<b>Lucro líquido do exercício</b>	(128,18)	0,11	O Resultado líquido negativo ocorreu sobretudo pela extinção do Contas a Receber de Longo Prazo.

### Composição da Receita e Grau de Dependência

A Receita Bruta de Vendas e Serviços continuou com tendência de alta no último exercício, tendo sido faturado R\$ 44,03 milhões em 2023 contra R\$ 43,86 milhões em 2022 e R\$ 37,81 milhões em 2021. Como proporção da Receita Operacional Bruta total, esses valores correspondem a 11,6% em 2022 e 12,1% em 2021, que mostra a manutenção do grau de dependência da NUCLEP em relação às subvenções do Tesouro Nacional. No quadro abaixo, é apresentada a proporção das receitas próprias em relação à receita total nos últimos dois exercícios:

Ano	2022	2023
<b>Receita Própria / Receita total</b>	11,60%	11,10%

### 3.6 Desempenho futuro

As perspectivas de celebração de novos contratos no exercício de 2024 montam em R\$100 milhões, distribuídas nos setores de Óleo e Gás (R\$ 42 milhões), Nuclear (R\$ 38 milhões) e Energia (R\$ 20 milhões).

#### Tabela de Novos Contratos 2024

Perspectivas de Vendas (R\$ MM)	
Sector	2024
Defesa	0,00
Nuclear	38,00
Óleo e Gás	42,00
Energia	20,00
Outros	0,00
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Plano de Negócios aprovado na RCA Dez-2023

Como resultado desta expectativa, do ponto de vista financeiro-contábil, a Companhia espera que o faturamento de 2024, considerando os contratos já em curso, atinja R\$124,45 milhões, contribuindo diretamente para que os objetivos estratégicos possam ser alcançados.

#### Tabela de Faturamento 2024

Perspectivas de Faturamento (R\$ MM)	
Sector	2023
Defesa	16,03
Nuclear	96,73
Óleo e Gás	5,00
Energia	6,69
Outros	0,00
<b>Total</b>	<b>124,45</b>

Fonte: Plano de Negócios aprovado na RCA Dez-2023

### 4. GESTÃO DE RISCOS E COMPLIANCE

À Gerência de Riscos e Conformidade compete, entre outras atividades, a de aprimorar o funcionamento do sistema de riscos e conformidade, que inclui o monitoramento contínuo do ambiente de negócios. Além disso, mantemos um diálogo constante com reguladores e outras partes interessadas, assegurando conformidade e antecipação a mudanças normativas. Internamente, promovemos uma cultura de segurança e responsabilidade, reforçando nossos protocolos de segurança e meio ambiente.



#### 4.1 Políticas de gestão de riscos

Adotamos políticas rigorosas de *compliance* e governança, reforçando a cultura organizacional pautada na ética e na legalidade. Estas políticas são aplicadas de maneira transversal em todas as operações, assegurando a integridade e a transparência nas decisões e processos da empresa. Elas são revisadas periodicamente e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia. Todas as políticas encontram-se disponíveis no <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/orgaos-vinculados/nuclep/arquivos-nuclep/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/governanca-corporativa/politicas-estrategicas/politicas-estrategicas>

#### 4.2 Controles internos e compliance com regulamentações

A NUCLEP aprimorou seus sistemas de controle interno nas operações financeiras e administrativas, essenciais para identificar e mitigar riscos, garantindo a eficiência e a conformidade com as normativas vigentes.

#### Auditorias Internas e Externas:

Realizamos auditorias internas regulares para avaliar e aprimorar nossos processos. Além disso, acolhemos auditorias externas, demonstrando nossa abertura à fiscalização e ao controle externo, reafirmando nosso compromisso com a transparência.

A função da Auditoria Interna, que está sob a responsabilidade do Conselho de Administração, inclui várias tarefas. Ela é responsável pela avaliação da efetividade e adequação dos controles internos e dos processos de governança. Propõe também medidas preventivas e corretivas dos desvios detectados; verifica o cumprimento e a implementação pela NUCLEP das recomendações ou determinações da Controladoria Geral da União, do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Conselho Fiscal; e de outras atividades correlatas definidas pelo Conselho de Administração.

#### Treinamento e Capacitação de Funcionários:

Investimos na capacitação contínua de nossos colaboradores, especialmente em aspectos relacionados à gestão de recursos públicos, ética profissional e *compliance*. Essas iniciativas são fundamentais para manter um alto padrão de conduta e eficiência em nossa equipe.

#### Monitoramento e Avaliação de Contratos:

A NUCLEP adotou procedimentos para o monitoramento e a avaliação de contratos, garantindo que estes estejam alinhados com os princípios de economicidade e eficiência, além de estarem em conformidade com a legislação vigente.

#### Transparência e Comunicação:

Mantivemos um alto nível de transparência em nossas operações, com a publicação regular de relatórios exigidos na legislação, estabelecendo uma comunicação clara e efetiva com a sociedade civil.

#### Mecanismos de Correção:

Implementamos mecanismos eficazes de correção para lidar com irregularidades. Estes incluem procedimentos para investigações internas e medidas disciplinares para garantir a responsabilização e a correção de desvios. Com a Corregedoria, que é a Unidade Seccional do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal e que tem como Órgão Central do Sistema de Correição a CGU, desenvolvemos pelas atividades relacionadas à prevenção e apuração de responsabilidade, no âmbito da NUCLEP, por meio de instauração e condução de procedimentos correccionais.

#### Adesão às Diretrizes do TCU, da Lei das Sociedades Anônimas e aos Outros Órgãos Reguladores:

A NUCLEP assegura sua aderência às diretrizes do Tribunal de Contas da União, da Lei das Sociedades Anônimas e de outros órgãos reguladores, adaptando suas práticas de gestão às normativas e decisões mais recentes, como a DN-TCU nº 198 de 2022, para uma gestão eficiente e alinhada às melhores práticas de governança pública.

### 4.3 Acordãos do Tribunal de Contas da União

Este capítulo se dedica a apresentar as medidas adotadas em relação aos indicadores de governança e gestão levantados, a exemplo dos que foram tratados pelo TCU nos Acórdãos 588/2018-Plenário e 2.699/2018-Plenário, como consta das diretrizes do Decisão Normativa - TCU Nº 198, de 23 de Março de 2022, entre outros.

#### 4.3.1 Acórdãos 588/2018-Plenário e 2.699/2018-Plenário

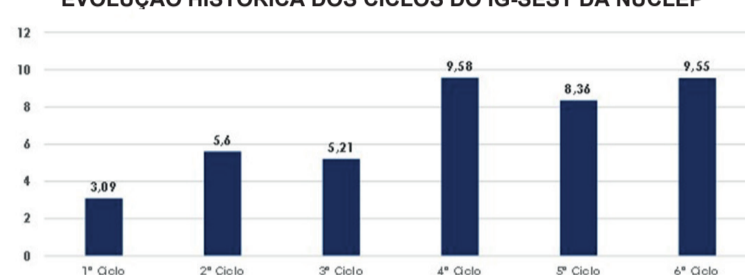
Inicialmente, é importante esclarecer quais foram os assuntos dos Acórdãos 588/2018-Plenário e 2.699/2018-Plenário:

ACORDÃO	ASSUNTO
ACORDÃO 588/2018 - PLENÁRIO	LEVANTAMETNO EM 581 ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL SOBRE GOVERNANÇA E GESTÃO EM 2017. ÍNDICE INTEGRADO DE GOVERNANÇA E GESTÃO (IGG). ÍNDICES DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE PESSOAS (iGovPessoas), DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (iGovTI) E DE CONTRATAÇÕES (iGovContratações). DETERMINAÇÃO, RECOMENDAÇÕES E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES.
ACORDÃO 2699/2018 - PLENÁRIO	RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO, ANÁLISE DA CAPACIDADE DE GOVERNANÇA E GESTÃO EM 526 ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL. APURAÇÃO DOS ÍNDICES DE GOVERNANÇA E GESTÃO EM 2018. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES. ARQUIVAMENTO.

A Diretoria da NUCLEP, em linha com as diretrizes do Conselho de Administração, busca o aperfeiçoamento contínuo do seu sistema de governança como um todo.

O seu sistema de governança já foi objeto de diversas avaliações também da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST do IG-SEST, como se pode observar no quadro a seguir:

#### EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS CICLOS DO IG-SEST DA NUCLEP



O Indicador de Governança – IG-Sest foi criado tendo como o objetivo fundamental acompanhar o desempenho das empresas estatais federais no que se refere ao cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 13.303/2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016, e pelas Resoluções da CGPAR. O 6º Ciclo de Avaliação ocorreu no ano de 2022. Em 2023, a SEST se manifestou no sentido de que o indicador passaria por reformulação, motivo pelo qual não houve avaliação das estatais pelo IG-Sest.

Pode-se afirmar que, diante da evolução apresentada, a NUCLEP é atualmente, quando comparado uma outra empresa em termos de governança, reconhecida publicamente pela sua governança.

Os acordãos em questão foram analisados internamente e, quanto a eles, foram tomadas as providências internas cabíveis.

#### 4.3.2 Acórdão 2.558/2023 - Plenário

Trata-se de um acórdão que expediu comandos à NUCLEP, por meio do OFÍCIO 61958/2023-TCU/Seprac, de 08 de dezembro de 2023, determinando que fosse informado, em tópico específico, no relatório anual de gestão a ser disponibilizado ao TCU (i.e. no presente relatório), quais foram as providências saneadoras adotadas em função das ocorrências aos achados nele indicados:

ACHADO	PROVIDÊNCIA / COMENTÁRIO
baixo grau de aperfeiçoamento de dispositivos organizacionais voltados para estimular a celebração responsável de obrigações ou responsabilidades em condições distintas às aplicáveis às empresas privadas (Achado 10 da FOC), consoante previsto no § 2º, inciso I do art. 8º da Lei 13.303/2016.	A Companhia revisou e fortaleceu suas políticas internas, aprimorou processos de tomada de decisão com implementação de Políticas de Alçadas, aprimorou seus controles internos, tudo com o objetivo de aumentar a transparência e a responsabilidade em suas operações. As evidências sobre as políticas e normas da companhia estão disponíveis no sítio institucional na aba "Governança Corporativa". No que diz respeito à transparência de suas operações, vale indicar não somente este próprio documento, como também, as notas explicativas das demonstrações financeiras do exercício de 2023.
baixo grau de aperfeiçoamento de dispositivos organizacionais voltados para estimular a celebração responsável de obrigações ou responsabilidades em condições distintas às aplicáveis às empresas privadas (Achado 11 da FOC), consoante previsto no § 2º, inciso I do art. 8º da Lei 13.303/2016.	Similar ao Achado 10, este achado também destaca a necessidade de aprimoramento nos dispositivos organizacionais. No entanto, a ênfase aqui é na interação com o Poder Público e a gestão de obrigações e responsabilidades que diferem das práticas comuns no setor privado, também em alinhamento com a Lei 13.303/2016. As evidências do aprimoramento encontram-se disponíveis no sítio institucional na aba "Governança Corporativa". Relevante citar a nota explicativa das demonstrações financeiras que integram este relatório e que trata das operações com as partes relacionadas, onde são disponibilizadas informações detalhadas. A Companhia, vale dizer, possui uma Política de Partes Relacionadas disponível no sítio institucional na aba "Governança Corporativa".
baixo grau de aperfeiçoamento de dispositivos organizacionais voltados para estimular a adequada discriminação e divulgação dos custos e receitas vinculados a condições distintas às aplicáveis às empresas privadas (Achado 12 da FOC), consoante previsto no § 2º.	O foco aqui é na necessidade de melhorar os mecanismos de discriminação (identificação e separação) e divulgação de informações financeiras, especialmente custos e receitas. As notas explicativas, juntamente com as Demonstrações Financeiras do exercício de 2023, são uma evidência do aperfeiçoamento implementado.
inexistência de norma interna eficaz prevendo a composição regular do Conselho de Administração (Achado 31 da FOC), consoante previsto no art. 22, caput e § 3º, da Lei 13.303/2016.	Em 2018, o Conselho aprovou na 114ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 19/11/2018, o Regimento Interno do Conselho de Administração da NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A. – Nuclep, contendo capítulo sobre "composição, mandato e investidura". O regimento citado encontra-se, no momento atual, em fase de revisão para ser deliberado no exercício de 2024. Ademais, o próprio Estatuto Social prevê um capítulo sobre Conselho de Administração com seção sobre a sua composição. São dois normativos existentes que tratam do tema.
inexistência de norma interna eficaz prevendo para os membros independentes do Conselho de Administração a observância dos critérios estabelecidos na Lei 13.303/2016 e no Decreto 8.945/2016 (Achado 31 da FOC), consoante previsto no art. 22, caput e § 3º, da Lei 13.303/2016.	O próprio Estatuto Social, que é uma norma interna, aprovado na 111ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18.02.202, prevê no artigo 19 essa determinação: Art. 19. Os administradores da Companhia, inclusive os conselheiros representantes dos empregados, deverão atender aos requisitos obrigatórios e observar as vedações para o exercício de suas atividades previstas nas Leis nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016. Foi aprovada, também, na 137ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 26.11.2020, a Política de Indicações que trata igualmente do tema e que se encontra, no momento atual, em fase de revisão para ser deliberada no exercício de 2024.

### 4.4 Ataque Cibernético

No ano de 2023, a NUCLEP enfrentou um desafio significativo com um ataque cibernético envolvendo *ransomware*, que impactou gravemente seus sistemas de TI. O incidente resultou na criptografia de dados essenciais, afetando temporariamente as operações da empresa. Respostas rápidas foram implementadas, incluindo notificação às autoridades competentes como a Polícia Federal e órgãos governamentais de segurança cibernética. Em resposta a esse ataque, a NUCLEP adotou uma série de medidas robustas para fortalecer sua infraestrutura de segurança cibernética. Investimentos foram feitos em tecnologias avançadas e na capacitação dos colaboradores para prevenir e responder a futuros incidentes cibernéticos. Essas iniciativas reforçaram significativamente a resiliência da empresa contra ameaças digitais. Desde então, a NUCLEP tem mantido suas operações com segurança e eficiência, demonstrando uma recuperação eficaz e aprimoramento contínuo em suas práticas de segurança cibernética. Este compromisso com a segurança digital reafirma o empenho da NUCLEP em proteger seus ativos vitais e manter a confiança de seus *stakeholders*.

### 5. OBRIGAÇÕES DA COMPANHIA COMO CONTRATANTE

Este capítulo tem o objetivo de detalhar as obrigações da NUCLEP enquanto contratante, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo TCU e pela legislação vigente. Aqui, apresentamos uma visão geral dos contratos celebrados pela empresa, categorizados por segmentos, incluindo informações detalhadas sobre o objeto contratado e as empresas contratadas.

#### Segmento: Refeições

FORNECEDOR	OBJETO	INÍCIO	TÉRMINO	VALOR GLOBAL
TR REFEIÇÕES	Contratação de serviço continuado de preparo de refeições	27/11/2022	26/11/2024	R\$ 10.285.999,20
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 10.285.999,20</b>

Fonte: Diretoria Administrativa

#### Segmento: Transporte

FORNECEDOR	OBJETO	INÍCIO	TÉRMINO	VALOR GLOBAL
UTIL	Fretamento de ônibus para o transporte dos funcionários	20/10/2023	19/10/2024	R\$ 10.395.956,16
RJ LOCAÇÃO	Fretamento contínuo de 3 vans para transporte de empregados	10/1/2024	9/1/2025	R\$ 601.728,05
É EMPREENDIMENTOS	Locação mensal de sedans com motorista e combustível para uso dos órgãos estatutários	11/11/2023	10/11/2024	R\$ 219.813,46
AGM3	Locação mensal de sedans com motorista e combustível para uso dos órgãos estatutários	11/11/2023	10/11/2024	R\$ 513.964,47
AGM3	Locação mensal de veículos de pequeno e médio porte, incluindo motoristas, para transporte de pessoas, materiais e pequenas cargas	1/4/2023	31/3/2024	R\$ 4.731.992,62
PRIME	Manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças e gerenciamento informatizado, sob demanda	23/5/2023	22/5/2024	R\$ 146.277,61
TRIVALE	Contratação de serviço de gestão de frota	23/5/2023	22/5/2024	R\$ 84.319,63
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 16.694.052,00</b>

Fonte: Diretoria Administrativa

#### Segmento: Água

FORNECEDOR	OBJETO	INÍCIO	TÉRMINO	VALOR GLOBAL
GRANA 298 DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Aquisição de água mineral natural em garrafas de 20 litros cada.	24/04/2023	23/04/2024	R\$ 156.625,92
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 156.625,92</b>

Fonte: Diretoria Administrativa



MINISTÉRIO DE  
MINAS E ENERGIA



### Segmento: Protocolo e Telefonia

FORNECEDOR	OBJETO	INÍCIO	TÉRMINO	VALOR GLOBAL
A & D SERVICE	Contratação de serviços contínuos de contínuo, porteiro e recepcionista para atividades de protocolo, recepção e telefonia.	21/11/2023	20/7/2025	R\$ 1.038.822,00
CORREIOS	Contratação de serviços para aquisição de produtos postais e envio de correspondências, incluindo malas diretas e opções internacionais.	19/12/2022	18/12/2027	R\$ 250.000,00
TIM	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal	6/4/2023	5/4/2024	R\$ 455.303,00
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 1.744.125,00</b>

Fonte: Diretoria Administrativa

### Segmento: Engenharia

FORNECEDOR	OBJETO	INÍCIO	TÉRMINO	VALOR GLOBAL
PREVELAR SOLUÇÕES EM ENGENHARIA	Fornecimento/instalação e manutenção de plataforma/elevador	22/6/2022	22/12/2024	R\$ 625.000,00
AJ IMPACTA ENGENHARIA LTDA	Execução da obra de reforma dos banheiros e vestiários do Centro de Treinamento, Prédio de Serviços, Galpão Principal e Galpão Auxiliar.	16/8/2023	15/2/2027	R\$ 3.690.000,00
LDA CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA	Prestação de serviços de impermeabilização na laje do corredor de interligação do Prédio Administrativo e da passarela coberta.	22/10/2023	21/10/2025	R\$ 866.436,88
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 5.181.436,88</b>

Fonte: Diretoria Administrativa

### Segmento: Manutenção Civil

FORNECEDOR	OBJETO	INÍCIO	TÉRMINO	VALOR GLOBAL
FLASH RIO DESENTUPIDORA SERVIÇOS COMERCIO E TRANSPORTE LTDA.	Prestação de serviços, por empresa especializada, de locação e operação de caminhão combinado vácuo - Sewer-Jet.	23/2/2022	22/2/2024	R\$ 17.800,00
ITA RETRO LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA.	Prestação de serviço de locação e operação de máquina retroscavadeira	4/1/2024	3/1/2026	R\$ 74.000,00
COMERCIAL VANGUARDEIRA - EIRELLI	Registro de preços para eventual aquisição de insumos necessários ao setor de Manutenção Civil	9/1/2023	8/1/2024	R\$ 112.811,07
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 204.611,07</b>

Fonte: Diretoria Administrativa

### Segmento: Serviços

FORNECEDOR	OBJETO	INÍCIO	TÉRMINO	VALOR GLOBAL
NOVAERA LIMPEZA URBANA E SERVIÇOS	Serviços de limpeza e conservação predial.	22/1/2024	21/1/2025	R\$ 2.366.122,20
AMBSERVICE SERVIÇOS AMBIENTAIS EIRELLI	Serviços de manutenção das áreas verdes.	15/1/2024	14/1/2025	R\$ 1.415.275,20
SENTINELA A IMÓVEIS LTDA.	Locação de imóvel - Sede da Companhia - sala 613, condomínio Le Monde Office, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ	10/11/2022	10/11/2025	R\$ 252.000,00
SENTINELA A IMÓVEIS LTDA.	Locação de imóvel Sede da Companhia sala 614, condomínio Le Monde Office, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ	10/11/2022	10/11/2025	R\$ 252.000,00
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 4.285.397,40</b>

Fonte: Diretoria Administrativa

Todas as contratações se deram pautadas nos princípios da administração pública e possuem, cada um deles, um gestor e um fiscal, para acompanhamento e monitoramento.

### 6. OBRIGAÇÕES DA COMPANHIA COMO CONTRATADA

Este capítulo destina-se a expor as obrigações da NUCLEP em seus contratos com entidades tanto públicas quanto privadas, com ênfase nas normas do TCU e nas práticas de governança corporativa. Ao lidar com entidades governamentais, a NUCLEP deve assegurar que suas operações e produtos estejam alinhados com os objetivos de desenvolvimento nacional e segurança do setor. Quando contratada por entidades privadas, deve alinhar suas operações às expectativas e objetivos comerciais do contratante, mantendo sempre um compromisso com a ética e a responsabilidade social.

Contratante	Objeto	Data da Assinatura	Data da Assinatura do último aditivo (se houver)	Valor Global	Saldo Contratual em 31/12/2023
CTMSP	Fornecimento de 01 (um) Vaso de Pressão do Reator - VPR	26/04/2013	08/05/2020 - (TA nº02)	R\$ 13.660.030,00	R\$ 9.487.554,22
CTMSP	Fornecimento de 02 (dois) Gerador de Vapor - GVs	26/04/2013	12/12/2023 - (TA nº03)	R\$ 16.922.295,43	R\$ 12.279.745,43
AMAZUL	Conclusão da fabricação e montagem do vaso e estruturas internas da contenção do LABGENE, incluindo as Fases 1 e 3.	11/10/2019	10/01/2024 - (TA nº14)	R\$ 62.326.152,06	R\$ 27.984.368,66
INB	Manutenção da Autoclave	06/12/2022	NA	R\$ 1.811.000,00	R\$ 1.466.000,00
ICN	Industrialização parcial das subseções TR11, TR12, TR16 e TR17	06/09/2023	NA	R\$ 5.000.000,00	R\$ 5.000.000,00
Petrobras	Fornecimento de 18 Estacas Torpedo T-35.	03/10/2023	NA	R\$ 8.192.917,26	R\$ 8.192.917,26
Petrobras	Fornecimento de 106 Estacas Torpedo T-35	13/11/2023	NA	R\$ 28.189.786,37	R\$ 28.189.786,37
NEOENERGIA	Fabricação de 3.325,85 toneladas de estruturas metálicas para torres de linhas de transmissão.	27/07/2023	NA	R\$ 20.767.231,61	R\$ 6.698.813,20
ELETRONUCLEAR	Fornecimento de Suportes Especiais embutidos de 1º estágio - Pacotes M493 e M494	03/05/2011	01/08/2023 (TA nº02)	R\$ 6.385.166,11	R\$ 3.214.474,96
ELETRONUCLEAR	Fornecimento de 3 (três) Condensadores - Pacote M-105	01/07/2010	28/09/2023 (TA nº05)	R\$ 51.749.799,57	R\$ 6.231.105,23
ELETRONUCLEAR	Fornecimento de 9 (nove) trocadores de calor para a Usina de Angra 3 (Pacote M-101)	26/09/2022	NA	R\$ 155.296.515,47	R\$ 117.116.867,15
ELETRONUCLEAR	Fornecimento de área para armazenamento de equipamentos da Usina de Angra 3	12/04/2013	12/12/2022 (TA nº02)	R\$ 8.315.584,50	R\$ 3.653.163,18
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 357.849.246,77</b>	<b>R\$ 229.514.795,66</b>

Os produtos e serviços fornecidos pela NUCLEP estão alinhados com os objetivos de desenvolvimento nacional e a segurança do setor em que opera. Isso significa que a empresa cumpre não somente as obrigações técnicas, mas também garante que suas atividades atendem às necessidades mais amplas da sociedade e contribuem para o bem-estar coletivo.

### 7. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A NUCLEP está firmemente comprometida com uma política de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, focando na melhoria contínua de seu Sistema de Gestão Ambiental. Estamos empenhados em alcançar a certificação ISO 14001:2015, um marco que reflete nosso compromisso com a excelência ambiental. Nossos esforços são direcionados para minimizar riscos e impactos ambientais, assegurando a conformidade legal em todas as nossas operações. Priorizamos a prevenção e mitigação de passivos ambientais, além de dedicarmos-nos à preservação da biodiversidade.

Estes pilares são:



Nossa política ambiental é construída sobre cinco pilares fundamentais, cada um refletindo um aspecto crucial da nossa abordagem integrada e responsável em relação ao meio ambiente.

A NUCLEP tem como valor o respeito às pessoas e à vida, e o compromisso com a sustentabilidade, o que nos permite olhar para o futuro com responsabilidade ambiental, buscando um ecossistema equilibrado para as futuras gerações.

A Lei nº 13.303/2016, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, em seu artigo 27, exige que a empresa pública deve ser orientada à realização do interesse coletivo, adotando práticas de sustentabilidade ambiental e de responsabilidade social corporativas compatíveis com o mercado em que atuam. A NUCLEP, visando cumprir este compromisso, pratica ações que objetivam a preservação ambiental e responsabilidade social da região onde está inserida, equilibrando o crescimento econômico com responsabilidade socioambiental. A NUCLEP também adota critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de obras e serviços, conforme o Guia de inclusão de critérios sustentáveis para Contratações NUCLEP, conforme previsto na IN SLTI/MPOG nº 01/2010, de 19/01/2010, IN 05 de 26/05/2017 e Decreto nº 9178/2017.

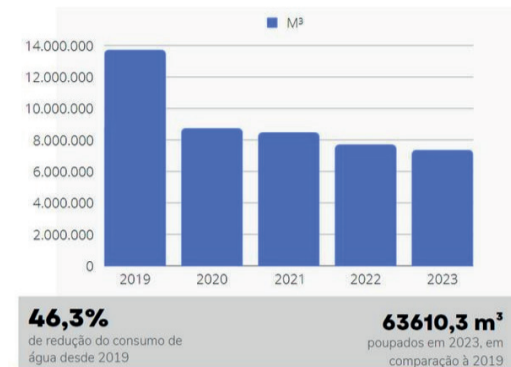
De forma a cumprir seus propósitos, a NUCLEP possui um Comitê de Logística Sustentável (PLS) para implantação do Plano de Logística Sustentável na sua atividade, bem como uma Comissão de Coleta Seletiva Solidária, para a adoção da economia solidária na instituição, contribuindo para geração de renda de associações de catadores do estado do Rio de Janeiro. O PLS foi incluído no planejamento estratégico da empresa e já foi elaborado um plano para 2024, que tramitará em RDE - Reunião de Diretoria Executiva.

A empresa também participa, por meio da Gerência de Meio Ambiente, formalmente nos seguintes grupos:

- Comissão do Plano de Área da Baía de Sepetiba (CABS) para prevenção de emergências ambientais na região;
- Membro titular do Comitê Guandu para preservação da bacia do Rio Guandu; e
- Eixo de Resíduos da Rede Rio de Sustentabilidade, onde um grupo de empresas se reúnem com o objetivo de melhorar o seu desempenho de gestão com foco em sustentabilidade.

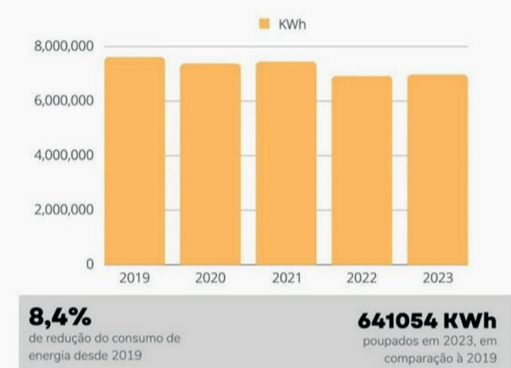
### 7.1 Iniciativas com relação aos Recursos Hídricos

Nossos processos produtivos não demandam o uso intensivo de água, porém sua disponibilidade é essencial para as nossas atividades. Os processos da NUCLEP não utilizam água diretamente na fabricação de seus produtos, mas nos equipamentos fabris e atividades administrativas. Apesar disso, atuamos para promover a utilização responsável e eficiente dos recursos hídricos, a fim de contribuir para sua preservação. Os indicadores relacionados ao consumo de água são monitorados e reportados, para controle e acompanhamento de seu consumo. A água utilizada nas operações é fornecida por concessionárias locais de saneamento e poços devidamente outorgados. Desde 2019 a NUCLEP reduziu seu consumo total de água, promovendo ações para racionalizar seu uso e, assim, garantindo sua conservação. Além de sua captação, a NUCLEP também gera efluentes, os quais são devidamente tratados e posteriormente lançados no corpo receptor. Os efluentes gerados são tratados em estação de tratamento própria, buscando atender os padrões de lançamento preconizados na legislação e a capacidade de assimilação dos corpos receptores. Foi construída uma cisterna de captação de água de chuva de capacidade de 10.000 litros/mês (120.000 l/ano), que alimenta o prédio onde está localizado o centro médico para uso em vasos sanitários e para rega na área do entorno. Como não temos hidrômetro ainda instalado na tubulação, não temos os dados reais de captação e consumo.



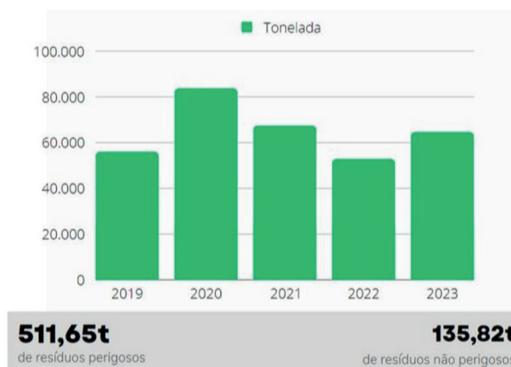
### 7.2 Iniciativas com relação aos Recursos Energéticos

Desde 2018, a NUCLEP trabalha para a redução do consumo de energia com ações e metas específicas para área administrativa e área industrial. A pretensão é modificar processos e equipamentos para uso eficiente da energia, bem como adotar um comportamento que reduza o consumo e amenize os impactos sobre os recursos naturais. Nosso compromisso com a transição energética do país também se reflete no nosso dia a dia operacional. Trabalhamos para promover modificações em nossas instalações que tragam maior eficiência energética, contemplando automação predial, substituições de lâmpadas fluorescentes por LED e troca por equipamentos mais eficientes. Tais ações, conferiram uma redução de seu consumo total de energia. Está em fase de estudo a implementação para instalação de painéis solares na NUCLEP.



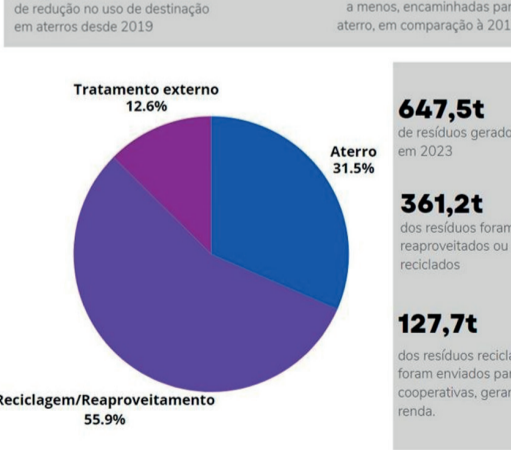
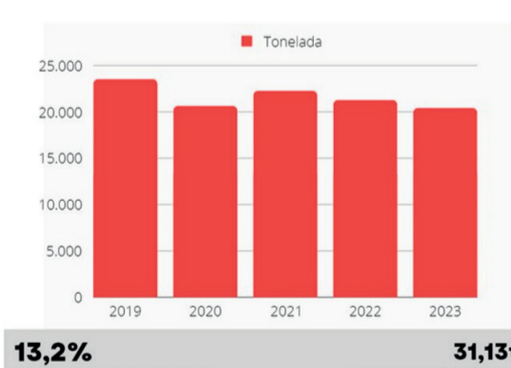
### 7.3 Iniciativas com relação aos Resíduos Sólidos

A NUCLEP busca pela excelência na gestão dos resíduos e rejeitos, com foco na redução da geração na fonte e segregação para minimização da geração de resíduos perigosos e geração interna de passivos ambientais, mantendo contratos com empresas devidamente licenciadas para transporte e destinação final de resíduos. Em atendimento à Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), a NUCLEP mantém um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, mapeando os resíduos gerados na organização, buscando anualmente uma melhoria contínua nos dados de resíduos. Em 2023, o quantitativo de resíduos gerados na fábrica aumentou, em comparação com 2022, devido ao aumento da produção fabril. A empresa também faz campanha contra o desperdício de alimentos, no intuito de reduzir a geração de resíduos orgânicos. Todos os resíduos orgânicos gerados (76,89t/ano) na unidade foram segregados e enviados para a compostagem, com retorno de biocomposto para os projetos socioambientais da NUCLEP.



Além disso, mantêm implantada, desde 2008, a coleta seletiva solidária, realizando doação de resíduos recicláveis para cooperativas, contribuindo socialmente para a geração de renda das associações de catadores, em conformidade ao nosso valor de "Respeito à vida e às pessoas".

Em 2023, a Nuclep reduziu ainda mais a quantidade de resíduos depositados em aterro, diminuindo os impactos ambientais gerados pelos seus resíduos.



Para 2024, reafirmamos nosso compromisso de maximizar a utilização dos recursos disponíveis e visando à gestão sustentável dos nossos resíduos, encaminhando-os para destinações ambientalmente adequadas.

### 7.4 Responsabilidade Social

No âmbito da Responsabilidade Social, a Companhia adota o modelo de gestão construído com base nas relações éticas, transparentes, solidárias, tendo como valores o respeito à vida e às pessoas, qualidade, sustentabilidade, confiabilidade e excelência na sua atividade, bem como observa e respeita os direitos humanos e os princípios de justiça social, além do respeito:

- Declaração Universal dos Direitos do Homem da Organização das Nações Unidas;
- à transparência ao cumprir suas atribuições nas relações pessoais e institucionais;
- à ética e integridade, conforme os princípios estabelecidos no Código de Ética e no Código de Conduta e Integridade da Companhia, ambos rotineiramente aprimorados e atualizados pela Companhia;
- ao incentivo à convivência democrática no seu âmbito de atuação;
- à equidade, justiça e respeito à legislação vigente nas relações de trabalho;
- rejeição ao trabalho escravo e infantil;
- rejeição à discriminação e exclusão social; e
- sustentabilidade ambiental.

Outro tema em voga atualmente, que é a igualdade de oportunidades é tratada de forma explícita no Código de Conduta e Integridade da Companhia no item "Compromissos da NUCLEP e seus colaboradores": "(...) 2.4. Respeitar e valorizar a diversidade social, cultural, étnica ou relativos a gênero, idade, religião, opinião política, orientação sexual,



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA



condição física, psíquica e mental, dispensando a todas as pessoas tratamento isonômico, repudiando qualquer forma de discriminação; (...) 2.5. Incentivar a livre manifestação de ideias, dentro dos limites legais, reprovando ameaças, chantagens, humilhações, intimidações, desqualificações ou assédios de qualquer natureza nas relações de trabalho; além das palestras de conscientização frequentemente realizadas in company.

8. PERSPECTIVAS FUTURAS E ESTRATÉGIA

No contexto atual, a NUCLEP vislumbra oportunidades significativas, decorrentes de uma análise dos mercados em que atua. Essa visão inclui a compreensão das dinâmicas de mercado, as vantagens competitivas únicas que possuímos, a percepção positiva da nossa marca e as estratégias bem definidas que adotamos.

NUCLEAR

- Mercado
• Inclusão apenas de estudos de viabilidade econômica do empreendimento de Angra 3 no PAC 2023-2026.
• Inclusão da modernização de Angra 1 no PAC 2023-2026, com investimentos estimados de 1,9 bilhão de reais...



Vantagem competitiva

- Know-how
• Localização favorável
• Parque fabril estruturado para atender obras nucleares.

Visão da Marca

- A NUCLEP possui um histórico na fabricação nacional de componentes nucleares.
• Acompanhamento muito próximo dos principais projetos com os clientes.

Estratégia de Preço

- Fornecimento de material pelo parceiro e/ou pelo cliente.
• Terceirização de serviços além das competências da NUCLEP, buscando reduzir os custos.

DEFESA

- Mercado
• Inclusão da construção do Submarino a Propulsão Nuclear - SCPN no PAC 2023-2026, com possibilidade de participação na construção do Casco resistente.

Vantagem competitiva

- Conhecimento desenvolvido durante a fabricação dos cascos resistentes para os 4 submarinos convencionais classe Riachuelo.
• Histórico da fabricação dos submarinos das Classes Tupi e Tikuna.

Visão da Marca

- A NUCLEP vem desenvolvendo no decorrer dos anos uma parceria bem-sucedida com a Marinha do Brasil, realizando nos últimos anos obras para o projeto PROSUB, para a AMAZUL e para o LABGENE.



ENERGIA - TORRES DE TRANSMISSÃO

- Mercado
• Foco no mercado nacional, que se encontra com demandas de produção represetada e poucas empresas fornecedoras do produto.

Vantagem competitiva

- A fábrica de torres está comissionada e com as novas máquinas instaladas.
• Software específico e com diferencial para o mercado.

Visão da Marca

- A NUCLEP é considerada uma nova entrante neste segmento e desenvolveu uma parceria com a METHA, empresa já atuante no segmento, para uma melhor introdução no mercado.

Estratégia de Preço

- A empresa vem praticando os preços conforme o mercado.
• Revisão dos valores devido as alterações do mercado.



ÓLEO E GÁS

- Mercado
• Fornecimento para a Petrobras através da plataforma Petronect.

Vantagem competitiva

- A NUCLEP possui vantagens para concorrências nas quais os equipamentos demandados sejam de grande porte (diâmetro e peso), em que se utilizem materiais mais nobres e com soldas complexas.

Visão da Marca

- Neste ano, encontram-se em fabricação na NUCLEP o vaso V102 e a torre de processo em parceria com a empresa Monto. Além disso, a Nuclep venceu a contratação para o fornecimento de 124 estacas torpedo modelos: T-24, T-35 e T-66 para entrega a Petrobras...



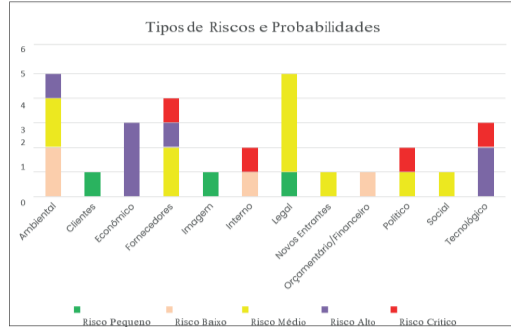
Estratégia de Preço

- A NUCLEP vem apresentando preços competitivos de mercado nas oportunidades disponibilizadas pela Petronect.

8. PERSPECTIVAS FUTURAS E ESTRATÉGIA

8.1 Planos estratégicos e objetivos para o futuro

Enfrentamos um ambiente dinâmico, com desafios como a volatilidade econômica global e as incertezas políticas. Esses fatores podem impactar diretamente nossos planos estratégicos e exigem uma gestão proativa e adaptável.



Fonte: Planejamento Estratégico aprovado na 176ªRCA, 19 de dezembro de 2023.

8.2 Expectativas de mercado e posicionamento estratégico

A NUCLEP revisou, ainda em 2023, sua estratégia por meio da aprovação do Planejamento Estratégico 2024-2028 (P.E. 2024-2028), em substituição ao até então existente P.E. 2023-2027.

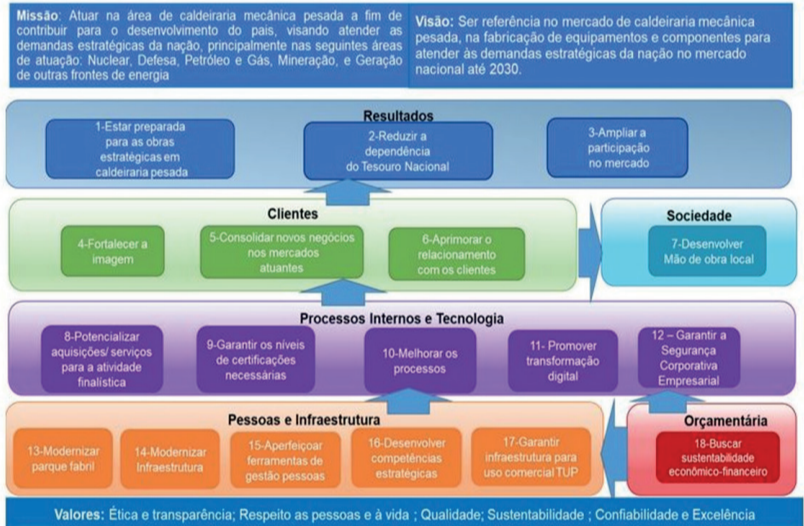


Focaremos neste relatório nas Perspectivas de Resultado. Perspectivas do Resultados PE 2024-2028 da NUCLEP



- OBJETIVO 01
Estor preparado para as obras estratégicas em caldeiraria pesada.
OBJETIVO 02
Reduzir a dependência do tesouro.
OBJETIVO 03
Ampliar a participação no mercado

A seguir apresentaremos um Mapa Estratégico da Companhia. Mapa Estratégico



A NUCLEP tem como Visão ser a referência no mercado de caldeiraria mecânica pesada até 2030. Este objetivo inclui a liderança na fabricação de equipamentos e componentes essenciais para atender às demandas estratégicas da nação no mercado nacional.

Estratégias para Alcançar a Visão:

- Modernização do parque fabril: Investir continuamente no parque fabril, garantindo a vanguarda tecnológica em caldeiraria mecânica pesada.
• Qualidade e Segurança: Manter altos padrões de qualidade e segurança em todos os processos e produtos...

Table with financial data: BALANÇO PATRIMONIAL (Posição em Milhares de Reais) showing assets and liabilities for 31/12/2023 and 31/12/2022.

Table with financial data: DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Posição em Milhares de Reais) showing income and expenses for 31/12/2023 and 31/12/2022.

Table with financial data: DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (Posição em Milhares de Reais) showing operating and financial results for 31/12/2023 and 31/12/2022.



MINISTÉRIO DE  
MINAS E ENERGIA



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Posição em Milhares de Reais)						
	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados
<b>Dezembro de 2022</b>						
Saldo em 31 de Dezembro de 2021		61.210	-	22.573	159.864	(64.612)
Realização reserva de reavaliação	25.3	-	-	(5.606)	-	5.606
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	1.904	-	-	-
Incorporação de ativos a valor justo	-	-	-	-	15.752	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	106
<b>Saldo final em 31 de Dezembro de 2022</b>		<b>61.210</b>	<b>1.904</b>	<b>16.967</b>	<b>175.615</b>	<b>(58.900)</b>
<b>Dezembro de 2023</b>						
Saldo em 31 de Dezembro de 2022		61.210	1.904	16.967	175.615	(58.900)
Realização reserva de reavaliação	25.3	-	-	(1.231)	-	1.231
Adiantamento para futuro aumento de capital	25.2	1.904	30.922	-	-	-
Baixa e depreciação de ativos incorporados a valor justo	-	-	-	-	(1.324)	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	(107.164)
<b>Saldo final em 31 de Dezembro de 2023</b>		<b>63.114</b>	<b>32.825</b>	<b>15.736</b>	<b>174.291</b>	<b>(164.834)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Posição em Milhares de Reais)						
	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022	
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>25.939</b>	<b>51.774</b>				
Resultado do exercício	(107.165)	106				
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:						
Depreciação	5.808	6.899				
Depreciação de ativos incorporados por valor justo	(1.324)	-				
Amortizações	50	51				
Impairment	-	105				
Ganhos por desincorporações de passivos	(22.155)	-				
Baixa/Ganho no ativo imobilizado	(530)	4.638				
Baixa no ativo intangível	-	335				
Ajuste de repasses recebidos a título de AFAC	1.843	1.904				
Realização das subvenções de investimentos	(33.413)	(4.319)				
	<b>(156.886)</b>	<b>9.719</b>				
<b>(Aumentos) Reduções do Ativo</b>						
Contas a receber	201.847	24.915				
Outros créditos	(851)	(18.852)				
Estoques	(9.794)	4.310				
Estoques de processo - Depreciação	-	58				
Depósitos recursais e cauções	3.135	7.445				
Impostos a recuperar	1.379	(3.783)				
	<b>195.716</b>	<b>14.093</b>				
			<b>Aumentos (Reduções) do Passivo</b>			
			Fornecedores	(566)	(3.478)	
			Obrigações trabalhistas e sociais	6.134	4.670	
			Obrigações tributárias	9.758	159	
			Previdência privada	24.776	37.388	
			Obrigações com clientes	(4.753)	7.963	
			Subvenções a realizar/outras	(44.136)	(30.876)	
			Provisões	(4.104)	12.136	
				<b>(12.891)</b>	<b>27.962</b>	
			<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(8.542)</b>	<b>(4.116)</b>	
			Aquisição de investimento	-	-	
			Aquisição de imobilizado	(8.542)	(4.116)	
			Aquisição de intangível	-	-	
			<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(25.020)</b>	<b>(22.832)</b>	
			Subvenções para amortização de dívida - Nucleos	(25.020)	(22.832)	
			<b>FLUXO DE CAIXA GERADO (APLICADO) NO EXERCÍCIO</b>	<b>(7.623)</b>	<b>24.826</b>	
			<b>Aumento (Redução) nas Disponibilidades</b>			
			Saldo inicial do Disponível no período	42.461	17.635	
			Saldo final do Disponível no período	<b>34.838</b>	<b>42.461</b>	
			<b>VARIAÇÃO NO SALDO DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>(7.623)</b>	<b>24.826</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em Milhares de Reais)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP é uma empresa pública, de capital fechado, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), com atuação na indústria de caldeiraria pesada, com tecnologia, equipamentos, pessoal qualificado e certificações adequadas para fornecer equipamentos, com alta complexidade de fabricação, sob encomenda, para os principais mercados de atuação: Energia Nuclear, Petróleo e Gás, Defesa e Outros. Sua sede está situada no Edifício Londres do Condomínio Le Monde Office, Avenida das Américas, nº 3.500 - Sala 613 do Bloco 01, Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ - Cep: 22.640-102.

Sob o controle acionário da União será representada, na qualidade de controladora, pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, a NUCLEP tem por objeto social projetar, desenvolver, fabricar e comercializar componentes pesados relativos a usinas nucleares, a construção naval e offshore, e a outros projetos. Com origem no Decreto 76.805, de 16 de dezembro de 1975, que autorizou a sua criação, a NUCLEP nasceu voltada para a inovação e tecnologia, com a missão de ser o braço industrial do projeto de ampliação da matriz energética nacional, projetando, desenvolvendo, fabricando e comercializando "componentes pesados relativos a usinas nucleares e a outros projetos correlacionados". Para tanto, a empresa tinha o propósito de construir os equipamentos de reposição das usinas nucleares, assim como todos os componentes necessários para as futuras plantas.

É importante ressaltar que o setor nuclear pode ser enquadrado tanto no campo energético (no sentido de ampliação da matriz energética nacional), como também, no de defesa (soberania nacional). A NUCLEP possui experiência comprovada na fabricação de equipamentos e estruturas de grande porte e de alta qualidade, além das características únicas de sua capacidade instalada, que são fundamentais para a inclusão de novos produtos, com maior valor agregado, contribuindo para o desenvolvimento do País.

É evidente que a atuação da NUCLEP nos referidos setores atende a relevante interesse público e à soberania nacional, constituindo imperativo da segurança nacional pela necessidade de participação e controle do Estado sobre atividades que envolvam segurança, defesa e soberania.

A NUCLEP segue operando seu parque fabril com qualidade e a determinação de seu quadro técnico motivou melhorias na área administrativa com a implantação de ferramentas que pudessem dar suporte logístico às obtensões, ao armazenamento e ao controle de estoque. Com isso, a necessidade de capital de giro vem sendo suprida com os recursos da União, que durante o exercício de 2023 foram de R\$ 353.592 mil (R\$ 332.652 mil no exercício de 2022). A empresa mantém os seguintes benefícios aos seus empregados e dirigentes: Plano de assistência médico-odontológico, extensivo aos dependentes, alimentação, transporte e plano de previdência privada com coparticipação dos empregados.

#### 2. PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

##### 2.1 Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil e às Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS, em inglês) emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB, em inglês).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A NUCLEP é uma empresa pública federal dependente da União, integrante do Balanço Geral da União (BGU), e, por isso, escritura suas operações no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) na modalidade total.

A Administração da Companhia ratifica que todas as informações relevantes das Demonstrações Financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na sua gestão.

##### 2.2 Demonstração do valor adicionado - DVA

A companhia elaborou a DVA nos termos da Deliberação CVM nº 557/08 e do Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das Demonstrações Financeiras.

##### 2.3 Demonstração do Resultado Abrangente - DRA

Embora não esteja previsto na Lei 6.404/76, a companhia elabora a DRA conforme resolução CFC N.º 1.185/09; CPC 26 e CVM 106/22, sendo parte integrante das Demonstrações Financeiras.

##### 2.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

Na elaboração das Demonstrações Financeiras, é necessário usar estimativas com base em premissas que alteram os valores dos ativos e passivos com reflexos nas receitas e despesas. Essas estimativas correspondem à: avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo; vida útil do ativo imobilizado; análise de risco de crédito para determinação da provisão para Estimativa de Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa - EPLCD, assim como avaliação dos demais riscos relacionados a outras provisões, como contingências pertinentes aos processos judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias). Embora a administração faça uso de avaliações que são revistas periodicamente, os resultados reais poderão divergir dessas estimativas.

##### 2.5 Base de Conversão de Moeda

a) A moeda funcional e a de apresentação  
A moeda funcional e a moeda de apresentação da companhia é o Real (R\$). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$.

##### b) Transações e saldos monetários

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são mensurados. Variações positivas e negativas cambiais decorrentes da liquidação dessas operações e da conversão pelas taxas de câmbio no final do exercício, oriundas de ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidas na demonstração do resultado.

##### 2.6 Ataque cibernético ao ambiente lógico

No dia 24/05/2023, a NUCLEP sofreu um ataque cibernético no seu ambiente lógico. Foi identificada a presença de um malware nos sistemas de informática da empresa. O ataque comprometeu os sistemas corporativos e o backup. Pelos ofícios P-40/2023 e P-041/2023 foram notificados do ataque o Ministério de Minas e Energia e a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, respectivamente.

O ataque foi executado, a princípio, pela ferramenta Ransomware (indisponibilidade de ativos por criptografia), que causou a invasão do ambiente, com ocupação, escalção, movimentação lateral (infecção de máquinas adjacentes), implantação de malware e captura/criptografia de dados corporativos, que, em conjunto, são nomeados de ataque cibernético.

A suspensão das operações online foi a primeira medida preventiva para garantir a integridade dos dados e a segurança das informações. Além disso, foi participado a Polícia Federal e ao Centro de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes - CTIR GOV, órgão vinculado ao Gabinete de Segurança Institucional - GSI e continua sendo avaliada a ocorrência de eventual vazamento de dados pessoais para comunicar à Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, bem como a todos os titulares dos dados. O ataque cibernético comprometeu cerca de 80 TB de dados, impactando diretamente a base de dados de todos os sistemas utilizados pela NUCLEP, tanto administrativos quanto de produção. Em relação à elaboração das Demonstrações Financeiras, o ataque impactou as informações afetas ao sistema integrado gerencial da empresa (ERP Benner) inviabilizando as contabilizações automatizadas e utilizando medidas paliativas, como a utilização de cálculos e levantamentos em planilhas eletrônicas de forma manual e conservadora em contas com, depreciação, provisões contingenciais, subvenções, dentre outras.

Além de terem sido realizadas diversas ações internas visando a mitigação de riscos de novos ataques, foram iniciados novos projetos de modernização tecnológica. Atualmente, a NUCLEP encontra-se em fase de aquisição de software de descritografia e modernização de equipamentos de backup visando alcançar êxito no acesso aos arquivos indisponíveis e recuperar os arquivos existentes, respectivamente.

#### 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOADAS

As principais práticas adotadas pela empresa estão descritas a seguir:

3.1 Aos instrumentos financeiros ativos e certos passivos, como empréstimos, recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento, não se aplicam quaisquer ajustes para mensurá-los ao valor justo ou ao valor presente. Não se tem a mensuração do valor de mercado desse instrumento, dado que a intenção da entidade é manter os títulos até o vencimento.

3.1.1 Caixa e equivalente de caixa compreendem os numerários em espécie e os depósitos bancários disponíveis de curto prazo, com livre movimentação nas operações da empresa.

3.1.2 As contas a receber estão registradas ao valor original das vendas de produtos e serviços, com perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, julgados suficientes pela administração, conforme Nota 5.

3.1.3 Ao ativo realizável a longo prazo, não se aplicam a apuração de perdas ou desvalorização.

3.1.4 Outros créditos estão registrados ao valor original.

3.2 Os estoques estão registrados ao valor do custo médio de aquisição e não superam o valor de mercado ou de reposição.

3.3 O imobilizado está registrado ao preço de aquisição, sendo considerada a estimativa de vida útil econômica, o valor residual e a taxa de depreciação dos bens estabelecidos no CPC 27, aprovado pela deliberação CVM 583/09. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas compatíveis com o prazo de vida útil dos bens. O valor residual e a vida útil do ativo são revisados ao final de cada exercício.

3.4 As provisões trabalhistas contingenciais, são mantidas regularmente com encargos sociais e foram estimadas com base na opinião do nosso setor jurídico.

3.5 Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos quando da entrada dos recursos líquidos e são apresentados pelo custo, acrescido de atualização monetária e juros proporcionais ao período incorrido, deduzidos dos pagamentos efetuados.

3.6 A reserva de reavaliação será mantida até a realização total dos ativos que a originaram por meio de depreciação.

3.7 As receitas são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e possam ser confiavelmente mensurados, compreendendo o valor das vendas de produtos e serviços, sendo reconhecidas pelo regime de competência.

3.8 As subvenções são assistências financeiras governamentais recebidas do Tesouro Nacional, destinadas aos investimentos (aquisição de ativos); o pagamento de pessoal e custeio, por sua vez, é reconhecido pelo regime de competência nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos/despesas. Por fim, a subvenção relacionada aos investimentos (aquisição de ativos) é reconhecida como receita ao longo do período da vida útil do bem na mesma proporção da depreciação reconhecida no resultado do exercício.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Corresponde à Conta Única centralizada no Tesouro Nacional, à qual a empresa está vinculada como usuária do SIAFI, no qual são movimentados tanto recursos próprios e quanto os recursos provenientes do Tesouro Nacional, que são estabelecidos no orçamento.

Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Pessoal	16.618	11.686
Custeio/Investimento - Fonte Tesouro Nacional	179	1.300
Custeio - Fonte Própria	18.041	29.475
<b>Total</b>	<b>34.838</b>	<b>42.461</b>

Do limite de saque disponível, 50% (cinquenta por cento) desses recursos estão conciliados com pagamentos a serem realizados no próximo exercício. Os demais 50% (cinquenta por cento) estão vinculados da seguinte forma:

a) Fonte Própria e Custeio Tesouro Nacional: referente aos pagamentos futuros de custeios e investimentos;  
b) Pessoal: vinculados a pagamentos de Salários, Previdência, Sentenças e outros.

#### 5. CONTAS A RECEBER

Do total do Contas a Receber, 76% (setenta e seis por cento) equivale a subvenções a receber para liquidação de dívidas classificadas no Plano Plurianual - PPA resultantes de cumprimento de sentenças judiciais, transitadas em julgamento, de empresas públicas e sociedades de economia mista, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Os 24% (vinte e quatro por cento) restantes, decorrem das atividades econômicas da empresa.

Contas a Receber - Líquido	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Fatura/Duplicata a Receber - Produtos	30.094	25.671
Fatura/Duplicata a Receber - Prestação de Serviços	3.788	3.941
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(26.045)	(26.202)
Subvenções a Receber	25.064	26.916
<b>Total</b>	<b>32.901</b>	<b>30.326</b>

A empresa reconhece a Provisão para Estimativa de Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa em função de declaração de insolvência por parte dos devedores mediante sentença emanada pelo Poder Judiciário e os títulos vencidos há mais de um ano. A atualização ocorre mensalmente.

#### 6. ESTOQUES

São os custos dos produtos que ainda não foram faturados. O saldo de importações em andamento, refere-se aos custos/despesas de matéria prima e de item de estoque, aguardando a finalização do desembarço. No tocante ao aspecto quantitativo, a produção em processo representa 47% (quarenta e sete por cento) do estoque total (no exercício de 2022, essa rubrica representou 73%). Desta forma, os saldos relativos aos estoques estão assim demonstrados:

Produtos em Processo - Circulante	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Eletronuclear	12.324	9.621
Centro Tecnológico da Marinha - S.P. - CTMSP	25.557	29.930
Thyssenkrupp	13.096	13.096
Amazon	3.175	7.148
Outros Projetos	2.911	22.910
<b>Total de Estoque de Produtos em Processo</b>	<b>57.063</b>	<b>82.705</b>

Estoque	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Produtos em Processo - Circulante	57.063	82.705
<b>Matéria Prima</b>	<b>26.030</b>	<b>18.838</b>
Almoxarifado	7.901	4.909
Importação em Andamento	3.702	3.485
Adiantamentos a Fornecedores	27.904	2.869
<b>Estoque Total</b>	<b>122.600</b>	<b>112.806</b>

O incremento em Adiantamentos a Fornecedores no exercício é decorrente do recebimento de suplementação de recursos em dezembro de 2023 no valor de R\$ 62,1 milhões para execução de despesas orçamentárias no referido exercício financeiro. A empresa MasterCode Service Consultoria Patrimonial LTDA - ME realizou o inventário dos bens materiais e os ajustes decorrentes desse trabalho foram incorporados ao SIAFI.

#### 7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR/COMPENSAR

São créditos com imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); Imposto de Renda (IR); Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), decorrentes das aquisições de matéria prima e outros insumos, como energia elétrica, depreciação, dentre outros, utilizados na produção conforme legislação vigente, corrigidos monetariamente pela taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia) e passíveis de compensação após o encerramento do ano calendário.

Tributos Federais	Dezembro 2023	Dezembro 2022
IPI	718	620
Imposto de Renda e C.S.L.L	2.065	1.675
COFINS	3.038	5.499
PASEP	659	1.190
	<b>6.480</b>	<b>8.984</b>

Tributos Estaduais e Municipais	Dezembro 2023	Dezembro 2022
ICMS	3.711	2.586
ISS	-	-
	<b>3.711</b>	<b>2.586</b>

#### Total de Impostos a Recuperar

	<b>10.191</b>	<b>11.570</b>
--	---------------	---------------

#### 8. OUTROS CRÉDITOS

Demaís Créditos a Receber Líquido	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Adiantamentos a Prestadores de Serviços	19.647	19.383
Adiantamentos a Empregados (13 Sal. e Férias)	2.604	2.969
Outras Contas	1.829	877
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(703)	(703)
<b>Total</b>	<b>23.377</b>	<b>22.526</b>

#### 9. CONTAS A RECEBER (NÃO CIRCULANTE)

Em 2007, a NUCLEP e o Instituto de Seguridade Social - NUCLEOS celebraram um Termo de Transação, com o aval dos órgãos superiores (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI e Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST) e devidamente homologado na justiça, visando amortizar a dívida da empresa com o referido instituto.

Em 2011, após o parecer emitido pelo Professor Hugo Rocha Braga, a NUCLEP seguiu os ritos processuais e, com o aval de seus órgãos estatutários, acrescentou o valor total da dívida com NUCLEOS, que venceu em outubro de 20



NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A.  
CNPJ Nº 42.515.882/0001-78

MINISTÉRIO DE  
MINAS E ENERGIA



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

### 10. DEPÓSITOS RECURSAIS

Correspondem aos depósitos judiciais relacionados a diversos processos trabalhistas. Por não concordar com as decisões proferidas pela justiça, a NUCLEP se vê na obrigação de recorrer diante da expectativa e da possibilidade de reverter tais decisões, enquanto couber recurso.

Composição	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Depósitos Recursais Trabalhistas	633	6.689
Depósitos Recursais Cíveis	3.873	371
Demais depósitos	8	590
<b>Total</b>	<b>4.514</b>	<b>7.650</b>

### 11. CAUÇÕES

São depósitos efetuados conforme estabelecidos em cláusulas contratuais, que serão resgatados após o encerramento dos respectivos contratos, a saber:

Composição	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Eletronuclear	3.447	3.446
Impsa	250	250
<b>Total</b>	<b>3.697</b>	<b>3.696</b>

### 12. INVESTIMENTOS

Valor correspondente aos depósitos compulsórios a favor da Eletrobras efetuados na década de 80, conforme diversas faturas de cobrança de energia elétrica, convertidas em 6.036 ações nominiais a favor da NUCLEP.

### 13. IMOBILIZADO

Ativo Imobilizado	Saldo Inicial	Aquisições	Transferências Internas	Incorporações e Baixas	Depreciações	Saldo Final
Terreno	161.424	-	-	-	-	161.424
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-
Industriais	56.258	3.040	662	327	(2.258)	58.029
Edifícios	35.353	229	-	765	(513)	35.834
Demais Equipamentos	10.269	1.548	(43)	(14)	(1.085)	10.675
Instalações	10.864	-	-	6.124	(463)	16.525
Bens Ativos	7.374	1.170	(966)	(7.024)	-	553
Tecnologia da Informação e Comunicação	5.310	1.419	377	364	(1.221)	6.250
Móveis e Utensílios	5.276	1.133	(30)	(11)	(265)	6.103
Veículos	47	2	-	-	(3)	46
<b>Total</b>	<b>292.175</b>	<b>8.542</b>	-	<b>530</b>	<b>(5.808)</b>	<b>295.440</b>

A. Das Aquisições: Foram adquiridos R\$ 1.842 mil com recursos do Tesouro Nacional classificados como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC). As demais aquisições foram feitas por meio de Recursos Próprios.

B. São classificados como bens ativos aqueles bens que serão tombados quando colocados em condições de uso: B1. Adiantamento realizado para aquisição de empilhadeiras elétricas para movimentação de carga conforme contrato CB-065/2023; B2. A evolução do contrato de instalação de plataforma/elevador vertical de acessibilidade, conforme contrato CS-042/2022; B3. Serviço de desembarcaç aduaneiro realizado para aquisição de 07 blocos de calibração adquiridos através da OC 7361; B4. A realização de testes no condicionador de ar de 80.000btus, adquirido através da OC 7487/2023; B5. A realização de testes na máquina de corte e gravação a laser adquirida através da OC 7467/2023.

C. Em 2022, foi contratada a Empresa Guerra Assessoria Técnica Ltda, conforme contrato CS-098/2022, para a prestação de serviços de inventário físico dos bens móveis e imóveis, assim como para a avaliação patrimonial com fundamentação técnica, a fim de determinar o valor recuperável dos ativos (*impairment test*) e vida útil residual de bens móveis e imóveis. A Empresa descumpriu o acordado na entrega das informações coletadas, conforme comunicação CE-AMC-006/2023, processo administrativo 0048739.00000494/2022-37 e Sistema interno de tramitação de documentos eletrônicos (SISTEP) nº10113/2023, levando à realização de uma nova licitação. Em 2023, foi contratada a Empresa Integre Soluções de Informática, Controle Patrimonial e Avaliações Ltda, conforme contrato CS-112/2023, para realizar os serviços anteriormente citados. Atualmente, a contratada encontra-se em fase de final de conclusão do inventário dos bens móveis e imóveis e entrega dos laudos, um dos quais o "*impairment test*", para o final do 1º trimestre de 2024, quando serão analisados e comparados com os valores registrados nas DF do 4º trimestre de 2023 e, caso haja necessidade de ajustes, os mesmos serão realizados no 1º trimestre de 2024.

### 13.1. Instalações NUCLEP

Com base na premissa de que um ativo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a empresa, de modo que seu custo ou valor possa ser mensurado com confiabilidade, procedeu-se ao reconhecimento contábil do terreno (R\$ 1.560 mil) como ativo da empresa em 2012. Em seguida, a NUCLEP ajustou o valor contábil do imóvel com base em laudo de avaliações (R\$ 159.864 mil), com a finalidade de corrigir um erro material, que tornava as Demonstrações Financeiras deficientes em termos de relevância por ter um valor registrado na contabilidade com o valor menor que o valor justo. Cabe frisar que juridicamente a titularidade deste terreno onde se encontram as instalações da NUCLEP está em nome das Indústrias Nucleares do Brasil - INB, razão pela qual o registro contábil deste imóvel consta como bem patrimonial nas duas empresas, até que os órgãos superiores decidam como solucionar esse imbróglio. Abaixo, são apresentadas as inscrições na prefeitura de Itaguaí, bem como suas respectivas metragens e área construída até o exercício:

INSCRIÇÃO	ÁREA TERRENO	ÁREA CONSTRUIDA
88382	30.685,00	57.843,00
88383	30.685,00	22.574,00
98374	159.791,00	11.786,64
98375	682.015,00	-
98376	682.015,00	-
5878204	18.746,00	-
33532	600,00	-
33533	600,00	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.605.137,00</b>	<b>92.203,64</b>

Em 14/09/2018, o MCTI estabeleceu, através do Aviso nº 371/2018, a reabertura do processo nº 00400.006127/2010-18, que visa a regularização do terreno em que se encontra a fábrica da NUCLEP, constituindo um grupo de trabalho com representantes da NUCLEP, INB, Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e MCTI.

Em 18/05/2021, o Ministério de Minas e Energia - MME encaminhou a NOTA TÉCNICA Nº 20/2021/ASSEC, referente ao processo Nº 48340.000188/2021-02, com o objetivo de se chegar a uma conclusão sobre a regularização da titularidade do terreno. A Secretaria Executiva daquela Pasta, ao encaminhar a Nota Técnica em tela, tanto à diretoria da NUCLEP quanto à da INB, solicitou que as empresas se manifestassem sobre o tema.

Entre 24 de novembro e 03 de dezembro de 2021, foram realizados os trabalhos de campo para o levantamento topográfico do Parque Industrial da NUCLEP pelo 5º Centro de Geoinformação do Exército Brasileiro. Assim, com as plantas e relatório técnicos prontos, foi dado o início ao processo de regularização junto à prefeitura e cartório de imóveis de Itaguaí. Em dezembro de 2023, todo o levantamento topográfico do Parque Industrial da NUCLEP realizado em 2021 já se encontrava sob análise do cartório de Itaguaí.

Em 09/01/2024, a Presidente do CF da NUCLEP, por meio do ofício nº CF-001/2024, solicitou ao MME informações sobre a regularização do terreno em função das manifestações emanadas pela PGFN por meio da Nota SEI nº 6/2022/CAS/PGACFFS/PGFNMME, de 3/2/2022 e pela STN, por intermédio do Ofício SEI nº 29174/2022/ME, de 2/2/2022.

### 14. INTANGÍVEL

Correspondem à utilização dos seguintes softwares: 1. *Enterprise Resource Planning* - ERP, que continua executando melhorias pontuais em fase de implantação pela empresa Benner. 2. Demais: Licença de Microsoft SQL Server Enterprise 2019 por 10 anos, em substituição da versão 2008, *software* necessário e obrigatório para o *software* "Steel projects" de gestão dos projetos das torres de transmissão; Licença do *software Commvault* por 3 anos para suporte e manutenção do *software de backup* de dados dos servidores da NUCLEP; e Licença do *software CAM* para *nesting* de chapas por 5 anos (Lantek Expert).

Composição	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Sistema de Governança Corporativo - ERP - BENNER	1.342	1.342
Outros Ativos Intangíveis	308	308
Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis	(148)	(98)
<b>Total</b>	<b>1.502</b>	<b>1.552</b>

### 15. SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS

São recursos oriundos do Tesouro Nacional, relacionados aos ativos imobilizados que foram adquiridos pela companhia a partir do exercício de 2008, sendo reconhecidos como receita ao longo do período da vida útil do bem, na mesma proporção de sua depreciação, de acordo com a Deliberação CVM nº 96/22 e com o Pronunciamento Contábil nº 07, emitido pelo CPC. Os saldos dessas subvenções estão apresentados a seguir:

Composição	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Aquisições	-	(38.718)
Receita realizada (acumulada)	-	5.305
<b>Total</b>	-	<b>(33.413)</b>

A Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 27 de abril de 2023, deliberou sobre as Subvenções para Investimentos e avaliou que, por serem originárias do Tesouro Nacional, elas devem ser tratadas como repasses de recursos com o objetivo de aumento da capacidade operacional e produtiva da NUCLEP. A mudança de procedimento contábil para AFAC decorre da Macrofunção SIAFI 02.11.22.

As aquisições de 2022 foram incorporadas ao Patrimônio Líquido e as aquisições de 2008 a 2021, antes tratadas pela NUCLEP como gastos aplicados para manutenção operacional e contabilizadas no Passivo Não Circulante, foram reclassificadas para o Patrimônio Líquido, no montante atual de R\$ 30.982 mil.

Em dezembro de 2023, ocorreu essa reclassificação, baixando a subvenção e incorporando no Patrimônio Líquido da empresa, na conta de AFAC, conforme decisão na Reunião da Diretoria Executiva - RDE nº 744, realizada em 10/10/2023, e com a orientação Ministerial/Setorial enviada por e-mail de 19/12/2023, lastreada pelas diretrizes contidas na mensagem CCONT/STN 2023/3896093.

Dessa forma, a NUCLEP está em conformidade com as orientações emanadas pela PGFN a respeito do seu Investimento até a presente data.

### 16. FORNECEDORES

Este saldo é composto de obrigações com empresas que fornecem materiais para o estoque do almoxarifado; materiais para consumo imediato e serviços, como plano médico; transporte; alimentação, dentre outros.

Composição	Dezembro 2023	Dezembro 2022
No país	2.424	2.990
No exterior	-	-
<b>Total</b>	<b>2.424</b>	<b>2.990</b>

### 17. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

São obrigações com salários e férias apuradas individualmente até a data do encerramento do período pela área de recursos humanos.

Composição	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Salários e Contribuições a Pagar	11.884	8.214
FGTS s/ Salários e Contribuições	1	2.819
INSS s/ Salários e Contribuições	4	3.275
Encargos Sociais - Convênio de Arrecadação Direta	-	319
<b>Total de Salários e Contribuições a Pagar</b>	<b>11.889</b>	<b>14.627</b>
Férias a Pagar	26.199	18.049
FGTS s/ Férias	1.516	1.310
INSS s/ Férias	3.790	3.274
<b>Total de Férias e Encargos sobre Férias a Pagar</b>	<b>31.505</b>	<b>22.623</b>
13º Salários a Pagar	-	-
FGTS s/ 13º Salários	-	-
INSS s/ 13º Salários	-	-
<b>Total de 13º Salários e Encargos sobre 13º Salários a Pagar</b>	-	-
<b>Total</b>	<b>43.394</b>	<b>37.260</b>

### 18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

São tributos que incidem sobre prestações de serviços e sobre as receitas com vendas entre outros, conforme contrato de comercialização e com recolhimento no prazo do vencimento.

Tributos por entes	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Tributos Federais	10.378	621
Tributos Estaduais	-	-
Tributos Municipais	-	-
<b>Total dos Impostos a Recolher</b>	<b>10.378</b>	<b>621</b>

Em 06 de abril de 2023, ocorreu uma atualização na Macrofunção 02.03.51 DARF Numerado, que levou a uma nova forma de contabilização no SIAFI, fazendo-se necessário o recálculo dos Impostos de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos de trabalho, que foram pagos nos meses subsequentes.

As Obrigações Tributárias são constantemente compensadas à medida que surgem os créditos a recuperar/compensar, conforme nota explicativa nº 7, e devidamente acompanhadas nas obrigações acessórias.

### 19. OBRIGAÇÕES COM CLIENTES

Referem-se aos valores exigíveis, recebidos a título de adiantamento, derivados de marcos contratuais que antecedem a entrega do produto ou serviço acordado com o cliente e da geração da nota fiscal. Buscam viabilizar a execução dos projetos. Na medida em que as receitas dos projetos são reconhecidas, e, conseqüentemente, das contas a receber, seus saldos são reduzidos, uma vez que são contrapartidas destas contas a receber.

Composição	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Centro Tecnológico da Marinha em SP - CTMSP	598	793
Eletrobras Termonuclear S/A - Eletronuclear	18.302	12.352
Neoenergia Lagoa dos Patos Transmissão de Energia S.A.	-	8.378
Amazônia Azul Tecnologia de Defesa S.A. - Amazul	6.013	8.144
Empresa Brasileira de Solda Elétrica S.A. - EBSE	1.760	1.759
<b>Total</b>	<b>26.673</b>	<b>31.426</b>

### 20. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Correspondem às consignações efetuadas na folha de pagamento dos empregados, inerentes à coparticipação de benefícios concedidos pela empresa, como refeição e assistência médica, para serem repassados a diversos credores.

Composição	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Pensão Alimentícia	118	53
Planos de Previdência e Assistência e Seguro	20	23
Representantes de Classes	966	682
Consignações a Pagar	1.344	1.114
Depósitos Retidos	1.510	646
<b>Total</b>	<b>3.958</b>	<b>2.518</b>

### 21. RECEITA DE SUBVENÇÃO A REALIZAR

São recursos financeiros recebidos do Tesouro Nacional, em forma de subvenção para cobrir custos/despesas que ainda não incorreram. De acordo com a deliberação CVM nº 96/22 e CPC 07, e considerando que a receita de subvenção deve ser confrontada com as despesas que se pretende compensar, a NUCLEP reclassificou o que foi recebido a mais para receita de subvenção a realizar. A subvenção do não circulante foi destinada a custear os contratos de construção de longo prazo que estão em andamento.

Composição	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Pessoal e Benefícios	2.969	30.190
Investimentos	-	1.761
Tecnologia da Informação	-	1.342
Produção em andamento	3.474	41.601
<b>Total</b>	<b>6.443</b>	<b>74.894</b>

### 22. EMPRÉSTIMOS INB

O empréstimo foi concedido pela INB em 09 de dezembro de 1992, remunerado pela TR e acrescido de juros de 12% a.a. A quitação dessa dívida deveria ser efetuada mediante pagamento através de prestação de serviços técnicos até 31 de dezembro de 1997 e, eventual saldo remanescente deveria ser quitado em 8 (oito) prestações mensais sucessivas até 31 de agosto de 1998, mas isso aconteceu.

Com base no parecer jurídico ATG-009/2016 e na Nota Jurídica NAT-027/2016, a Diretoria Executiva da NUCLEP considera a dívida da INB prescrita, mas, por solicitação do Ministério Supervisor, MME, mantém os valores do empréstimo em tela nas Demonstrações Financeiras da NUCLEP (com o valor da dívida, na posição de 2020, no montante de R\$ 33.017 mil, conforme deliberação 684º RDE).

A INB judicializou a NUCLEP em 2023 por meio do processo 5070324-52.2023.4.02.5101/RJ. Como o Jurídico da empresa inicialmente classificou o referido processo como passivo, o passivo deveria ser controlado somente em notas explicativas (de acordo com o CPC 23). A baixa foi realizada e atualizada como remota através da comunicação interna CI PJ 002/2024, e mesmo não sendo necessário o seu lançamento em nota explicativa, foi consignado para registro.

Empréstimos a Pagar	Dezembro 2023	Dezembro 2022
INB	-	33.017
Outros	-	-
<b>Total</b>	-	<b>33.017</b>

### 23. PREVIDÊNCIA PRIVADA - NUCLEOS

A NUCLEP e o NUCLEOS firmaram, em 21/11/2007, o Termo de Transação no valor de R\$ 120.111 mil, que corresponde ao valor de R\$ 102.051.836,38 atualizado pelo IGP-M até 31/10/2007, conforme o contido na cláusula primeira (objeto) do Termo de Transação já referenciado, que foi homologado em juízo e consolidado as dívidas existentes, em conformidade com o laudo pericial no âmbito do processo nº 2002.001.153437-3, junto à 30ª Vara Cível do Rio de Janeiro.

Em 02/12/2014, o Supremo Tribunal de Justiça - STJ negou provimento ao recurso interposto pelo NUCLEOS (Agravo 222.312-RJ) e, conseqüentemente, manteve a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJRJ favorável à NUCLEP.

Em 19/11/2015, o Supremo Tribunal Federal - STF negou provimento ao recurso interposto pelo NUCLEOS e manteve a decisão proferida pelo TJRJ favorável à NUCLEP. A decisão transitou em julgado e os autos foram encaminhados ao TJRJ em 27/11/2015.

O Termo de Transação já citado estabeleceu novas condições de pagamento, quais sejam: 360 parcelas mensais, juros de 6% a.a., atualização monetária pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e carência de 24 meses, determinando o pagamento da 1ª parcela em 02/12/2009. Fruto da decisão transitada e julgada, a NUCLEP passou a receber da STN a dotação orçamentária anual para fazer frente às amortizações da dívida por exercício.

Em 12/12/2022 o Conselho de Administração aprovou, na 164ª RCA, por unanimidade, o Plano de Equacionamento do Déficit do NUCLEOS, referente ao exercício de 2021, bem como o seu encaminhamento à SEST.

### 24. PROVISÕES: ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

#### 24.1 Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto se a administração possuir total controle da situação ou quando houver garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não couber mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Os ativos contingentes baseiam-se nos relatórios emitidos por consultores jurídicos da empresa e nas normas contábeis emitidas pelo CPC nº 25, em conjunto com o CFC e a CVM (Deliberação CVM nº 72/22). Dos principais processos em tramitação, consta o processo movido contra a Terminal Multimodal de Coroa Grande SPE S/A (TMC) - vide nota 31. Após atualizados pela Gerência Jurídica da NUCLEP, constam o total de 44 processos, sendo classificados como prováveis:

Ações Cíveis	Dezembro 2023
Processos:	
5091929-88.2022.4.02.5101	47.667
0293654-59.2017.8.19.0001	2.664
5107922-11.2021.4.02.5101	7.451
5071996-32.2022.4.02.5101	827
Demais Processos	13.460
<b>Total das Ações Cíveis</b>	<b>72.069</b>

#### 24.2 Passivos Contingentes

A empresa mantém provisões em função de processos trabalhistas e cíveis, objetivando demonstrar prováveis perdas nas causas judiciais que poderão ser decididas contra a NUCLEP. Tais provisões constituídas com base nos relatórios emitidos por consultores jurídicos da empresa e de acordo com as normas emitidas pelo CPC nº 25, em conjunto com o CFC e a CVM (Deliberação CVM nº 594/09). Dentre as ações de reclamações trabalhistas, constam diversos processos movidos pelos empregados da NUCLEP, que requerem a retroatividade das perdas do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração - PCCR, implantado sem efeito retroativo.

#### Ações trabalhistas

Os processos individualizados abaixo somam o valor de R\$ 2.498 mil, os quais correspondem a 72% (setenta e dois por cento) do total, R\$ 3.482 mil. A rubrica Demais Processos, por sua vez, soma o valor de R\$ 984 mil, representando 28% (vinte e oito por cento) do valor total, conforme segue:

Processos	Dezembro 2023
0100771-42.2019.5.01.0462	707
0100183-43.2016.5.01.0461	607
0101403-76.2016.5.01.0461	491
0101767-14.2017.5.01.0461	413
0100213-34.2023.5.01.0461	157
0100997-55.2016.5.01.0461	123
Demais Processos	984
<b>Total de Ações Trabalhistas</b>	<b>3.482</b>

Os processos individualizados abaixo somam o valor de R\$ 4.112 mil, os quais correspondem a 28% (vinte e oito por cento) dos R\$ 14.447 mil. A rubrica Demais Processos, por sua vez, soma R\$ 1



MINISTÉRIO DE  
MINAS E ENERGIA



A variação deve-se aos valores das subvenções recebidas no exercício:

Composição	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Bens Ativáveis	-	825
Tecnologia da Informação e Comunicação	1.010	483
Máquinas e Equipamentos Industriais	198	315
Demais Equipamentos	313	213
Móveis e Utensílios	321	68
<b>Total</b>	<b>1.842</b>	<b>1.904</b>

Conforme Macrofunção SIAFI 02.11.22, em seu item 2.3.8, entende-se que, para as empresas com capital 100% público, os AFAC transferidos a partir de 1º de janeiro de 2017 podem ser classificados como instrumentos patrimoniais, desde que os repasses sejam capitalizados até a Assembleia Geral Ordinária (AGO) do exercício subsequente (art. 2º, § único, Decreto nº 2.673/1998).

A Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 27 de abril de 2023, deliberou sobre a integralização do AFAC. O Aumento do Capital Social foi realizado neste mesmo exercício, no montante de R\$ 1.904 (um milhão, novecentos e quatro mil), o qual compreende os valores efetivamente recebidos pela União para investimentos em 2022 e aplicados pela NUCLEP. Os repasses recebidos de R\$ 1.842 (um milhão, oitocentos e quarenta e dois mil) até dezembro de 2023, serão capitalizados em obediência a Macrofunção SIAFI 02.11.22 até a data limite da aprovação das contas do exercício em que ocorrer a transferência.

### 25.3 Reserva de Reavaliação

No ano base de 2000, foi efetuada a reserva de reavaliação de bens do ativo imobilizado, cujo saldo é de R\$ 15.736 mil (correspondente a R\$ 16.967 mil, em 2022). Neste período, foram realizadas baixas no montante de R\$ 1.231 mil (que corresponderam a R\$ 5.606 mil, em 2022) assim classificadas:

Composição	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Instalações	67	2.258
Edifícios	1.164	2.376
Terminal Marítimo	-	873
Acesso ao Terminal Marítimo	-	16
Máquinas e Equipamentos Industriais	-	83
<b>Total</b>	<b>1.231</b>	<b>5.606</b>

### 26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

#### - Receita Bruta de Vendas de Produtos e Serviços

A Receita Bruta de Vendas de Produtos e Serviços engloba os valores relativos às contraprestações pelo cumprimento das obrigações de desempenho acordadas nos instrumentos contratuais firmados pela empresa com a Eletronuclear, tais como a Locação de área externa para armazenamento de equipamentos de Angra 3 e a fabricação e fornecimento de condensadores para Usina Nuclear de Angra 3. Além disso, inclui acordos com a Frank's Internacional Brasil LTDA para a industrialização por soldagem e armazenamento de tubos; com a Superpesa Transportes, Projetos e Fabricação S.A. para a utilização de infraestrutura fabril e o serviço de movimentação de cargas com guindaste; com a Amazul para o fornecimento de peças forjadas do Bloco 40 do LABGENE; com a INB para o Serviço de recertificação de cilindros e a 2ª manutenção preventiva da autoclave basculante; com a Hansa Meyer para disponibilização do terminal; com a Monto para o Fornecedor de Torre de Lavagem; com a CTMSP para o fornecimento de vaso de pressão do reator e geradores de vapor; com a Neoenergia e a EKT para o fornecimento de estruturas metálica das torres; e com a Petróleo Brasileiro para o fornecimento do vaso de pressão V-102.

De acordo com as informações por Segmento estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 22, em conjunto com o CFC e a CVM (Deliberação CVM nº 103/22), a receita bruta por cliente está discriminada abaixo:

Receita por Clientes	Dezembro 2023	Dezembro 2022
CTMSP	196	8.312
EKT 9	14.068	-
Superpesa	2.327	2.306
Eletronuclear	9.326	14.340
Petrobras	359	-
Frank's	778	1.780
INB	670	250
Amazul	4.183	16.422
Monto	3.831	-
EBSE	-	64
Neoenergia Lagoa dos Patos Transmissão de Energia S.A.	8.026	-
Demais Clientes	270	210
<b>Total da Receita Operacional Bruta</b>	<b>44.034</b>	<b>43.684</b>

### 26.1 IMPACTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS NO RECONHECIMENTO DA RECEITA

#### - Apresentação do resultado considerando a incidência de benefícios fiscais

Aplica-se ao contrato CT 11/2019, estabelecido com a Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - Amazul, para conclusão da fabricação, montagem e fornecimento do vaso e estruturas internas da contenção e a fabricação do tanque de blindagem primária, incluindo seu tanque de expansão e os seus trocadores de calor do LABGENE - Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica - Bloco 40, o benefício do Regime Especial de Tributação para a Indústria de Defesa (RETID), que tem por objetivo estimular o desenvolvimento de projetos na área estratégica de defesa. Dadas as isenções do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), da COFINS e do IPI, verifica-se um impacto no reconhecimento da receita inerente à prestação do serviço pela Amazul, uma vez que seus custos são suprimidos em consequência da desoneração tributária.

AMAZUL - (RETID) - Regime Especial de Tributação para a Indústria de Defesa	Benefícios - RETID	Dezembro 2023
Receita reconhecida		4.183
PIS	93	-
COFINS	430	-
IPI	269	-
<b>Total</b>	<b>792</b>	<b>4.183</b>

#### - Recursos Orçamentários do Tesouro Nacional

São suportes financeiros recebidos em forma de subvenção, destinados à manutenção da empresa, que têm como objetivo fazer face às despesas com pessoal, parte dos custos operacionais e aos investimentos. São contabilizados conforme estabelece a norma contábil deliberada pela CVM nº 646/10 e o Pronunciamento Técnico CPC 07, ou seja, como receita de subvenção no mesmo período de reconhecimento das despesas a que estão associadas. Os recursos recebidos para investimentos são demonstrados em conta redutora do Ativo Não Circulante e reconhecidos no resultado na mesma proporção da depreciação ou baixa do bem correspondente.

Recursos Orçamentários - por Vinculação de Pagamento	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Pessoal	323.922	258.724
Custeio: Sentença e Benefícios	3.731	30.128
Custeio/Investimentos	116.031	65.946
Recursos Orçamentários transferidos para Subvenção a Realizar	(90.092)	(22.146)
<b>Total dos Recursos Orçamentários do Tesouro Nacional</b>	<b>353.592</b>	<b>332.652</b>
<b>TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>397.626</b>	<b>376.336</b>

- Consolidação da Receita Operacional Bruta	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Receita Operacional Bruta	397.626	376.336
(-) Impostos, Contribuições e outras deduções sobre vendas	(5.313)	(1.722)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>392.313</b>	<b>374.614</b>

### 27. CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS

São custos de produção da NUCLEP são oriundos de recursos próprios e de subvenções para investimentos, já que se trata de uma empresa dependente financeiramente do Tesouro Nacional. Parte da aquisição de seus insumos de produção é financiada com recursos recebidos em forma de subvenção e o restante, com recursos próprios, decorrentes de suas atividades operacionais. Já insumos como mão de obra, transporte e alimentação são 100% (cem por cento) adquiridos com recursos subvencionados.

De acordo com as informações por Segmento estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 22, em conjunto com o CFC e a CVM (Deliberação CVM nº 103/22), a seguir estão discriminados os principais insumos apropriados como Custos dos Produtos e Serviços Vendidos:

	Dezembro 2023	Dezembro 2022
CTMSP	(4.374)	(7.540)
AMAZUL	(3.973)	(15.175)
EBSE	-	(7)
Eletronuclear	(7.794)	(9.172)
JR Nuclear Power Plant	(49)	-
FRANK'S	(664)	(1.091)
Neoenergia	(19.285)	-
<b>TOTAL CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS</b>	<b>(36.139)</b>	<b>(32.985)</b>

### 28. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COMERCIAIS

São os gastos incorridos pelas áreas da Presidência; dos Conselhos de Administração e Fiscal; das Diretorias Administrativa e Comercial, além dos custos não aplicados à produção da Diretoria Industrial, a saber:

Composição	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Salários e Encargos	(254.268)	(186.535)
Benefícios	(16.634)	(14.745)
Previdência	(35.568)	(32.894)
Materiais e Serviços/ Provisões	(123.397)	(88.711)
Depreciação e Amortização e Impairment	(5.857)	(7.164)
Demais Despesas	(53.787)	(9.584)
<b>Total</b>	<b>(489.510)</b>	<b>(339.633)</b>

O acréscimo de cerca de R\$ 60 milhões em salários e encargos foi fruto da regularização de progressões de funcionários, do aumento do quadro de servidores aprovado pela SEST e do incremento salarial consignado aos funcionários pela CCT 2023/2024. Registra-se que não houve necessidade de suplementação de recursos para arcar com essas despesas.

O acréscimo de cerca de R\$ 40 milhões em material e serviços foi decorrente do recebimento de R\$ 77,1 milhões, no final de novembro de 2023, de suplementações no limite de movimentação e empenho (LME) em despesas discricionárias, para aquisições de insumo para os contratos em andamento.

### 29. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

As despesas financeiras são correspondentes aos encargos de juros, variações monetárias e cambiais sobre saldo dos passivos exigíveis. O acréscimo de cerca de R\$ 3,6 milhões em juros, multas e taxas decorreu da falta de informações e inutilização do sistema corporativo da empresa que imobilizou os setores, fruto do ataque cibernético mencionado na nota explicativa nº 2.6.

Receitas e Despesas Financeiras	Dezembro 2023	Dezembro 2022
<b>Receitas financeiras</b>		
Variações monetárias	-	105
Juros, multas e taxas	26	873
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>26</b>	<b>978</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Variações monetárias	(9)	-
Juros, multas e taxas	(3.666)	(122)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(3.675)</b>	<b>(122)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(3.649)</b>	<b>856</b>

### 30. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A NUCLEP é Patrocinadora-Fundadora do NUCLEOS, que tem como demais patrocinadores a Eletronuclear S/A - ELETRONUCLEAR, as Indústrias Nucleares do Brasil S/A - INB e o próprio Instituto, entidade fechada de previdência privada que administra um programa de benefícios complementares aos do Regime Geral da Previdência Social para seus empregados e dirigentes, amparado por contrato solidário de responsabilidades firmado entre todas as partes.

O programa criado em 1979 para ser o fundo de pensão do setor nuclear do país, engloba todos os funcionários da Nuclebrás e de suas subsidiárias, e é mantido através de um Plano de Benefícios Definidos - BD, que visa garantir à maioria dos participantes uma renda vitalícia pós-emprego em níveis semelhantes à da atividade, quando somada à da previdência social, limitada a três tetos previdenciários. Esse programa dá cobertura, também, às aposentadorias por invalidez, às especiais e ao pagamento de pensões aos dependentes de participantes que vierem a falecer.

Em 31 de dezembro de 2023, a população vinculada ao programa, comparada com o exercício anterior, era a seguinte:

DADOS POPULACIONAIS	Dezembro 2023	Dezembro 2022
<b>1. Participantes Ativos</b>	<b>Plano BD</b>	<b>Plano BD</b>
1.1. Número de empregados vinculados ao plano	534	550
1.2. Idade Média (anos)	41,58	40,66
1.3. Serviço Creditado (total)	15,73	14,76
1.4. Tempo Médio de Serviço Futuro (Aposentadoria)	58,11	63,93
1.5. Valor do Salário Médio (R\$)	14.543,00	12.696,47
<b>2. Aposentados</b>		
2.1. Participantes Aposentados por contribuição, idade e especial	403	401
2.2. Idade Média (anos)	65,05	64,30
2.3. Benefício Médio (R\$)	10.183,72	9.657,21
<b>3. Pensionistas</b>		
3.1. Número de participantes pensionistas	66	66
3.2. Idade Média (anos)	66,59	65,98
3.3. Benefício Médio em R\$	5.230,24	4.272,69
<b>População Total</b>	<b>1.003</b>	<b>1.017</b>

Ao adotar os procedimentos contábeis recomendados pelo CFC e pela CVM (especialmente a Deliberação CVM nº 695/2012) e pelo CPC 33, a NUCLEP procedeu à avaliação atuarial independente das obrigações decorrentes desse programa de benefício pós-emprego, através da empresa Assistants Consultoria Ltda - Registro CIBA nº 068, cujos resultados são abaixo expostos.

A avaliação independente é baseada no regime de capitalização sob o método da Unidade de Crédito Projetada e pode diferir daquela que é periodicamente realizada pela administração do programa, cujas bases seguem a legislação setorial específica da previdência complementar.

Em 31 de dezembro de 2023, a avaliação independente revelou os seguintes resultados:

ALTERAÇÕES NAS OBRIGAÇÕES	Dezembro 2023	Dezembro 2022
<b>Valor presente da obrigação atuarial no Início do Exercício</b>	<b>1.021.043</b>	<b>1.079.000</b>
Custo dos Juros	117.272	114.345
Custo do Serviço Corrente	15.532	19.590
Benefícios Pagos pelo plano	(60.299)	(55.213)
Remunerações de Ganhos/(Perdas) Atuariais	(5.434)	(136.679)
<b>Valor presente da obrigação atuarial no final do Exercício</b>	<b>1.088.114</b>	<b>1.021.043</b>

### ALTERAÇÕES NOS ATIVOS FINANCEIROS

#### Valor Justo dos Ativos no Início do Exercício

Receitas de Juros	90.921	81.267
Contribuições do Patrocinador	11.351	10.377
Contribuições dos Participantes	7.643	7.944
Benefícios Pagos pelo plano	(60.299)	(55.213)
Contribuições patronais extraordinárias	-	-
Ganhos/(Perdas) Atuariais sobre os ativos do plano	360.961	(17.645)
<b>Valor Justo dos Ativos no Fim do Exercício</b>	<b>1.199.050</b>	<b>788.473</b>
<b>ESTADO DE COBERTURA NO FINAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>110.936</b>	<b>(232.570)</b>

A NUCLEP subscreveu um Termo de Transação junto ao NUCLEOS para garantir a reposição de aportes vencidos - vide nota explicativa 23.

### 31. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém uma política de seguros considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas que possam resultar em prejuízos ao patrimônio da NUCLEP. As coberturas estão assim distribuídas:

Seguro	Risco Coberto	Cobertura R\$
Seguro de Bens Patrimoniais	Incêndio, Raio, explosão, implosão e outros	191.237.076,95
Responsabilidade Civil Diretores e conselheiros	Responsabilidade civil	10.000.000,00
Seguro de automóveis	Colisão, incêndio, roubo, danos materiais	100% tabela FIPE
Responsabilidade Civil Geral	Operações Industriais / Empregador	3.000.000,00
Seguro Incêndio - Escritório Rio	Incêndio, Raio, explosão, implosão e outros	1.540.000,00
Riscos Nomeados - Patrimoniais	Incêndio, implosão, entre outros e quebra de Máquinas	13.100.000,00
Terminal Portuário		
Seguro de vida em grupo	Diretores, Funcionários, Estagiários e Aprendizes [sendo 97 o somatório desses dois últimos]	815

### 32. CONTRATO DE ARRENDAMENTO

Em 16 de dezembro de 1997, a NUCLEP firmou o contrato C-291/AB-001 para arrendamento do Terminal Marítimo e parte das instalações de sua propriedade com a empresa TMC - Terminal Multimodal de Coroa Grande SPE S/A, para administração, exploração e operação do Terminal Portuário. Durante a evolução do contrato, alguns investimentos que estavam previstos não foram realizados e a TMC deixou de honrar parte dos compromissos financeiros contratuais.

Na tentativa de não denunciar o contrato, a NUCLEP pactuou 5 (cinco) aditamentos com o objetivo de viabilizar o saldo a receber e, consequentemente, refazer o plano de recebimento, incluindo as novas obrigações assumidas pelo arrendatário. Entretanto, a TMC continuou inadimplente, levando a NUCLEP, em 29 de setembro de 2004, a ingressar em juízo com Ação de Cobrança cumulada com pedidos de rescisão contratual e reintegração de posse do terminal portuário.

Finalmente, em 27 de março de 2009, após o trânsito em julgado da sentença proferida no juízo arbitral, a NUCLEP ganhou a reintegração de posse do terminal e da área retro portuária, mas, quanto à dívida, teve que ingressar com ação de Execução de Títulos Extrajudiciais, distribuída na 36ª Vara Cível da Comarca de Capital - RJ, que ainda aguarda decisão.

A NUCLEP considera o ganho da causa provável, mas o recebimento do montante da dívida é incerto. Por esse motivo, tem-se optado por manter o registro contábil em contas de controle o valor de R\$ 388.343 mil, que corresponde ao total da dívida corrigida e acumulada conforme parecer inicial do jurídico da NUCLEP 056/2020/ATG/PJG-1/NUCLEP, atualizado mensalmente nas contas de controle do SIAFI.

### 33. PREJUIZOS FISCAIS E BASES NEGATIVAS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A companhia possui prejuízos fiscais e, consequentemente, bases negativas de contribuição social, que geram créditos fiscais e não se encontram refletidos nas demonstrações contábeis. Esses prejuízos representam um ativo fiscal diferido, que será compensado com lucros tributários gerados pelas operações futuras, conforme abaixo:

Resultado Fiscal	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Imposto de Renda	(236.086)	(127.479)
Contribuição Social	(247.833)	(139.226)

### 34. PRINCIPAIS TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A companhia realizou transações com partes relacionadas no exercício de 2023, de acordo com os padrões de mercado, a título de: Atualização de créditos a receber (Tesouro Nacional), contratos para fabricação de bens de contratos já existentes (Marinha do Brasil - CTMSP) e atualização e pagamentos do Termo de Equacionamento (NUCLEOS). O montante do saldo de operações de empréstimos e financiamentos (INB) foi evidenciado, mas não sofreu alterações.

- (a) montante das transações;  
(b) montante dos saldos existentes, incluindo compromissos, e:  
(i) seus prazos e condições, incluindo eventuais garantias, e a natureza da contrapartida a ser utilizada na liquidação; e  
(ii) detalhes de quaisquer garantias dadas ou recebidas;  
(c) provisão para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes; e  
(d) despesa reconhecida durante o período relacionada a dívidas incobráveis ou de liquidação duvidosa de partes relacionadas.

	Tesouro Nacional	Marinha do Brasil - CTMSP	INB	NUCLEOS	TOTAL
<b>Dezembro 2022</b>	<b>234.760</b>	<b>(32.323)</b>	<b>33.017</b>	<b>(247.149)</b>	<b>(11.695)</b>
<b>Ativo</b>					
Direitos a Receber	(209.696)	-	-	-	(209.696)
<b>Passivo</b>					
Obrigações a Pagar/ Realizar	-	(2.393)	(33.017)	245	(35.165)
<b>Dezembro 2023</b>	<b>25.064</b>	<b>(29.930)</b>	<b>-</b>	<b>(246.904)</b>	<b>(251.770)</b>

### Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

a) Controladora da NUCLEP conforme nota 25.1.

### SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

a) **Garantias concedidas:** pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST, atual Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST e que teve como consequência a constituição de um passivo orçamentário por parte do Tesouro Nacional, a NUCLEP e o NUCLEOS, firmaram em 2007, um Termo de Transição que viabiliza a amortização da dívida a ser paga em 360 meses (até outubro 2039). Desta forma e considerando a documentação mencionada acima, acrescida da Portaria nº. 1, de 11 de janeiro de 2010, editada pelo então Ministério do Planejamento, segurando o qual empresas como a NUCLEP, que fazem parte do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, tem direito a receber do Tesouro Nacional recursos financeiros para pagamentos das dívidas judicializadas, a NUCLEP constituiu contas a receber da Secretaria do Tesouro Nacional. O impacto na STN alcançará cinco Planos Plurianuais - PPA, visto que a amortização da dívida se encerra até 2039, conforme nota 09.

### MARINHA DO BRASIL

a) Gerador e Vasos: Fabricação de 2 geradores de vapor (GV) para propulsão naval. Contrato nº 42000/2013-011 (em andamento):

Valor Global: R\$ 17.630.068,43  
Valor Faturado: R\$ 5.390.618,43  
Receita Reconhecida: R\$ 4.784.144,45

b) Fabricação de vaso de pressão do reator (VPR) acessórios, sobressalentes, dispositivos e ferramentas especiais. Contrato nº 42000/2013-010 (em andamento):

Valor Global: R\$ 14.336.471,96  
Valor Faturado: R\$ 5.163.491,34  
Receita Reconhecida: R\$ 5.163.491,34

c) Conclusão da fabricação, montagem e fornecimento do vaso e estruturas internas da contenção e a fabricação do tanque de blindagem primária, incluindo seu tanque de expansão e os seus trocadores de calor do LABGENE (Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica), conforme Especificação de Compra no R11.01-1400-AC-0017 rev.3, proposta Técnico-Comercial nº





NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A.  
CNPJ Nº 42.515.882/0001-78

MINISTÉRIO DE  
MINAS E ENERGIA



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

### 35. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Empregados
<b>Remuneração Média Mensal</b>	<b>35.427,04</b>	<b>3.837,93</b>	<b>3.837,93</b>	<b>4.162,80</b>	<b>17.725,28</b>
Maior Remuneração	35.427,04	3.837,93	3.837,93	4.162,80	41.650,92
Menor Remuneração	35.427,04	3.837,93	3.837,93	4.162,80	4.210,52
Maior Remuneração (Não Encargos)					41.650,92
Menor Remuneração (Não Encargos)					4.210,52
Remuneração Média Mensal (Não Encargos)					17.725,28
Quantidade de contratados até 31/12/2023					19
<b>Benefícios Concedidos</b>					
Assistência Médica					16.634.330,77
Alimentação					6.915.035,14
Cesta Básica					-
Auxílio creche					860.601,00
Auxílio Transporte					12.552.567,12
Previdência Complementar Patronal					10.112.800,59
					<b>47.075.334,62</b>

### 36. ANÁLISE ENTRE CONTABILIDADE DE ACORDO COM A LEI 6.404/76 E A LEI 4.320/64

Após análise das conciliações entre a contabilidade feita de acordo com a Lei 6.404/76 e aquela promovida conforme a Lei 4.320/64, a NUCLEP apresenta o Balanço Patrimonial emitido pelo SIAFI WEB para evidenciar a ocorrência de divergência entre a lei societária e a pública.

#### 36.1 Ativo Circulante

	ATIVO	
	2023	2022
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>223.907,92</b>	<b>219.689,48</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>34.838,20</b>	<b>42.460,98</b>
<b>Créditos a Curto Prazo</b>	<b>94.373,51</b>	<b>67.291,24</b>
Clientes	33.882,41	29.611,61
Demais Créditos e Valores	87.238,83	64.584,02
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	(26.747,72)	(26.904,39)
<b>Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Estoques</b>	<b>94.696,21</b>	<b>109.937,26</b>
<b>Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>VPDs Pagas Antecipadamente</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Nenhuma divergência entre as Leis 4.604/76 e suas alterações e a Lei 4.320/64.

#### 36.2 Ativo Não Circulante

	ATIVO NÃO CIRCULANTE	
	2023	2022
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>330.220,87</b>	<b>330.220,87</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	33.112,75	33.112,75
Créditos a Longo Prazo		
Demais Créditos e Valores	33.112,75	33.112,75
<b>Investimentos</b>	<b>166,96</b>	<b>166,96</b>
Participações Permanentes	166,96	166,96
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	166,96	166,96
<b>Imobilizado</b>	<b>295.439,53</b>	<b>295.439,53</b>
Bens Móveis	81.427,08	81.427,08
Bens Móveis	194.583,43	194.583,43
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(111.220,63)	(111.220,63)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	(1.935,72)	(1.935,72)
Bens Imóveis	214.012,45	214.012,45
Bens Imóveis	251.960,77	251.960,77
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(37.830,90)	(37.830,90)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	(117,41)	(117,41)
<b>Intangível</b>	<b>1.501,64</b>	<b>1.501,64</b>
Softwares	159,24	159,24
Softwares	308,22	308,22
(-) Amortização Acumulada de Softwares	(148,98)	(148,98)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	1.342,40	1.342,40
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	1.342,40	1.342,40

Nenhuma divergência entre as Leis 4.604/76 e suas alterações e a Lei 4.320/64.

#### CARLOS HENRIQUE SILVA SEIXAS

Presidente

CPF 507.580.717-87

NICOLA MITRO NETO

Diretor Comercial

CPF 141.248.308-58

#### GENILDO RODRIGUES DE ARAÚJO

Gerente Geral de Planejamento e Finanças

CPF 491.885.187-87

#### OSCAR MOREIRA DA SILVA FILHO

Diretor Administrativo

CPF 730.465.237-34

#### SERGIO AUGUSTO ALVES FERNANDES

Diretor Industrial

CPF 025.853.137-19

#### FRANCISCO DE SOUSA VIANA

Gerente de Contabilidade - CRC-RJ 093.702/O-1

CPF 024.999.427-54

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da  
**NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A - NUCLEP**

CNPJ Nº 42.515.882/0001-78

Itaguaí (RJ)

#### OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A - NUCLEP que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A - NUCLEP, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A - NUCLEP, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato.

#### PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

• A companhia vem trabalhando nos seus custos de produção, mas apesar dessa atitude, continua assumindo valor muito alto de ineficiência dentro de custos administrativos.

• O terreno onde se encontram as instalações da NUCLEP está registrado tanto na contabilidade da NUCLEP quanto da INB, criando uma duplicação de registro no SIAFI. Existe um documento sob o registro nº 371/2021, o qual contempla a reabertura do processo que visa a regularização do bem imóvel objeto da duplicidade de registros, abrangendo os representantes das empresas NUCLEP, INB, CNEM e MCTIC.

#### RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A - NUCLEP continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A - NUCLEP ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A - NUCLEP são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### 36.3. Passivo Circulante

	PASSIVO	
	2023	2022
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>140.386,96</b>	<b>152.435,09</b>
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	90.511,22	61.194,03
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.423,84	2.990,18
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	603,11
Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Provisões a Curto Prazo	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	47.451,90	87.647,77
<i>A divergência de R\$ 21.019 mil encontrada ocorreu pela baixa da provisão de 13º Salários e seus respectivos encargos como ajuste de exercícios anteriores ocorridos em Janeiro/2024.</i>		
<b>36.4 Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido</b>	<b>223.907,92</b>	<b>219.689,48</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>313.629,76</b>	<b>405.023,12</b>
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	220.807,24	223.215,63
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	33.017,31
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões a Longo Prazo	17.929,00	43.591,22
Demais Obrigações a Longo Prazo	74.893,53	105.198,96
<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>454.016,72</b>	<b>557.458,21</b>

#### PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2023	2022
<b>Patrimônio Social e Capital Social</b>	<b>63.113,79</b>	<b>61.210,00</b>
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	32.824,63	1.903,79
Reservas de Capital	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	174.290,80	175.615,00
Reservas de Lucros	-	-
Demais Reservas	15.736,49	16.967,77
<b>Resultados Acumulados</b>	<b>(185.853,63)</b>	<b>(58.900,15)</b>
Resultado do Exercício	(128.184,77)	106,49
Resultados de Exercícios Anteriores	(57.668,87)	(59.006,64)
(-) Ações/Cotas em Tesouraria	-	-
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>100.112,08</b>	<b>196.796,41</b>

*A divergência de R\$ 21.019 mil impactou no resultado positivamente pela desincorporação de passivo trabalhistas reduzindo o prejuízo do exercício.*

### 37. CONTINUIDADE OPERACIONAL DA COMPANHIA

De acordo com a base contábil de continuidade operacional, as demonstrações contábeis são elaboradas com base no pressuposto de que a entidade está operando e continuará a operar em futuro previsível - NBCTA 570 AUD.

#### 38. EVENTOS SUBSEQUENTES

38.1 Em decorrência do ataque cibernético registrado na nota explicativa nº 2.6, além das ações empreendidas pela NUCLEP em 2023 no que diz respeito à segurança da informação, no ano de 2024 também estão previstos esforços nesse sentido, com vistas a preparar a empresa tanto para mitigar os efeitos danosos desse ataque, como também para prepará-la para resguardar a integridade de todo e qualquer arquivo utilizado.

38.2 Foram assinados os contratos abaixo listados para a construção de 148 de Estacas Torpedo, com a respectiva previsão de faturamento evidenciado no campo "Preço Bruto":

AIP	Contrato/Pedido	Escopo	Prazo	Preço Bruto
008/2023	Pedido Nº: 4512915215	Fornecimento de 18 Estacas Torpedo T-35.	mar/25	R\$ 8.192.917,26
011.2023	Contrato Nº: 4600676591, de 01.12.2023	Fornecimento de 106 Estacas Torpedo, modelos T-24, T-35 e T-66.	ago/25	R\$ 43.074.261,10
014/2023	Tramitando com previsão de assinatura em fevereiro 24.	Fornecimento de 24 Estacas Torpedo T-120.	jun/26	R\$ 43.554.300,84

38.3 De modo a implementar a decisão contida no Objetivo nº 11 (Promover a Transformação Digital) do Planejamento Estratégico 2024-2028, aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração no final de 2023, ainda no final daquele exercício foram iniciadas ações a fim de definir os requisitos básicos para realização de um certame licitatório em 2024 para implantação de um novo ERP, em substituição ao BENNER.

38.4 Concluído, no final de 2023, no Sistema PRODUTIVO, o módulo de Custo que permite a mensuração da mão de obra utilizada nos contratos, tanto de colaboradores efetivos quanto de terceirizados, permitindo aos atores envolvidos no processo não somente a verificação on-line do quantitativo de horas-homem (HH) dispendido nos contratos, como também os valores financeiros envolvidos. Nesse mesmo diapasão, encontra-se em teste o "módulo de Programação" no mesmo Sistema, que irá substituir os controles realizados em planilhas da programação trisemanal, permitindo que os atores envolvidos acompanhem, de forma simultânea, a programação.



MINISTÉRIO DE  
MINAS E ENERGIA



### PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2023

O Conselho Fiscal da NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A - NUCLEP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social da Companhia, em cumprimento ao disposto no art. 163, incisos II e VII da Lei nº 6.404/76, e no inciso II do art. 11 do Regimento do Conselho Fiscal, apresenta ao Acionista Controlador:

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2023.** O Conselho Fiscal da NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A - NUCLEP procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração do Valor Adicionado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas da Administração relativas às demonstrações financeiras, como também do Parecer da Auditoria Interna, do Parecer do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes - CONAUD Auditores Independentes.

Todos os documentos supramencionados foram aprovados pela Diretoria Executiva na 752ª Reunião, realizada no dia 16.02.2024, e pelo Conselho de Administração, em sua 178ª Reunião, realizada no dia 29.02.2024, o qual se manifestou favoravelmente à aprovação, desde que procedidos os ajustes sugeridos pelo Conselho Fiscal.

Cumprido salientar que, a pedido do Conselho Fiscal, a Gerência-Geral de Planejamento e Finanças da NUCLEP elaborou um Plano de Ação com vistas a endereçar as recomendações da Coordenação-Geral de Participações Societárias contidas no item 53 do Parecer SEI nº 823/2023/MF. Esse Plano foi assinado em 28 de novembro de 2023, conforme anexo, e apreciado pelo Conselho de Administração em sua 176ª Reunião, realizada em 19 de dezembro de 2023.

Os ajustes sugeridos pelo Conselho Fiscal e acatados pelo Conselho de Administração foram os seguintes: correções redacionais nas notas explicativas, bem como complementação de conteúdo nas notas 9, 13, 15, 23, 24.2, que

tratam, respectivamente, de Contas a Receber, Imobilizado, Subvenções para Investimentos, Previdência Privada - NUCLEOS e Passivos Contingentes. A complementação solicitada visou evidenciar, nas referidas notas, as providências tomadas em decorrência do Plano de Ação supramencionado. Ademais, o CF recomendou algumas adequações no Relatório de Administração e no Relatório Integrado, de modo que as correções requeridas nas notas explicativas fossem devidamente refletidas nesses documentos, que, na visão do CF, devem elucidar as razões que levaram à empresa ao resultado aferido em 2023 (o qual não decorre somente do atendimento às recomendações contidas no Parecer SEI nº 823/2023/MF).

No que diz respeito ao Imobilizado, vale ressaltar que, por intermédio do Ofício CF-001/2024, de 9 de janeiro de 2024, em anexo, este Conselho solicitou ao Ministério de Minas e Energia informações sobre o andamento do processo referente à regularização do Terreno (que tramita naquela Pasta sob o nº SEI 48340.000188/2021-02, mas sem avanço desde o dia 7/2/2022, quando o então Ministério da Economia, por meio do Ofício SEI nº 34117/2022/ME, encaminhou ao MME manifestação da STN e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional sobre o tema).

Após análise, debates e esclarecimentos dos questionamentos formulados, o Conselho Fiscal concluiu que, depois de realizadas as correções, complementações e ajustes apontados, todos os fatos relevantes conhecidos até a data deste parecer sobre o exercício de 2023 estarão adequadamente refletidos no Relatório da Administração e nas Demonstrações Financeiras, documentos que poderão, finalmente, ser submetidos à apreciação na Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2024.

Isabel Terra Siebra de Sousa - Presidente

Brenno Leopoldo Cavalcante de Paula - Conselheiro; Hemeline Lúcia Camata Soares - Conselheira

### COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria Estatutário da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP, na 178ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, a ser realizada em 29 de fevereiro de 2024, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social da Companhia, apresenta aos Conselheiros de Administração da NUCLEP.

**PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2023:** O Comitê de Auditoria Estatutário - COAUD supervisionou e acompanhou a elaboração das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2023, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, as Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras, o Parecer da Auditoria Interna.

Com relação ao Relatório de revisão das demonstrações contábeis finais dos auditores independentes (AI)-CONAUD Auditores Independentes, não foi procedida a análise requerida, uma vez que os AI optaram por aguardar, para

profundificação do seu parecer, o laudo correspondente ao cálculo atuarial relativo ao plano de previdência privada do NUCLEOS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL e o laudo relativo ao "inventário físico de bens móveis e imóveis e avaliação patrimonial com fundamentação técnica para a determinação do valor recuperável de ativos (teste de impairment)". Tão logo o parecer dos AI seja encaminhado, o COAUD fará a sua pertinente avaliação.

Após debates e esclarecimentos das dúvidas formuladas ao Gerente de Contabilidade, o COAUD concluiu que todos os fatos relevantes, conhecidos até a data deste relatório sobre o exercício de 2023, estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras, as quais estão aptas para serem submetidas à apreciação e aprovação pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2024

Luciano Campos Frade  
Presidente

Luís Odair A. G. Raymundo  
Membro

Francisco Clerton R. Barreto  
Membro

### BALANÇO SOCIAL - INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em Milhares de Reais)

1 - GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA - DVA	2023		2022	
	R\$ Mil	Distrib %	R\$ Mil	Distrib %
Empregados	289.835	146,3%	219.428	94,4%
Governo	8.510	4,3%	4.469	1,9%
Financiadores	6.915	3,5%	8.352	3,6%
Acionistas	(107.165)	(54,1%)	106	0,0%
<b>Total</b>	<b>198.095</b>	<b>100,0%</b>	<b>232.355</b>	<b>100,0%</b>

2 - BASE DE CÁLCULO DOS INDICADORES	2023		2022	
	R\$ Mil		R\$ Mil	
Receita Líquida (RL)	392.313		374.614	
Resultado Líquido do Exercício (RLE)	(107.165)		106	
Folha de Pagamento Bruta (FPB) (Remuneração + Encargos)	262.661		217.718	
Apropriação em Custos dos Produtos Vendidos	(36.139)		(32.985)	
Apropriação em Estoques de Produtos em Processo	(25.642)		(15.400)	
Folha de Pagamento Líquida (FPL) (Remuneração + Encargos)	200.880		169.333	

3.1 - REMUNERAÇÃO BRUTA	2023			2022		
	R\$ Mil	% sobre RH	% sobre RL	R\$ Mil	% sobre RH	% sobre RL
Empregados	176.106	53,1%	44,9%	184.527	58,8%	49,3%
Administradores	1.973	0,6%	0,5%	2.007	0,6%	0,5%
<b>Total</b>	<b>178.079</b>	<b>53,7%</b>	<b>45,4%</b>	<b>186.534</b>	<b>59,4%</b>	<b>49,8%</b>

3.2 - ENCARGOS SOCIAIS	2023			2022		
	R\$ Mil	% sobre RH	% sobre RL	R\$ Mil	% sobre RH	% sobre RL
	76.189	23,0%	19,4%	63.002	20,1%	16,8%

3.3 - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	2023			2022		
	R\$ Mil	% sobre RH	% sobre RL	R\$ Mil	% sobre RH	% sobre RL
Alimentação	6.464	1,9%	1,6%	3.322	1,1%	0,9%
Transporte	11.936	3,6%	3,0%	10.098	3,2%	2,7%
Previdência Privada	34.781	10,5%	8,9%	32.894	10,5%	8,8%
Assistência Médica e Odontológica	16.634	5,0%	4,2%	14.504	4,6%	3,9%
Segurança e Medicina do Trabalho	4.378	1,3%	1,1%	553	0,2%	0,1%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	1.129	0,3%	0,3%	796	0,3%	0,2%
Seguro de Vida em Grupo e Outros	2.010	0,6%	0,5%	2.300	0,7%	0,6%
<b>Total</b>	<b>77.331</b>	<b>23,3%</b>	<b>19,5%</b>	<b>64.467</b>	<b>20,5%</b>	<b>17,0%</b>
<b>Total de Recursos Humanos</b>	<b>331.599</b>	<b>100,0%</b>	<b>84,3%</b>	<b>314.003</b>	<b>100,0%</b>	<b>83,6%</b>

3.3.1 RELAÇÃO ENTRE A MAIOR E A MENOR REMUNERAÇÃO	2023				2022			
	R\$ Mil		R\$ Mil		R\$ Mil		R\$ Mil	
	<b>Maior</b>	<b>Menor</b>	<b>Maior</b>	<b>Menor</b>	<b>Maior</b>	<b>Menor</b>	<b>Maior</b>	<b>Menor</b>
Empregados	41,6	4,2	39,3	2,4				
Administradores	35,4	3,8	32,5	3,5				

3.4 - COMPOSIÇÃO DO CORPO FUNCIONAL	2023		2022	
Total de empregados ao final do exercício	738		744	
Total de admissões durante o exercício	20		19	
Total de demissões durante o exercício	26		37	
Total de estagiários ao final do exercício	65		61	
Total de prestadores de serviço terceirizados ao final do exercício	-		-	
Total de empregados com necessidades especiais ao final do exerc.	4		4	
Total de negros que trabalham na Empresa	340		342	
Percentual de cargos de chefia ocupados por negros	35,48%		32,93%	
<b>Total de empregados por sexo:</b>				
.Feminino	163		163	
.Masculino	575		581	

Percentual de ocupantes de cargos de chefia por sexo:		
. Feminino	29,03%	29,3%
. Masculino	70,97%	70,7%
<b>Total de empregados por faixa etária:</b>		
. menores de 18 anos	-	-
. de 18 a 35 anos	163	195
. de 36 a 45 anos	322	315
. de 46 a 60 anos	210	190
. acima de 60 anos	43	44
<b>Total de empregados por nível de escolaridade:</b>		
. analfabetos	-	-
. com ensino fundamental	64	65
. com ensino médio	391	321
. com ensino técnico	4	83
. com ensino superior	220	203
. com pós graduação	23	72
. com mestrado	32	-
. com doutorado	4	-
<b>Total de empregados admitidos por nível de escolaridade:</b>		
. com ensino fundamental	237	
. com ensino médio	171	
. com ensino técnico	161	
. com ensino superior	169	

3.5 AÇÕES TRABALHISTAS MOVIDAS CONTRA A EMPRESA	2023	2022
Número de processos trabalhistas movidos contra a empresa (un)	17	56
Número de processos trabalhistas julgados procedentes (un)	13	38
Número de processos trabalhistas julgados improcedentes (un)	9	16
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação judicial (R\$ Mil)	9.053	5.095

4 - INTERAÇÃO COM O AMBIENTE EXTERNO	2023	2022
4.1 - RELACIONADOS COM A COMUNIDADE	R\$ MIL	R\$ MIL
<b>Total de investimentos/gastos em:</b>		
Educação	44	31
Transporte	469	394
Alimentação	254	129
<b>Total</b>	<b>767</b>	<b>554</b>
<b>Total relacionamento com a comunidade</b>		
<b>4.2 - INTERAÇÃO COM OS CLIENTES</b>		
Número de reclamações recebidas diretamente na empresa	-	-
Número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor	-	-
Número de reclamações recebidas por meio da justiça	-	-
Número de reclamações atendidas em cada instância arrolada	-	-
Montante de multas e indenizações pagas a clientes	-	-
Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações	-	-
<b>4.3 - INTERAÇÃO COM OS FORNECEDORES</b>		
Como critério de responsabilidade social na seleção dos fornecedores, são exigidos os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Empresa	SIM	SIM

5 - INTERAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE	R\$ MIL	% sobre RLE	% sobre RL	R\$ MIL	% sobre RLE	% sobre RL
Investimentos e gastos relacionados com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	310	-0,3%	0,1%	645	608,5%	0,2%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	650	-0,6%	0,2%	1.358	1281,1%	0,4%
Investimentos e gastos com a educação para empregados, e administradores da entidade	380	-0,4%	0,1%	796	750,9%	0,2%
Passivos Contingenciais	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
<b>Total da interação com o meio ambiente</b>	<b>1.340</b>	<b>-1,3%</b>	<b>0,3%</b>	<b>2.799</b>	<b>2640,6%</b>	<b>0,7%</b>

CARLOS HENRIQUE SILVA SEIXAS  
Presidente  
CPF 507.580.717-87

OSCAR MOREIRA DA SILVA FILHO  
Diretor Administrativo  
CPF 730.465.237-34

NICOLA MITRO NETO  
Diretor Comercial  
CPF 141.248.308-58

SERGIO AUGUSTO ALVES FERNANDES  
Diretor Industrial  
CPF 025.853.137-19

GENILDO RODRIGUES DE ARAÚJO  
Gerente Geral de Planejamento e Finanças  
CPF 491.885.187-87

FRANCISCO DE SOUSA VIANA  
Gerente de Contabilidade - CRC-RJ 093.702/O-1  
CPF 024.999.427-54

### RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS AUDITORES INDEPENDENTES RELACIONADO COM INFORMAÇÕES SOBRE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Ao Conselho de Administração e Acionistas da  
**NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A - NUCLEP**  
Itaguaí - RJ

#### Introdução

Fomos contratados pela Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP para apresentar nosso relatório de asseguarção limitada sobre a compilação das informações socioambientais constantes no Balanço Social da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

#### Responsabilidades da administração da Companhia

A administração da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das informações socioambientais constantes no Balanço Social de acordo com os critérios do *Global Reporting Initiative (GRI-G3.1)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre as informações socioambientais constantes no Balanço Social, com base no trabalho de asseguarção limitada conduzido de acordo com o Comunicado Técnico CTO 01/12, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade e elaborado tomando por base a NBC TO 3000- Trabalhos de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que é equivalente à norma internacional ISAE 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores, aplicáveis às informações não históricas. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações socioambientais constantes no Balanço Social, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Um trabalho de asseguarção limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 (ISAE 3000 ) consiste principalmente de indagações à administração da Companhia e outros profissionais da Companhia que estão envolvidos na elaboração das informações socioambientais constantes no Balanço Social, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidência que nos possibilite concluir na forma de asseguarção limitada sobre as informações tomadas em conjunto.

Um trabalho de asseguarção limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o leve a acreditar que as informações socioambientais constantes no Balanço Social, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação e apresentação das informações socioambientais constantes no Balanço Social e de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas onde distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam:

(a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações socioambientais constantes no Balanço Social da NUCLEP;

(b) o entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a compilação dos indicadores por meio de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;

(c) a aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com os indicadores divulgados nas informações socioambientais constantes no Balanço Social; e

(d) o confronto dos indicadores de natureza financeira com as demonstrações contábeis e/ou registros contábeis.

Os trabalhos de asseguarção limitada compreenderam, também, a aderência às diretrizes e critérios da estrutura de elaboração do *Global Reporting Initiative (GRI- G3.1)* aplicável na elaboração das informações socioambientais constantes no Balanço Social.

Acreditamos que a evidência obtida em nosso trabalho é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

#### Alcance e limitações

Os procedimentos aplicados no trabalho de asseguarção limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados no trabalho de asseguarção que tem por objetivo emitir uma opinião sobre as informações socioambientais constantes no Balanço Social. Consequentemente, não nos possibilitam obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em trabalho de asseguarção que tem por objetivo emitir uma opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho com objetivo de emitir uma opinião, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações socioambientais constantes no Balanço Social. Dessa forma, não expressamos uma opinião sobre essas informações.

Os dados não financeiros estão sujeitos a várias limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos.

Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para os períodos anteriores, nem em relação a projeções futuras e metas.

#### Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações socioambientais constantes no Balanço Social não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as diretrizes do *Global Reporting Initiative (GRI-G3.1)*.

Ribeirão Preto (SP), 25 de fevereiro de 2024.

**CONAUD - Auditores Independentes S.S**  
CRC-2SP 022311/O-8 CVM – 1030-8  
**Luiz Cláudio Gaona Granados**  
Contador - CRC 1SP118402/O-3

## LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.

CNPJ/MF nº 60.444.437/0001-46 - NIRE 33.300.106.448 - Companhia Aberta

**Editais de Primeira Convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da 21ª (vigésima primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirográfrica, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, DA Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Emissão", "Debêntures" e "Escritura de Emissão")**

Nos termos do artigo 124, §1º, inciso II, do artigo 71, § 2º, ambos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor ("Lei das Sociedades por Ações") e da Cláusula 9.1 do "Instrumento Particular de Escritura da 21ª (vigésima primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirográfrica, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures") celebrada em 09 de fevereiro de 2021, entre a LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A., sociedade por ações com registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como categoria B, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano, n.º 168, parte, Centro, CEP 20080-002, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 60.444.437/0001-46 ("Emissora"), a LIGHT S.A., sociedade por ações com registro de companhia aberta na CVM como categoria A, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano, n.º 168, parte, 2º andar, Corredor A, Centro, CEP 20080-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.378.521/0001-75 e a Oliveira Trust DTMV S.A., instituição financeira devidamente constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 3.434, sala 201, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, na qualidade de agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das Debêntures (conforme abaixo definidas) ("Agente Fiduciário" e "Debenturistas", respectivamente), ficam os Debenturistas da 21ª (vigésima primeira) Emissão convocados a participar da assembleia geral de debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), que se realizará, em primeira convocação, no dia 22 de abril de 2024, às 15 horas, a ser realizada de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica "Google Meet", com o link de acesso a ser encaminhado pelo Agente Fiduciário aos Debenturistas habilitados ("Plataforma Digital"), conforme o § 2º do artigo 71 da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), que será considerada como realizada na sede da Emissora a fim de apreciar e deliberar acerca da seguinte Ordem do Dia: (A) Deliberar sobre o voto a ser proferido em AGC acerca do Plano de Recuperação Judicial apresentado na RJ; (B) Autorizar o assessor legal a rejeitar qualquer Aditivo ao PRJ citado no item (a) na AGC, o qual não tenha sido previamente aprovado pelos Debenturistas reunidos em AGD; e (C) Aprovação para que o Agente Fiduciário e o assessor legal, tomem todas as medidas necessárias para implementação das deliberações desta AGD. 1.1 A Assembleia Geral de Debenturistas, será realizada de forma exclusivamente digital e remota, por meio de participação remota através da Plataforma Digital, conforme instruções dispostas no parágrafo das "Informações Gerais" abaixo, observado o disposto no artigo 71, §2º, da Resolução CVM 81. 2. Informações Gerais: Observado o disposto na forma do artigo 72, § 1º, da Resolução CVM 81, os Debenturistas deverão encaminhar, preferencialmente, até 2 (dois) dias antes à data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas, ao Agente Fiduciário, no e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, cópia dos seguintes documentos de habilitação: (i) documento de identidade do debenturista, representante legal ou procurador; e (ii) caso o debenturista não possa estar presente à Assembleia Geral de Debenturistas e seja representado por um procurador, por meio de procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral de Debenturistas, obedecidas as condições legais. No caso de Debenturista pessoa jurídica, deverão ser apresentados, adicionalmente, os seguintes documentos: (i) estatuto ou contrato social atualizado, devidamente registrado no órgão de registro competente; (ii) documento que comprove os poderes de representação, qual seja, ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) ou que assinou(aram) a procuração, se for o caso; e (iii) procuração, em caso de fundo de investimento, o regulamento do fundo e os documentos referidos acima em relação ao seu administrador e/ou gestor, conforme o caso. 2.1 O Agente Fiduciário disponibilizará (i) Plataforma Digital para participação e votação remota, como alternativa para viabilizar a participação à distância dos Debenturistas na Assembleia Geral de Debenturistas; e (ii) instrução de voto à distância. 2.1.1 Os Debenturistas poderão optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, enviando a correspondente instrução de voto à distância diretamente ao Agente Fiduciário, em até 02 (dois) dias antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas. O Agente Fiduciário disponibilizará modelo de documento a ser adotado para o envio da instrução de voto a distância em sua página na

rede mundial de computadores <https://webapp.oliveiratrust.com.br/home>. A instrução de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo debenturista, ou por seu representante legal, e deverá ser enviada com a antecedência acima mencionada acompanhada dos instrumentos de representação do Debenturista. Mesmo após o eventual envio de instrução de voto, os Debenturistas poderão participar da Assembleia Geral de Debenturistas por meio da Plataforma Digital, de acordo com disposto neste edital de convocação, podendo exercer seu voto diretamente na Assembleia Geral de Debenturistas, hipótese em que terá sua instrução de voto previamente enviada desconsiderada. O acesso via a Plataforma Digital estará restrito aos Debenturistas que se credenciarem, nos termos aqui descritos ("Debenturistas Credenciados"). Termos iniciados em letra maiúscula e não definidos nesse edital de convocação terão o significado atribuído na Escritura de Emissão. 2.2 Os convites individuais para admissão e participação na Assembleia Geral de Debenturistas serão remetidos aos endereços de e-mail que enviarem a solicitação de participação e os documentos na forma referida acima (sendo remetido apenas um convite individual por debenturista). Somente serão admitidos, pelos convites individuais, os Debenturistas Credenciados e seus representantes ou procuradores (nos termos da Lei das Sociedades por Ações). Caso determinado debenturista não receba o convite individual para participação na Assembleia Geral de Debenturistas com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia Geral de Debenturistas, deverá entrar em contato com o Agente Fiduciário pelo e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com, no mínimo, 2 (duas) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia Geral de Debenturistas para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do Debenturista seja liberado mediante o envio de novo convite. 2.3 O Agente Fiduciário recomenda que os Debenturistas Credenciados acessem a Plataforma Digital com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de evitar eventuais problemas operacionais, e que os Debenturistas Credenciados se familiarizem previamente com a Plataforma Digital para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia Geral de Debenturistas. O Agente Fiduciário não se responsabiliza por problemas de conexão que os Debenturistas Credenciados venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle do Agente Fiduciário (e.g., instabilidade na conexão do Debenturista Credenciado com a internet ou incompatibilidade da Plataforma Digital com o equipamento do Debenturista, entre outros). 2.4 Os Debenturistas Credenciados que participarem via Plataforma Digital, de acordo com as instruções do Agente Fiduciário, serão considerados presentes à Assembleia Geral de Debenturistas e assinantes da ata e do livro de presença, ou, alternativamente, o registro em ata dos Debenturistas que participarem da Assembleia Geral de Debenturistas, pelos meios referidos neste edital, pode ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário da Assembleia Geral de Debenturistas, cujas assinaturas podem ser feitas por meio de certificação digital ou reconhecidas por outro meio que garanta sua autoria e integridade em formato compatível com o adotado para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas, observado o disposto no artigo 76, §2º da Resolução CVM 81. 2.5 Por fim, o Agente Fiduciário esclarece, caso sejam editadas normas legais ou regulamentares alterando as orientações acima até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, que poderá adotar os procedimentos previstos na referida autorização para que a Assembleia Geral de Debenturistas se adequa às novas normas legais ou regulamentares editadas, sendo que, neste caso, o Agente Fiduciário publicará um novo Edital de Convocação com todas as novas instruções necessárias pelos mesmos meios de comunicação adotados para a publicação deste edital de convocação, sem que tal fato implique a reabertura do prazo de convocação da Assembleia Geral de Debenturistas. 2.6 Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (<https://webapp.oliveiratrust.com.br/home>) e da CVM na rede mundial de computadores (<http://www.cvm.gov.br>). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. Rio de Janeiro, 28 de março de 2024. Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

## LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.

CNPJ/MF nº 60.444.437/0001-46 - NIRE 33.300.106.448 - Companhia Aberta

**Editais de Primeira Convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da 9ª (nona) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirográfrica, com Garantia Fidejussória, com Esforços Restritos de Distribuição, da Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Emissão", "Debêntures" e "Escritura de Emissão")**

Nos termos do artigo 124, §1º, inciso II, do artigo 71, § 2º, ambos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor ("Lei das Sociedades por Ações") e da Cláusula 10.1 do "Instrumento Particular de Escritura da 9ª (nona) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirográfrica, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos do Instrumento Particular de Escritura Particular da 9ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirográfrica, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures") celebrada em 14 de junho de 2013, entre a LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A., sociedade por ações com registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como categoria B, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano, n.º 168, parte, Centro, CEP 20080-002, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 60.444.437/0001-46 ("Emissora"), a LIGHT S.A., sociedade por ações com registro de companhia aberta na CVM como categoria A, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano, n.º 168, parte, 2º andar, Corredor A, Centro, CEP 20080-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.378.521/0001-75 e a Oliveira Trust DTMV S.A., instituição financeira devidamente constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 3.434, sala 201, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, na qualidade de agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das Debêntures (conforme abaixo definidas) ("Agente Fiduciário" e "Debenturistas", respectivamente), conforme aditada de tempos em tempos, ficam os Debenturistas da 9ª (nona) Emissão convocados a participar da assembleia geral de debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), que se realizará, em primeira convocação, no dia 22 de abril de 2024, às 11 horas, a ser realizada de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica "Google Meet", com o link de acesso a ser encaminhado pelo Agente Fiduciário aos Debenturistas habilitados ("Plataforma Digital"), conforme o § 2º do artigo 71 da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), que será considerada como realizada na sede da Emissora a fim de apreciar e deliberar acerca da seguinte Ordem do Dia: (A) Deliberar sobre o voto a ser proferido em AGC acerca do Plano de Recuperação Judicial apresentado na RJ; (B) Autorizar o assessor legal a rejeitar qualquer Aditivo ao PRJ citado no item (a) na AGC, o qual não tenha sido previamente aprovado pelos Debenturistas reunidos em AGD; e (C) Aprovação para que o Agente Fiduciário e o assessor legal, tomem todas as medidas necessárias para implementação das deliberações desta AGD. 1.1 A Assembleia Geral de Debenturistas, será realizada de forma exclusivamente digital e remota, por meio de participação remota através da Plataforma Digital, conforme instruções dispostas no parágrafo das "Informações Gerais" abaixo, observado o disposto no artigo 71, §2º, da Resolução CVM 81. 2. Informações Gerais: Observado o disposto na forma do artigo 72, § 1º, da Resolução CVM 81, os Debenturistas deverão encaminhar, preferencialmente, até 2 (dois) dias antes à data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas, ao Agente Fiduciário, no e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, cópia dos seguintes documentos de habilitação: (i) documento de identidade do debenturista, representante legal ou procurador; e (ii) caso o debenturista não possa estar presente à Assembleia Geral de Debenturistas e seja representado por um procurador, por meio de procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral de Debenturistas, obedecidas as condições legais. No caso de Debenturista pessoa jurídica, deverão ser apresentados, adicionalmente, os seguintes documentos: (i) estatuto ou contrato social atualizado, devidamente registrado no órgão de registro competente; (ii) documento que comprove os poderes de representação, qual seja, ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) ou que assinou(aram) a procuração, se for o caso; e (iii) procuração, em caso de fundo de investimento, o regulamento do fundo e os documentos referidos acima em relação ao seu administrador e/ou gestor, conforme o caso. 2.1 O Agente Fiduciário disponibilizará (i) Plataforma Digital para participação e votação remota, como alternativa para viabilizar a participação à distância dos Debenturistas na Assembleia Geral de Debenturistas; e (ii) instrução de voto à distância. 2.1.1 Os Debenturistas poderão optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, enviando a correspondente instrução de voto à distância

diretamente ao Agente Fiduciário, em até 02 (dois) dias antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas. O Agente Fiduciário disponibilizará modelo de documento a ser adotado para o envio da instrução de voto à distância em sua página na rede mundial de computadores <https://webapp.oliveiratrust.com.br/home>. A instrução de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo debenturista, ou por seu representante legal, e deverá ser enviada com a antecedência acima mencionada acompanhada dos instrumentos de representação do Debenturista. Mesmo após o eventual envio de instrução de voto, os Debenturistas poderão participar da Assembleia Geral de Debenturistas por meio da Plataforma Digital, de acordo com disposto neste edital de convocação, podendo exercer seu voto diretamente na Assembleia Geral de Debenturistas, hipótese em que terá sua instrução de voto previamente enviada desconsiderada. O acesso via a Plataforma Digital estará restrito aos Debenturistas que se credenciarem, nos termos aqui descritos ("Debenturistas Credenciados"). Termos iniciados em letra maiúscula e não definidos nesse edital de convocação terão o significado atribuído na Escritura de Emissão. 2.2 Os convites individuais para admissão e participação na Assembleia Geral de Debenturistas serão remetidos aos endereços de e-mail que enviarem a solicitação de participação e os documentos na forma referida acima (sendo remetido apenas um convite individual por debenturista). Somente serão admitidos, pelos convites individuais, os Debenturistas Credenciados e seus representantes ou procuradores (nos termos da Lei das Sociedades por Ações). Caso determinado debenturista não receba o convite individual para participação na Assembleia Geral de Debenturistas com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia Geral de Debenturistas, deverá entrar em contato com o Agente Fiduciário pelo e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com, no mínimo, 2 (duas) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia Geral de Debenturistas para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do Debenturista seja liberado mediante o envio de novo convite. 2.3 O Agente Fiduciário recomenda que os Debenturistas Credenciados acessem a Plataforma Digital com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de evitar eventuais problemas operacionais, e que os Debenturistas Credenciados se familiarizem previamente com a Plataforma Digital para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia Geral de Debenturistas. O Agente Fiduciário não se responsabiliza por problemas de conexão que os Debenturistas Credenciados venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle do Agente Fiduciário (e.g., instabilidade na conexão do Debenturista Credenciado com a internet ou incompatibilidade da Plataforma Digital com o equipamento do Debenturista, entre outros). 2.4 Os Debenturistas Credenciados que participarem via Plataforma Digital, de acordo com as instruções do Agente Fiduciário, serão considerados presentes à Assembleia Geral de Debenturistas e assinantes da ata e do livro de presença, ou, alternativamente, o registro em ata dos Debenturistas que participarem da Assembleia Geral de Debenturistas, pelos meios referidos neste edital, pode ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário da Assembleia Geral de Debenturistas, cujas assinaturas podem ser feitas por meio de certificação digital ou reconhecidas por outro meio que garanta sua autoria e integridade em formato compatível com o adotado para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas, observado o disposto no artigo 76, §2º da Resolução CVM 81. 2.5 Por fim, o Agente Fiduciário esclarece, caso sejam editadas normas legais ou regulamentares alterando as orientações acima até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, que poderá adotar os procedimentos previstos na referida autorização para que a Assembleia Geral de Debenturistas se adequa às novas normas legais ou regulamentares editadas, sendo que, neste caso, o Agente Fiduciário publicará um novo Edital de Convocação com todas as novas instruções necessárias pelos mesmos meios de comunicação adotados para a publicação deste edital de convocação, sem que tal fato implique a reabertura do prazo de convocação da Assembleia Geral de Debenturistas. 2.6 Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (<https://webapp.oliveiratrust.com.br/home>) e da CVM na rede mundial de computadores (<http://www.cvm.gov.br>). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. Rio de Janeiro, 28 de março de 2024. Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

## DEXXOS Par

DEXXOS PARTICIPAÇÕES S.A.  
COMPANHIA ABERTA  
CNPJ/ME nº 02.193.750/0001-52  
NIRE 33 3 0016624-6ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA  
CONVOCAÇÃO

Nos termos da Reunião do Conselho de Administração da Dexas Participações S.A. ("Companhia") realizada em 19 de março de 2024, ficaram os Senhores Acionistas da Companhia convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, excepcionalmente fora da sede da Companhia, nesta cidade, no Hotel Windsor Guanabara, na Av. Presidente Vargas, nº 392 - 3º andar, Sala Madri V, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20071-000, em atenção ao Artigo 124, §2º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), às 15 horas do dia 29 de abril de 2024 ("Assembleia"), a fim de: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração da Companhia, suas contas e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (iii) Deliberar sobre a verba global anual da remuneração da administração para o exercício de 2024; (iv) Deliberar sobre a proposta da administração da Companhia para a capitalização de parte da Reserva de Investimentos, no montante total de R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), sem a emissão de novas ações; e (v) Deliberar sobre a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir a deliberação do item (iv) acima, com a consequente consolidação do seu Estatuto Social. Os documentos e informações referidos no Artigo 133 da Lei nº 6.404/76 e nas Resoluções CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, e nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM nº 81/22"), relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2023, encontram-se à disposição dos acionistas: (i) na sede da Companhia, localizada na Rua do Passeio, nº 70, 5º andar (parte); e (ii) eletronicamente, nos sites da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e de Relações com Investidores da Companhia ([www.dexas.com.br](http://www.dexas.com.br)). Conforme previsto nos Artigos 26 e seguintes da Resolução CVM nº 81/22, os acionistas da Companhia poderão exercer o voto na Assembleia por meio de voto à distância, a ser formalizado em documento eletrônico próprio denominado "boletim de voto à distância", cujo modelo foi disponibilizado no site de Relações com Investidores da Companhia ([www.dexas.com.br](http://www.dexas.com.br)), no site da CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br/?CiaDoc>), e no site Itaú Assembleia Digital (<https://assembleiadigital.certificadodigital.com/itausecuritieservices/artigo/home/assembleia-digital>). Os acionistas deverão apresentar à Companhia, com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data da realização da Assembleia, além do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido, no máximo, 3 (três) dias antes da data da realização da Assembleia, pela instituição escrituradora, indicando o número de ações da Companhia de sua titularidade; e (ii) mandato com reconhecimento de firma do outorgante ou com assinatura eletrônica por meio do certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2024.

PAULO CESAR PEIXOTO DE CASTRO PALHARES  
Presidente do Conselho de Administração

## BANCO BTG PACTUAL S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 30.306.294/0001-45 - NIRE nº 33.300.000.402

**Editais de Convocação de assembleia Geral Ordinária.** Ficam convocados os acionistas do Banco BTG Pactual S.A. ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404/76, a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária ("AGO" ou "Assembleia"), a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 11:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Praia de Botafogo, nº 501, 6º andar, Torre Corcovado, Auditório, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.250-040, com a possibilidade de envio do Boletim de Voto a Distância ("BVD"), nos termos do artigo 5º, §2º, inciso II da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução 81"), a fim de deliberar sobre as matérias a seguir descritas. 1. Tomar conhecimento do Relatório da Administração, do Relatório dos Auditores Independentes e dos Resumos dos Relatórios do Comitê de Auditoria e examinar, para deliberação, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2023. 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro 2023. 3. Fixar o limite de valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024. 4. Deliberar sobre a eleição de membros do Conselho de Administração. 4.1. Conforme disposto na Resolução CVM nº 70/2022 e no Artigo 141, da Lei nº 6.404, de 1976, e de 5% (cinco por cento) o percentual mínimo de participação no capital votante necessário ao requerimento do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração. **Instruções Gerais:** Os documentos exigidos pela Resolução 81 encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)), de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução 81. **Participação Presencial:** Nos termos do parágrafo único, Artigo 21º, do Estatuto Social da Companhia, bem como no intuito de dar celeridade aos procedimentos da AGO, solicitamos aos acionistas que desejarem participar da AGO que realizem o cadastro prévio e depositem, preferencialmente por meio da Plataforma Atlas AGM disponível no website [www.atlasagm.com](http://www.atlasagm.com) e em aplicativo na Apple Store e Google Play Store ("Plataforma Atlas") e, alternativamente, na sede da Companhia, localizada na Praia de Botafogo, nº 501, 6º andar, Torre Corcovado, Auditório, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.250-040, aos cuidados do Departamento Jurídico, até 24 (vinte e quatro) horas antes da data de realização da AGO, cópia dos seguintes documentos: (i) **Para Pessoas Físicas**, documento de identidade oficial válido com foto e CPF do Acionista; (ii) **Para Pessoas Jurídicas:** (i) último Estatuto ou Contrato Social (conforme o caso) consolidado, acompanhado de suas eventuais alterações posteriores que não tenham sido consolidadas; (ii) documentos societários que comprovem a regularidade da representação do Acionista; e (iii) documento de identidade oficial válido com foto e CPF do representante legal do Acionista; (iii) **Para Fundos de Investimento:** (i) último Regulamento do Fundo de Investimento consolidado, acompanhado de suas eventuais alterações posteriores que não tenham sido consolidadas; (ii) último Estatuto ou Contrato Social (conforme o caso) do administrador ou gestor (conforme o caso, observada a política de voto do fundo de investimento) consolidado, acompanhado de suas eventuais alterações posteriores que não tenham sido consolidadas; (iii) documentos societários que comprovem a regularidade da representação do administrador ou gestor e do Acionista (conforme o caso); e (iv) documento de identidade oficial válido com foto e CPF do representante legal do administrador ou gestor (conforme o caso) e do Acionista. A Companhia solicita que os documentos que tenham sido originalmente emitidos em língua estrangeira sejam apresentados acompanhados da respectiva tradução para o português. De modo a facilitar a participação dos acionistas na AGO, a Companhia dispensará o cumprimento de formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, apostilamento e tradução juramentada da referida documentação. **Boletim de Voto a Distância:** A Companhia adotará para esta AGO o sistema de votação à distância estabelecido pelo Artigo 26 da Resolução 81. Nesse sentido, os acionistas poderão encaminhar, até o dia 23 de abril de 2024, a partir desta data, o BVD de uma das seguintes formas: (i) Por instruções de preenchimento transmitidas para os seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; (ii) Por instruções de preenchimento transmitidas para o escriturador das ações de emissão da Companhia, Banco Bradesco S.A., no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador; e (iii) Por meio do envio do BVD diretamente à Companhia, preferencialmente por meio da Plataforma Atlas, juntamente com o envio digital, diretamente por meio da plataforma, da mesma documentação referida acima para a participação presencial. Alternativamente, o Acionista poderia entregar o BVD e a documentação aplicável aos cuidados do Departamento Jurídico da Companhia, na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 045-38-133. Caso haja divergência entre eventual BVD recebido diretamente pela Companhia (inclusive por meio da Plataforma Atlas) e instrução de voto contida no mapa consolidado de votação enviado pelo escriturador com relação a um mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ, a instrução de voto contida no mapa de votação do escriturador prevalecerá, devendo o BVD recebido diretamente pela Companhia ser desconsiderado. Durante o prazo de votação, o acionista poderá alterar suas instruções de voto quantas vezes entender necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada. Uma vez encerrado o prazo de votação, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas. Caso o acionista julgue que a alteração seja necessária, esse deverá participar pessoalmente da AGO, conforme instruções para participação presencial, e solicitar que as instruções de voto enviadas via boletim sejam desconsideradas. O acionista que comparecer à AGO e apresentar a documentação exigida não será impedido de participar da AGO. Igualmente, o direito de participar da AGO e de nela exercer todas as prerrogativas conferidas às ações representadas pelas *Units* deverá ser exercido por meio da instituição depositária, observados os procedimentos e limitações previstos no correspondente contrato de emissão em vigor, conforme determina o Artigo 46º do Estatuto Social da Companhia. Os acionistas da Companhia interessados em acessar as informações ou sanar dúvidas relativas às propostas acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do telefone (11) 3383-9697 ou pelo e-mail [ol-juridico-societario@btgpactual.com](mailto:ol-juridico-societario@btgpactual.com). Rio de Janeiro, 28 de março de 2024. **Conselho de Administração.**

**LIGHT S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
CNPJ 03.378.521/0001-75 - NIRE: 33.300.263.16-1  
Companhia Aberta

**Edital de Convocação. Assembleia Geral Ordinária.** Ficam convidados os Acionistas da LIGHT S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (“Companhia”) para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada, em primeira convocação, em 30 de abril de 2024, às 16 horas, de modo exclusivamente digital, via plataforma *Ten Meetings*, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 81”), a fim de deliberarem a seguinte ordem do dia: 1. Examinar, discutir e votar as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 3. Instalar e fixar o número de membros do Conselho Fiscal; 4. Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; 5. Fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024; e 6. Fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal. **Informações aos Acionistas:** A AGO será realizada exclusivamente por meio eletrônico, nos termos da Resolução CVM 81. Os acionistas poderão exercer o direito de voto por meio de: (i) boletim de voto a distância, com envio de instrução de voto previamente à realização da AGO (“Boletim”); ou, (ii) participação via sistema eletrônico pela plataforma *Ten Meetings* no momento da realização da AGO. Para participação na AGO por meio da plataforma eletrônica, os acionistas deverão realizar o cadastro na plataforma digital e enviar os documentos necessários, nos termos do item 3 do Manual de Participação dos Acionistas, através do endereço eletrônico da plataforma digital <https://assembleia.ten.com.br/869153752> com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da AGO, isto é, até às 16 horas do dia 28 de abril de 2024, devendo observar as orientações detalhadas no Manual da Plataforma – Participante, da plataforma *Ten Meetings*, também disponível para download no endereço eletrônico acima. É facultado a qualquer acionista constituir procurador para comparecer à AGO e votar em seu nome. Na hipótese de representação, o acionista deverá observar os termos do artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), devendo o procurador ter sido constituído há menos de 1 (um) ano e ser acionista, administrador da Companhia ou advogado, ou, ainda, ser instituição financeira. O acionista que optar por exercer o seu direito de voto por meio do boletim de voto a distância deverá enviar o correspondente Boletim, até o dia 23 de abril de 2024, inclusive, por meio de seu respectivo agente de custódia, pelo banco escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, por meio de endereço eletrônico [ri@light.com.br](mailto:ri@light.com.br). O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por intermédio de prestadores de serviço deverá entrar em contato com seu agente de custódia ou com a instituição escrituradora das ações da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central, observadas as regras por esses determinadas para transmissão de suas instruções de voto, bem como os prazos necessários para que seus votos sejam transmitidos. Ressaltamos que, havendo divergência entre o boletim de voto a distância recebido diretamente pela Companhia e as instruções de voto eventualmente enviadas aos agentes custodiantes ou ao escriturador das ações da Companhia, estes últimos prevalecerão. É dispensado o envio da via física do Boletim para a sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma e autenticações, bastando o envio de cópia simples das vias originais para o endereço eletrônico [ri@light.com.br](mailto:ri@light.com.br). O acionista será responsável pela integridade e confiabilidade dos documentos enviados à Companhia. Outras informações a respeito dos prazos e procedimentos para os acionistas que desejam participar por meio digital da AGO ou por meio do envio do Boletim encontram-se no site de Relações com Investidores da Companhia ([www.ri.light.com.br](http://www.ri.light.com.br)) e no Manual de Participação dos Acionistas. Para participarem da AGO, os acionistas deverão realizar cadastro na plataforma digital e enviar os documentos descritos abaixo, através do endereço eletrônico da plataforma digital <https://assembleia.ten.com.br/869153752>: **ACIONISTAS PESSOAS FÍSICAS:** • Documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas no Brasil); • Documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas no Brasil) do(s) representante(s) legal(is); e • Extrato expedido pela instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou pela instituição custodiante, com a quantidade de ações que constavam como titulares, com prazo não superior a 3 (três) dias antes da realização da AGO. **FUNDOS DE INVESTIMENTOS:** Cópia do regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social de seu administrador ou gestor, conforme o caso, juntamente com documentação societária comprobatória de poderes de representação legal do administrador ou gestor, conforme o caso (ata de eleição de administradores e/ou procuração com poderes específicos, outorgada nos termos do §1º do art. 126 da Lei das S.A., por instrumento público ou particular, assinada manualmente, que não precisará conter a firma reconhecida do outorgante ou com assinatura eletrônica por meio do certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil); e • Extrato expedido pela instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou pela instituição custodiante, com a quantidade de ações que constavam como titulares, com prazo não superior a 3 (três) dias antes da realização da AGO. **ACIONISTAS PESSOAS JURÍDICAS:** • Cópia do estatuto social ou contrato social em vigor e documentação societária comprobatória de poderes de representação legal do acionista (ata de eleição de administradores e/ou procuração com poderes específicos, outorgada nos termos do §1º do art. 126 da Lei das S.A., por instrumento público ou particular, assinada manualmente, que não precisará conter a firma reconhecida do outorgante ou com assinatura eletrônica por meio do certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil); • Documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas no Brasil) do(s) representante(s) legal(is); e • Extrato expedido pela instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou pela instituição custodiante, com a quantidade de ações que constavam como titulares, com prazo não superior a 3 (três) dias antes da realização da AGO. Para os acionistas que queiram participar por meio do envio do Boletim, a Companhia dispensa o reconhecimento de firma nos documentos apresentados, bem como a notificação e consularização ou apostilamento daqueles assinados no exterior. Ademais, a Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nesses mesmos idiomas. Em cumprimento ao disposto na Resolução CVM 81, estão disponíveis aos acionistas na internet, na página da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), na página da Companhia ([www.ri.light.com.br](http://www.ri.light.com.br)) e na página da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)), todas as informações necessárias à compreensão das matérias a serem discutidas, incluindo os documentos previstos no artigo 133 da Lei das S.A., bem como o Manual de Participação dos Acionistas e a Proposta da Administração para as matérias a serem deliberadas. Rio de Janeiro, 1º de abril de 2024. Helió Calixto da Costa - **Presidente do Conselho de Administração.**

**LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.**

Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 60.444.437/0001-46 - NIRE 33.3.0010644-8

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 22ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.** Nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, a **VX PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 15.227.994/0001-50 (“Agente Fiduciário”), na qualidade de Agente Fiduciário da 22ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública da LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A. (“Debenturistas”, “Emissão” e “Emissora”, respectivamente), em decorrência, (i) dos recentes andamentos do Processo de Recuperação Judicial nº 0843430-58.2023.8.19.0001, que tramita perante a 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Recuperação Judicial”); e (ii) da iminente votação do Plano de Recuperação Judicial em Assembleia Geral de Credores, vem **CONVOCAR** os debenturistas a reunirem-se em **SEGUNDA CONVOCAÇÃO**, em Assembleia Geral de Debenturistas da Emissão (“AGD”), a ser realizada em **18 de abril de 2024, às 16h00**, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams (“Plataforma Digital”), nos termos da Escritura de Emissão celebrada entre a Emissora, o Agente Fiduciário e a Fidora da Emissão, Light S.A. (“Escritura de Debêntures”), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia (“Ordem do Dia”): i. Aprovação da orientação de voto elaborada pelos Assessores Legais para que o Assessor Legal possa votar em conformidade com as deliberações desta AGD na Assembleia Geral de Credores (“AGC”) em representação aos Debenturistas; ii. Autorização para que os Assessores Legais possam votar pela suspensão da AGC pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias da data de realização da AGC, caso essa deliberação seja submetida à AGC; iii. Aprovação para que o Agente Fiduciário e o Assessor Legal tomem todas as medidas necessárias para implementação das deliberações desta AGD; iv. Aprovação da suspensão de todos os itens da ordem do dia desta AGD, com o propósito de permitir a reabertura e nova deliberação, se for o caso, para nova deliberação destes itens, em data a ser indicada pelo Assessor Legal, em caso de apresentação pela Light de aditamento ao PRJ, em prazo não inferior a 3(três) dias úteis antes de antecedência da data pretendida para a retomada da AGD. **1. Informações Gerais.** 1.1. A AGD será realizada de forma exclusivamente digital e remota, por meio de participação remota através da Plataforma Digital, conforme instruções dispostas no parágrafo das “Informações Gerais” disponível no website do Agente Fiduciário ([www.vortex.com.br](http://www.vortex.com.br)), observado o disposto no artigo 71, §2º, da Resolução CVM 81. O Agente Fiduciário disponibilizará (i) a Plataforma Digital para participação e votação remota, como alternativa para viabilizar a participação à distância dos Debenturistas na AGD; (ii) Instrução de Voto à Distância; (iii) Material de apoio, disponibilizado no site do Agente Fiduciário ([www.vortex.com.br](http://www.vortex.com.br)) contendo todas as orientações e modelos a serem adotados pelos Debenturistas para envio de Instrução de Voto à Distância, bem como os documentos para participação e representação na AGD, observado o disposto do artigo 72, §1º da Resolução CVM 81 e em conformidade com os artigos 126, §1º da Lei das S/A e 654, §1º e §2º do Código Civil. **1.2.** O Agente Fiduciário não se responsabilizará por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que os Debenturistas possam enfrentar, bem como por eventuais questões alheias ao Agente Fiduciário que possam dificultar ou impossibilitar a sua participação na Assembleia por meio do sistema eletrônico. **1.3.** O Agente Fiduciário recomenda que os Debenturistas que optarem por participar da presente AGD de forma síncrona acessem a Plataforma Digital com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de evitar eventuais problemas operacionais, e que os Debenturistas se familiarizem previamente com a Plataforma Digital para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia Geral de Debenturistas. **1.4.** Os Debenturistas que participarem via Plataforma Digital ou que tenham enviado Instrução de Voto à Distância serão considerados presentes à AGD e assinantes da ata e do livro de presença, ou, alternativamente, o registro em ata dos Debenturistas que participarem da Assembleia Geral de Debenturistas, pelos meios referidos neste edital, pode ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário da Assembleia Geral de Debenturistas, cujas assinaturas podem ser feitas por meio de certificação digital ou reconhecidas por outro meio que garanta sua autoria e integridade em formato compatível com o adotado para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas, observado o disposto no artigo 76, §2º da Resolução CVM 81. **1.5.** Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário ([www.vortex.com.br](http://www.vortex.com.br)). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.  
São Paulo, 01 de abril de 2024.

**REGATA IMOB EMPREENDIMENTOS S/A**

CNPJ 12.979.051/0001-96

**Aviso aos Acionistas:** Achrom-se à disposição dos Srs. acionistas, na sede social da Companhia sito a Rua MIGUEL DE FRIAS, 77 - Icarai - Niterói, os documentos a que se referem o artigo 133 da Lei 6.404 de 15.12.1976, referente ao exercício encerrado em 31.12.2023. Niterói, 27.03.2024. A Diretoria.

**VIACÃO MAUÁ S/A**

CNPJ 31.688.609/0001-29

**Aviso aos Acionistas:** Achrom-se à disposição dos Srs. acionistas, na sede social da Companhia sito a RUA CAPITÃO ACÁCIO, 363 - Boaqu - São Gonçalo, os documentos a que se referem o artigo 133 da Lei 6.404 de 15.12.1976, referente ao exercício encerrado em 31.12.2023. SG, 27.03.2024. A Diretoria.

**ICARAÍ AUTO TRANSPORTES S/A**

CNPJ 28.547.537/0001-95

**Aviso aos Acionistas:** Achrom-se à disposição dos Srs. acionistas, na sede social da Companhia sito a RUA FRANCISCO NETO, 166 - Alcântara - São Gonçalo, os documentos a que se referem o artigo 133 da Lei 6.404 de 15.12.1976, referente ao exercício encerrado em 31.12.2023. SG, 27.03.2024. A Diretoria.

**Auto Viação ABC S.A.**

CNPJ 31.694.813/0001-52

**Aviso aos Acionistas:** Achrom-se à disposição dos Srs. acionistas, na sede social da Companhia sito a RUA FRANCISCO NETO, 136 - Alcântara - São Gonçalo, os documentos a que se referem o artigo 133 da Lei 6.404 de 15.12.1976, referente ao exercício encerrado em 31.12.2023. SG, 27.03.2024. A Diretoria.

**ATP - Around The Pier Administração e Participações Ltda.**

CNPJ/MF nº 05.510.716/0001-52 - NIRE nº 33.207.088.869  
Sociedade Limitada  
**Aviso aos Sócios**  
Comunicamos os Senhores Sócios da **ATP - Around The Pier Administração e Participações Ltda.** (“Sociedade”) que se encontram disponíveis na sede social da Sociedade, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro, nº. 21, Parte, Centro, CEP: 20.010-010, os documentos relativos às contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.  
Rio de Janeiro/RJ, 28 de março de 2024  
**Luciana Parpinelli de Oliveira - Diretora Presidente**  
**Francisco Pierrini - Diretor**

**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE  
CNPJ 33.352.394/0001-04 - JUCERJA/NIRE 33.3.000.8797-4  
AVISO AOS ACIONISTAS**

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, em sua Sede Social na Av. Presidente Vargas, nº 2655 - 6º andar - Cidade Nova - RJ e no site da Companhia (<https://cedae.com.br/cedae>), os documentos a que se refere o Art. 133, Lei nº 6.404/76, tais como o Relatório da Administração, a Cópia das Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao Exercício Social de 2023.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2024.

Antônio Carlos dos Santos  
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

**CASA DE SAÚDE SÃO LUCAS S.A.**

CNPJ/MF 30.537.740/0001-22

**Convocação:** Empresa estabelecida na Av. Antônio Mario de Azevedo, 715 - Duas Pedras, Nova Friburgo - RJ, vem convocar seus acionistas a se reunirem em **AGO/AGE**, no dia 06/05/2024, às 17h, em 1ª convocação com a presença de no mínimo 2/3 do capital, com direito a voto, ou 17:30h em 2ª convocação com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I - **AGO:** a) Leitura do relatório da Administração; b) Leitura, discussão, votação e aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2023; c) Deliberação do resultado do exercício; d) assuntos gerais. II - **AGE:** a) Remuneração da administração. **Aviso - Achrom-se à disposição dos Srs. Acionistas os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei 6.404/76, referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023. A Diretoria.**

**GRUPO DE MODA SOMA S.A.**

CNPJ/MF nº 10.285.590/0001-08 - NIRE 33.3.0031538-1  
Companhia Aberta

**Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 30/04/2024.** O Conselho de Administração do GRUPO DE MODA SOMA S.A., companhia aberta, com sede na cidade do RJ, Estado do RJ, na Avenida Pasteur, nº 154, Botafogo, CEP 22.290-240, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob o nº 10.285.590/0001-08 (“Companhia”), vem, pelo presente, convocar os acionistas da Companhia para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia”), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30/04/2024, às 11:30 horas, de forma exclusivamente digital, considerando-se, portanto, realizada na sede da Companhia, para deliberarem a respeito das seguintes matérias constantes da ordem do dia (“Ordem do Dia”): (i) tomada de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, incluindo as respectivas notas explicativas, o relatório da administração, o parecer dos auditores independentes, e o relatório do Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças da Companhia; (ii) fixação do número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia para mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2026; (iii) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia para mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2026; e (iv) fixação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2024. **INSTRUÇÕES E INFORMAÇÕES GERAIS:** A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, contemplando a participação dos senhores acionistas por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia, sem prejuízo da possibilidade de exercício do direito de voto mediante uso do boletim de voto à distância previsto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 81, de 29/03/2022, conforme alterada (“Resolução CVM 81”) e “Boletim de Voto”, respectivamente). Para os efeitos do que dispõem o artigo 141 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), e a Resolução CVM nº 70, de 22/03/2022, o percentual mínimo do capital votante para solicitação de adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia na Assembleia é de 5% (cinco por cento). (1) Para fins da participação na Assembleia, os acionistas devem apresentar: (i) o comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia emitido até 3 (três) dias úteis antes da data da realização da Assembleia pela instituição financeira escrituradora ou agente de custódia; (ii) no caso de acionista pessoa física, o documento de identidade válido com foto; (iii) no caso de acionista pessoa jurídica, o documento de identidade válido com foto do representante legal e dos documentos comprobatórios de representação, incluindo o instrumento de mandato, último estatuto ou contrato social consolidado (e alterações posteriores, conforme aplicável) e documentação societária outorgando poderes de representação (i.e., ata de eleição dos diretores e dos conselheiros que os elegeram, se o caso); (iv) no caso de fundo de investimento, o documento de identidade válido com foto do representante e dos documentos comprobatórios de representação, incluindo o instrumento de mandato e cópia do último regulamento consolidado do fundo, estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata da eleição dos diretores e dos conselheiros que os elegeram, se o caso, termo(s) de posse e/ou procuração); e (v) no caso de acionistas representados por procuradores, além dos documentos indicados acima, procuração com firma reconhecida e documento de identificação do procurador com foto. A procuração deverá ter sido outorgada há menos de um ano para um procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira (exceto por procurações outorgadas nos termos do artigo 118, parágrafo 7º, da Lei das S.A., cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, de acordo com o previsto no artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das S.A. Os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados por procurador constituído conforme seus estatutos/contratos sociais, não sendo obrigatório que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado. Caso os documentos listados acima estejam em língua estrangeira, deverão ser traduzidos para o idioma português por tradutor juramentado, não sendo necessárias as formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, notorização, consularização ou apostilamento. Os documentos em inglês estão dispensados da tradução. (2) A participação e votação dos acionistas na Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico acessado mediante *link* a ser disponibilizado pela Companhia anteriormente à realização da Assembleia, ou por meio de envio do Boletim de Voto, conforme instruções constantes do manual para participação da Assembleia divulgado nesta data (“Manual para Participação”). (3) Os acionistas deverão envia-los os documentos necessários para participação na Assembleia, conforme detalhado no item (1) acima, diretamente à Companhia por meio do endereço eletrônico [ri@somagrupo.com.br](mailto:ri@somagrupo.com.br), com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas em relação ao horário marcado para o início da Assembleia (ou seja, até às 11:30 horas do dia 28/04/2024). Após a análise dos referidos documentos e comprovação da titularidade das ações, o acionista receberá as credenciais de acesso e instruções para sua identificação e uso da plataforma digital. Os acionistas que não enviarem a solicitação de cadastramento no referido prazo não poderão participar da Assembleia, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81. (4) Os acionistas que optarem por exercer seu direito de voto mediante submissão do Boletim de Voto, poderão: (i) transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantêm suas posições em custódia; (ii) transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações de emissão da Companhia; ou (iii) preencher o Boletim de Voto e enviá-lo diretamente à Companhia. As instruções para envio do Boletim de Voto constam do Manual para Participação e do próprio Boletim de Voto. (5) Em atendimento aos termos do artigo 5º da Resolução CVM 81, os documentos pertinentes à ordem do dia, a Proposta da Administração e o Manual para Participação, incluindo as orientações para a participação e votação à distância, por meio de sistema eletrônico, encontram-se à disposição dos acionistas no endereço na rede mundial de computadores da Companhia ([www.somagrupo.com.br](http://www.somagrupo.com.br)), da CVM ([www.gov.br/cvm/pt-br](http://www.gov.br/cvm/pt-br)) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)). RJ, 28/03/2024. Marcel Sapir - Presidente do Conselho de Administração.

**PORTO SUDESTE DO BRASIL S.A.**

CNPJ/MF: 08.310.839/0001-38 - NIRE: 33.3.0031005-3  
**AVISO AOS ACIONISTAS**  
Porto Sudeste do Brasil S.A. sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.310.839/0001-38 (“Companhia”), em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, comunica aos seus acionistas que a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ocorrerá em 30 de abril de 2024 (“AGOE 2024”). Os documentos e informações a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos, inclusive, ao exercício encerrado em 31/12/2023, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, localizada na Rua Felix Lopes Coelho, nº 222, lote 5 ao 20, Q 0001, lote 0005 (parte), Ilha da Madeira, Cidade de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro, CEP 23826-850 e também podem ser solicitados por meio do e-mail: [secretariasocietaria@portosudeste.com](mailto:secretariasocietaria@portosudeste.com).  
Itaguaí, 28 de março de 2024.  
**PORTO SUDESTE DO BRASIL S.A.**  
**Oscar Pekka Fahlgren – Presidente do Conselho de Administração**

**INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES****EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR****COMPANHIA ABERTA**

CNPJ/MF nº 03.758.318/0001-24 - NIRE nº 33.3.002.6.520-1

**Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária - Convocação.** Ficam convidados os Srs. Acionistas da **Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR** a se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, no dia 30 de abril de 2024, às 11h, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital Teams, que poderá ser acessada posteriormente ou por procurador devidamente constituído, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i.a) Tomada de contas da administração e exame, discussão e aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social de 2023; (i.b) Deliberação sobre a destinação do Resultado apurado pela Companhia no exercício social de 2023; (i.c) Eleição dos membros do Conselho de Administração; (i.d) Eleição dos membros do Conselho Fiscal; e (ii) **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (ii.a) Fixação da remuneração global anual dos administradores e do Conselho Fiscal; (ii.b) Eleição de Presidente e Vice-Presidente para o Conselho de Administração. Nos termos da Resolução CVM nº. 70/2022, o percentual mínimo de titularidade de capital votante para solicitação de voto múltiplo por acionistas é de 5% (cinco por cento). As Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas titulares de ações ordinárias representativas de, pelo menos, 1/4 (um quarto) do capital social. A participação dos acionistas poderá ser pessoal ou por representante legal/procurador devidamente constituído, ou via boletim de voto a distância, conforme abaixo: **Por Representante Legal/Procurador:** Os Representantes Legais/Procuradores deverão apresentar: (i) no caso de acionista pessoa jurídica, cópia dos atos constitutivos e do ata de eleição dos administradores, os respectivos instrumentos de mandato e/ou representação, bem como documento válido e com foto que comprove a sua identidade (cédula de identidade/RG, CNH, RNE, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas) e CPF; e (ii) no caso de acionista fundo de investimentos, cópia do regulamento do fundo em vigor, cópia do estatuto ou contrato social de seu administrador ou gestor, conforme o caso, os respectivos instrumentos de mandato e/ou representação, bem como documento válido e com foto que comprove a sua identidade (cédula de identidade/RG, CNH, RNE, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas) e CPF. **Boletim de Voto:** Caso o acionista opte por exercer seu direito de voto à distância, nos termos da RCVM 81, poderá enviar o boletim de voto por meio de seu respectivo agente de custódia, do escriturador da Companhia (Itai Corretora de Valores S.A.) ou diretamente à Companhia, para os endereços de e-mail [invest@invepar.com.br](mailto:invest@invepar.com.br) e [governanccorporativa@invepar.com.br](mailto:governanccorporativa@invepar.com.br), aos cuidados dos Departamentos de Relações com Investidores e de Governança Corporativa. Os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.invepar.com.br/>). Rio de Janeiro, 27 de março de 2024. João Pinto Rabele Junior - **Presidente do Conselho de Administração.**

**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE  
CNPJ 33.352.394/0001-04 - NIRE 33.3.000.8797-4  
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA  
CONVOCAÇÃO**

Por meio desta convocação, os Senhores Acionistas da **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE** estão convidados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, na Sede Social da Companhia, situada na Avenida Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, Rio de Janeiro, no dia 30 de abril de 2024, às 15h00, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

**Em Assembleia Geral Ordinária:**

- Tomada de contas dos administradores, leitura, discussão e votação das demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; acompanhadas do Relatório da Administração, Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal;
- Aprovação da Proposta da Administração para a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição de dividendos;
- Fixação da remuneração global anual dos Administradores e Conselheiros da CEDAE;
- Alteração da publicação no jornal de grande circulação;

**Em Assembleia Geral Extraordinária:**

- Aprovação da Proposta de Aumento do Capital Social da Companhia e
  - Aprovação de Alteração do Estatuto, dos Artigos 4º e 57 parágrafo 3º.
- Encontra-se à disposição dos acionistas, na sede social e no endereço eletrônico da Companhia, a Proposta da Administração referente à matéria objeto da Ordem do Dia, bem como as Demonstrações Financeiras do exercício social de 2023, com o respectivo Relatório Anual, Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal, nos termos da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009.

Os acionistas deverão exibir documento de identidade para comprovar a qualidade de acionista e participar da referida Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 e parágrafos da Lei nº 6.404/76, os acionistas poderão ser representados por mandatários, observadas as restrições legais, devendo, neste caso, ser apresentado também o instrumento de procuração com os poderes específicos para o ato.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2024.

Sérgio Cabral de Sá  
Presidente do Conselho de Administração

**GRUPO SALTA EDUCAÇÃO S.A.**

CNPJ nº 17.765.891/0001-70 - NIRE 33.3.0030675-7

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2024.** Ficam convocados os acionistas do Grupo Salta Educação S.A. ("Companhia"), na forma prevista no art. 124 da Lei 6.404/76 e no artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, a comparecerem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada, no dia 10 de abril de 2024, às 10:00, na sede da Companhia, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Rodrigo de Brito, nº 13, Botafogo, CEP 22.280-100, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: (i) aprovar a emissão de novas ações da Companhia, no montante global de, no mínimo, R\$ 145.073.574,40, e, no máximo, R\$ 188.764.758,15, corrigidos pela variação do CDI desde 21 de março de 2024, permitida a homologação parcial, desde que subscrito o montante global mínimo, deliberando a assembleia geral sobre o preço de emissão e a fixação do prazo para exercício do direito de preferência; e (ii) fixar os montantes do valor subscrito que deverão ser destinados às contas de capital social e da reserva de capital. Para exercer seus direitos, os acionistas deverão comparecer à Assembleia Geral Extraordinária portando documento de identidade. Nos termos do art. 126 da Lei 6.404/76, os acionistas poderão ser representados por procurador, desde que estes apresentem o respectivo instrumento de mandato, com firma reconhecida em cartório. A Administração da Companhia, adicionalmente, permanece à disposição para quaisquer esclarecimentos e instruções adicionais que se façam necessários. Rio de Janeiro/RJ, 2 de abril de 2024. **Maria Eduarda de Arruda Falcão Vasconcellos** - Presidente do Conselho de Administração.

**CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.**

CNPJ nº 18.201.378/0001-19 - NIRE 33300307729

**CARTA DE RENÚNCIA**

Rio de Janeiro/RJ, 15 de março de 2024. À **CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.** ("Companhia"). Aos cuidados do Conselho de Administração. Rua da União, nº 11, Parte, bairro Santo Cristo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.220-505. Ref.: Renúncia ao cargo de Diretor Presidente. Prezados Senhores: Pela presente e para todos os fins e efeitos do artigo 151 da Lei 6.404/76, eu, **ANDRÉ LUIS PEREIRA COSTA**, brasileiro, casado, engenheiro da computação, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.698.284-3 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 281.775.618-55, com endereço profissional na Rua da União, nº 11, Parte, bairro Santo Cristo, Rio de Janeiro/RJ, apresento minha **RENÚNCIA**, em caráter irrevogável e irretirável, ao cargo de **DIRETOR PRESIDENTE**, para o qual fui eleito na Reunião do Conselho de Administração realizada em 22/02/2024 às 08h30, comprometendo-me a manter em sigilo todas as informações que me tenham sido adquiridas no respectivo período. Atenciosamente, **ANDRÉ LUIS PEREIRA COSTA**. Ciente em: 15/03/2024. **CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.** - Marcio Magalhães Hannas. JUCERJA nº 00006151239 em 26/03/2024 e Protocolo: 2024/00275388-3 em 25/03/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

**CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.**

CNPJ nº 18.201.378/0001-19 - NIRE nº 33.3.0030772-9

**CARTA DE RENÚNCIA**

Rio de Janeiro/RJ, 20 de março de 2024. À **CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.** ("Companhia"). Aos cuidados do Conselho de Administração. Rua da União, 11, Parte, bairro Santo Cristo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.220-505. Ref.: Renúncia ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia. Prezados Senhores: Pela presente e para todos os fins e efeitos do artigo 151 da Lei 6.404/76, eu, **TIAGO AUGUSTO ALVES SOUZA DIAS**, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.890.963-5, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 332.849.988-10, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, nº 222, bloco B, 4º andar, Vila Olímpia, CEP 04.551-065, São Paulo/SP, apresento minha **RENÚNCIA**, em caráter irrevogável e irretirável, ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração, para o qual fui eleito na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28/04/2023, comprometendo-me a manter em sigilo todas as informações que me tenham sido adquiridas no respectivo período. Atenciosamente, **TIAGO AUGUSTO ALVES SOUZA DIAS** - Ciente em: 20/03/2024. **CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.** - Marcio Magalhães Hannas. JUCERJA nº 00006152718 em 27/03/2024 e Protocolo: 2024/00282134-0 em 26/03/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

**BARCAS S.A. - TRANSPORTES MARÍTIMOS**

CNPJ/MF nº 33.644.865/0001-40 - NIRE nº 33300138820

**COMPANHIA FECHADA****CARTA DE RENÚNCIA**

Rio de Janeiro/RJ, 20 de março de 2024. À **BARCAS S.A. - TRANSPORTES MARÍTIMOS** ("Companhia"). Aos cuidados do Conselho de Administração. Praça XV de Novembro, 21, Sobrado, bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.010-010. Ref.: Renúncia ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia. Prezados Senhores: Pela presente e para todos os fins e efeitos do artigo 151 da Lei 6.404/76, eu, **TIAGO AUGUSTO ALVES SOUZA DIAS**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.890.963-5/SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 332.849.988-10, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, nº 222, 4º andar, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04.551-065, apresento minha **RENÚNCIA**, em caráter irrevogável e irretirável, ao cargo de **membro efetivo**, do Conselho de Administração da Companhia, para o qual fui eleito na Assembleia Geral Ordinária realizada em 20/04/2023 às 11h00, comprometendo-me a manter em sigilo todas as informações que me tenham sido adquiridas no respectivo período. Atenciosamente, **TIAGO AUGUSTO ALVES SOUZA DIAS** - Ciente em: 20/03/2024. **BARCAS S.A. - TRANSPORTES MARÍTIMOS** - Marcio Magalhães Hannas - Presidente do Conselho de Administração. JUCERJA nº 00006152589 em 27/03/2024 e Protocolo: 2024/00282113-7 em 26/03/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

**CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.**

CNPJ nº 18.201.378/0001-19 - NIRE nº 33.3.0030772-9

**ATA DA 172ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 22 DE FEVEREIRO DE 2024**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Realizada no dia 22 de fevereiro de 2024, às 08:30 horas, por meio de videoconferência, nos termos do parágrafo quarto do artigo 9º do Estatuto Social da Concessionária do VLT Carioca S.A. ("Concessionária" ou "Companhia"). **2. CONVOCAÇÃO:** Convocação realizada nos termos do artigo 9º, parágrafo segundo, do Estatuto Social da Companhia. **3. PRESENÇA:** Reunião devidamente instalada, nos termos do artigo 9º, parágrafos terceiro e quarto do Estatuto Social, por videoconferência, mediante o uso do aplicativo Zoom, com a participação dos Srs. Ary Azevedo Franco Neto, Marcio Magalhães Hannas, Roberto Penna Chaves, Tiago Augusto Alves Souza Dias, Waldo Edwin Pérez Leskovar, Luciana Parpinelli de Oliveira, Juliana Cristina Rodrigues Criscuolo Rebehy e Marcus Vinicius Figur da Rosa. Registrada, ainda, a participação dos Srs. André Luis Pereira Costa, Sílvia Bressan, Ricardo Luis Melo Neves, Tiago Terra, Fernanda Fonseca Reginato Borges, Rafael Valente Latorre, Gabriella Attademo, Maria Helena Rebuglio e Rosana Carvalho. **4. MESA:** Presidente: Ary Azevedo Franco Neto. Secretária: Fernanda Fonseca Reginato Borges. **5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) a celebração do 3º Aditivo ao Contrato de Fornecimento e Implantação dos Sistemas Operacionais do VLT Carioca celebrado entre a Concessionária e a Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda. ("Alstom"); (ii) a celebração do 1º Aditivo ao Contrato de Empreitada, na modalidade de preço global, das obras de urbanismo da Av. Francisco Bicalho, Praça Marechal Hermes e Av. Rio de Janeiro, celebrado entre a Concessionária e a Construtora Brasil Infraestrutura S.A. ("Construtora Brasil Infraestrutura"); e (iii) a eleição da Diretoria da Companhia. **6. DELIBERAÇÕES:** Examinadas as matérias para deliberação constantes da ordem do dia, os Conselheiros deliberaram: **6.1. CELEBRAÇÃO DO 3º ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS OPERACIONAIS DO VLT CARIOCA CELEBRADO ENTRE A CONCESSIONÁRIA E A ALSTOM:** Aprovar, por unanimidade dos votos, nos termos do artigo 10, alínea "x", do Estatuto Social da Companhia, observada a orientação de voto estabelecida em Reunião Prévía de Acionistas realizada em 20 de fevereiro de 2024 às 11:00 horas, na forma da cláusula 4.1.4, alínea "xxx" do Acordo de Acionistas, a celebração do 3º Aditivo ao Contrato de Fornecimento e Implantação dos Sistemas Operacionais do VLT Carioca celebrado entre a Concessionária e a Alstom, nos termos e condições apresentados aos membros do Conselho de Administração. **6.2. CELEBRAÇÃO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA, NA MODALIDADE DE PREÇO GLOBAL, DAS OBRAS DE URBANISMO DA AV. FRANCISCO BICALHO, PRAÇA MARECHAL HERMES E AV. RIO DE JANEIRO, CELEBRADO ENTRE A CONCESSIONÁRIA E A CONSTRUTORA BRASIL INFRAESTRUTURA:** Aprovar, por unanimidade dos votos, nos termos do artigo 10, alínea "x", do Estatuto Social da Companhia, observada a orientação de voto estabelecida em Reunião Prévía de Acionistas realizada em 20 de fevereiro de 2024 às 11:00 horas, na forma da cláusula 4.1.4, alínea "xxx" do Acordo de Acionistas, a celebração do 1º Aditivo ao Contrato de Empreitada, na modalidade de preço global, das obras de urbanismo da Av. Francisco Bicalho, Praça Marechal Hermes e Av. Rio de Janeiro, celebrado entre a Concessionária e a Construtora Brasil Infraestrutura, nos termos e condições apresentados aos membros do Conselho de Administração. **6.3. ELEIÇÃO DA DIRETORIA DA COMPANHIA:** Aprovar, por unanimidade dos votos, nos termos do artigo 10, alínea "a", do Estatuto Social da Companhia, observada a orientação de voto estabelecida em Reunião Prévía de Acionistas realizada em 20 de fevereiro de 2024 às 11:00 horas, na forma das cláusulas 4.1.4, alínea "xxiii" e 4.10.3 do Acordo de Acionistas, a eleição do (i) Sr. **ANDRÉ LUIS PEREIRA COSTA**, brasileiro, casado, engenheiro da computação, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.698.284-3 - SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 281.775.618-55 para o cargo de Diretor Presidente; e (ii) Sr. **FRANCISCO PIERRINI**, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.398.467/SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 079.221.388-22, para o cargo de Diretor de Planejamento, ambos com endereço profissional na Rua da União, nº. 11 (parte), Santo Cristo, CEP: 20.220-505, Rio Janeiro/RJ, para o mandato de 2 (dois) anos, permanecendo vago o cargo de Diretor de Engenharia e Operação. Os Diretores ora eleitos tomarão posse de seus cargos por meio da assinatura dos respectivos Termos de Posse e Declaração de Desimpedimento assinados e que serão arquivados na sede da Companhia, tendo declarado terem conhecimento do artigo 147 da Lei nº. 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"), e não se enquadrarem em nenhuma das hipóteses de impedimento previstas no referido artigo que os obstem de exercer as funções de administrador da Companhia. **7. MANIFESTAÇÕES E REGISTROS:** As manifestações de voto foram registradas por meio de viva-voz e Portal Atlas Governance e ficarão arquivadas na sede da Companhia. **8. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata, que após conferida e validada por todos, foi encaminhada aos membros do Conselho de Administração da Companhia presentes. Rio de Janeiro/RJ, 22 de fevereiro de 2024. **Mesa:** Ary Azevedo Franco Neto - Presidente e Fernanda Fonseca Reginato Borges - Secretária. **Membros:** [participação a distância] - Ary Azevedo Franco Neto, [participação a distância] - Marcio Magalhães Hannas, [participação a distância] - Roberto Penna Chaves Neto, [participação a distância] - Tiago Augusto Alves Souza Dias, [participação a distância] - Juliana Cristina Rodrigues Criscuolo Rebehy, [participação a distância] - Waldo Edwin Pérez Leskovar, [participação a distância] - Marcus Vinicius Figur da Rosa e [participação a distância] - Luciana Parpinelli de Oliveira. JUCERJA 00006142758 em 21/03/2024 e Protocolo: 2024/00265571-7 em 20/03/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

# Nacional

## Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A.

CNPJ/MP nº 60.537.263/0001-66  
Relatório da Administração - 2023

São Paulo, 06 de março de 2024

No cumprimento das disposições legais e de acordo com a legislação societária brasileira, a Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A. (Estapark) apresenta, a seguir, o Relatório da Administração, demonstrando os resultados operacionais e financeiros relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Este relatório é complementar e deve ser lido em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da Companhia, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB).

**MEIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**O Melhor Ano da História.** Os resultados confirmam nosso foco na execução comercial e operacional, com disciplina financeira na alocação do capital. Ao final do ano, a Estapark alcançou a marca de 907 operações e 468,2 mil vagas. Inauguramos 88 operações no acumulado do ano, um recorde, e o churn foi de 0,47%. A Receita Líquida foi recorde pelo sexto trimestre consecutivo, com crescimento do Lucro Bruto Caixa e EBITDA e suas respectivas margens. O prejuízo líquido segue com tendência de reversão. Alguns indicadores demonstram a solidez dos resultados:

- Receita Líquida R\$ 1,3 bilhão em 2023, +21,9% vs 2022.
- Lucro Bruto Caixa Geral R\$ 381,6 milhões em 2023, com margem de 26,7%.
- EBITDA Geral R\$ 247,6 milhões em 2023, +66,9% vs 2022.
- Margem EBITDA 18,3% em 2023, +4,9 p.p. vs 2022.
- Prejuízo Líquido De R\$ 157,7 milhões em 2022 para R\$ 68,0 milhões em 2023.

A redução do Prejuízo Líquido, além do já mencionado foco na execução, foi possível graças ao direcionamento estratégico de maior crescimento no segmento Alugados e Administradas. Este segmento possui uma característica menor alocação de capital, menor exposição aos riscos de depreciação e movimentação, menores prazos de payback, O segmentado, contratar seguros, pagar suas taxas e outras vantagens de forma facilitada; solicitar Tag ZUL para pedágios e estacionamento; e manter suas viagens. Acreditamos que o futuro da mobilidade será cada vez mais digital e pretendemos estar na vanguarda da digitalização no nosso setor. Como exemplo desses esforços, alcançamos a marca de 70% de digitalização nas Zonas Azuis e 69% das estações foram via App ZUL. A Zetric, investidora da Estapark que atua no mercado de recarga de veículos elétricos, possui a maior rede de eletrôstatos com mais de 700 estações distribuídas em 51 cidades e 14 estados do Brasil. Ao longo do ano, fechamos parceria para disponibilizar 14 pontos de carregamento rápido. A expansão da rede Zetric está representada na Receita Líquida de 2023 de R\$3,1 milhões, um crescimento de +61% em comparação com 2022. Como parte das nossas iniciativas de transformação digital, firmamos parceria com a Avidia, evoluindo ainda mais a qualidade do atendimento aos nossos clientes. Com essa parceria, já em andamento, teremos uma maior eficiência operacional e a utilização de tecnologias conectando o mundo físico e digital em uma experiência sem precedentes no mercado. Avançamos com a conclusão da matriz de materialidade, com aproximadamente 600 stakeholders consultados, que nos geraram insights para 8 temas materiais vinculados aos ODSs e Indicadores das Normas da GRI. A partir desses resultados, divulgamos em breve nosso relatório e iremos nos focar no vínculo desses temas com a estratégia, gestão e performance. Como exemplo, ao final do ano, tivemos +11% de pessoas 50+ em nossas operações e +55% de garagens 100% femininas. Pelo 2º ano consecutivo conquistamos o selo GPTW, reconhecimento pelos nossos esforços no fortalecimento da marca empregadora e na retenção de talentos. Avançamos com as companhias de saúde e bem-estar e nos ciclos de desempenho por 97% da base operacional. Aliás, não poderíamos deixar de agradecer aos quase 6.000 colaboradores que, ao longo do ano, se uniram para alcançar os resultados apresentados hoje para o mercado. Agradecemos também aos nossos acionistas, parceiros e clientes.

de esta a data na qual a Companhia obtém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir. Todos os saldos intragrupos, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos das respectivas transações intragrupo, são eliminados na consolidação. A Companhia não possui investimentos no exterior.

**ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS**

**1. Receita Líquida dos Serviços Prestados** A Receita Líquida dos Serviços Prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$1.356,341 mil, comparativamente a R\$1.112.959 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$243.382 mil ou um aumento de 21,9%. Demonstramos abaixo a evolução da Receita Líquida dos serviços prestados por segmento entre 2023 e 2022.

(Em milhares de Reais)	2023	2022	2023 x 2022
<b>Receita Líquida dos Serviços Prestados</b>	<b>1.356.341</b>	<b>1.112.959</b>	<b>21,9%</b>
Alugados e administradas	705.046	552.152	27,7%
Concessões de Longo Prazo	293.300	256.471	14,4%
Concessões (On-Street)	179.515	150.043	12,9%
Concessões (Off-Street)	123.685	106.065	16,6%
Operações Próprias	31.169	29.132	7,0%
Digital	15.573	9.789	93,9%
Outros	4.053	287	>200%

Em 31 de dezembro de 2023 nossas operações contavam com 468.179 vagas distribuídas em 93 cidades e 18 estados, um aumento líquido de 27.927 vagas comparado a 31 de dezembro de 2022. As principais movimentações das vagas no período foram: **Alugados e Administradas:** aumento líquido de 29,2 mil vagas, a partir de inaugurações realizadas nos últimos meses, com destaque para Edifícios Comerciais (+13,1 mil vagas) e Shopping Centers (expansão de 6,7 mil vagas). Destacam-se ainda os setores de Instituições de Ensino, Lazer, Aeroportos e Hospital. **Concessões de Longo Prazo:** redução líquida de 1,6 mil vagas, principalmente devido à redução de vagas no Varejo (-3,2 mil vagas), parcialmente compensada por novas vagas em Lazer (+1,4 mil vagas), em razão da inauguração da Arena MRV. A redução de vagas no setor do varejo, se deu por meio de um acordo de encerramento antecipado de contrato, vantagem econômica para as partes. **Concessões On-Street:** aumento líquido de 1,7 mil vagas, em função do ganho da concessão na cidade de São João do Rio Vista - SP. **Concessões Off-Street:** número de vagas permaneceu em 11,4 mil. A estabilidade se dá devido ao prazo dos contratos de concessões. **Digital:** redução líquida de 689 vagas, devido ao encerramento de uma de nossas operações. **2. Custos dos Serviços Prestados:** Os Custos dos Serviços Prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 totalizaram R\$916.395 mil, em comparação com R\$795.925 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, correspondendo, respectivamente a 67,6% e 71,5% da Receita Líquida dos Serviços Prestados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022. O aumento dos Custos dos Serviços Prestados, de R\$120.470 mil, ou 15,1%, entre 2023 e 2022, é resultado da recomposição parcial dos custos com aluguel. Essa recomposição decorre da estruturação dos contratos da Companhia, baseada em aluguéis variáveis que acompanham as variações das receitas. **3. Lucro Bruto:** O Lucro Bruto, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foi de R\$438.946 mil comparativamente a R\$317.034 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. O aumento de R\$121.912 mil, ou 38,8%, entre os exercícios de 2023 e 2022, refletiu principalmente o forte crescimento de 21,9% na Receita Líquida, além das ações de adequação na estrutura de custos que foram implementadas desde 2020, incluindo ganhos de produtividade e eficiência. O Lucro Bruto representava 32,4% e 28,5% da Receita Líquida dos Serviços Prestados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. **4. Despesas Gerais e Administrativas:** As Despesas Gerais e Administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$114.052 mil, em comparação com R\$107.239 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. O aumento de R\$6.813 mil ou 6,4% entre os exercícios de 2023 e 2022 deve-se principalmente ao fortalecimento de nossa estrutura corporativa, crescimento das despesas de manutenção e implementação de tecnologia, necessárias para suportar o crescimento da Companhia. As Despesas Gerais e Administrativas representavam 8,4% e 9,6% da Receita Líquida dos Serviços Prestados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. **5. Amortização de Intangíveis:** As Amortizações de Intangíveis no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$157.009 mil, comparativamente a R\$154.005 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. O aumento de R\$3.004 mil, ou 2,0%, entre os exercícios de 2023 e 2022, está principalmente relacionado à maturação da concessão da Zona Azul de São Paulo, iniciada em novembro de 2020. **6. Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas:** As Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 totalizaram R\$3.199 mil, comparativamente a uma receita de R\$24.366 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. A redução em Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas está diretamente relacionada ao resultado da venda de propriedade para investimento em 2022. O saldo de 2023 está ligado à distribuição de operações por meio de Sociedades em Conta de Participação (SCP)s e Consórcios, além de um acordo vantajoso de encerramento antecipado de um contrato no setor do varejo. **7. Resultado Financeiro:** O Resultado Financeiro Líquido, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foi um saldo negativo de R\$24.410 mil, comparativamente a R\$228.767 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. O aumento das Despesas Financeiras em R\$ 5,643 mil, ou 2,5%, entre 2023 e 2022, está em linha com a reestruturação financeira da Companhia. Essas medidas contribuíram para melhorar o prazo da dívida, que cresceu de 1,6 ano em dezembro de 2022 para 2,2 anos em dezembro de 2023, e reduziram o Custo Spread CDL, com uma diminuição de 0,73 p.p. em dezembro de 2023 em comparação com dezembro de 2022. **8. Prejuízo do Exercício:** O Prejuízo do Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$98.080 mil, comparativamente a R\$157.686 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de 56,8% (R\$59.606 mil) entre 2023 e 2022. As variações nos prejuízos dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são explicadas pelas variações descritas acima. **9. EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado:** O EBITDA e uma medida não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 527, de 4 de outubro de 2012, revogada pela Resolução CVM 156/22, e consiste no lucro (prejuízo) líquido do exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciação e amortização. A margem EBITDA consiste no EBITDA dividido pela receita líquida dos serviços prestados. O EBITDA Ajustado refere-se ao EBITDA ajustado por despesas que não possuem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia, tais como ganhos e perdas com a preparação e registro da oferta inicial de ações e outros itens considerados não usuais pela Companhia ou que não são decorrentes de suas operações principais. A Margem EBITDA Ajustada consiste no EBITDA Ajustado dividido pela receita líquida dos serviços prestados.

(Em milhares de Reais, exceto %)	No exercício encerrado em 31 de Dezembro de			Var. %
	2023	2022	2023x2022	
Prejuízo do Exercício	(68.080)	(157.686)	-56,8%	
(-) Resultado Financeiro	234.412	228.767	2,5%	
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	5.695	4.755	19,8%	
(-) Depreciação e Amortização(i)	234.461	230.642	1,7%	
<b>EBITDA</b>	<b>406.487</b>	<b>306.478</b>	<b>32,6%</b>	
Receita Líquida dos serviços prestados	1.356.341	1.112.959	21,9%	
<b>Margem EBITDA</b>	<b>30,0%</b>	<b>27,5%</b>	<b>-2,5 p.p.</b>	
Despesas com baixas por encerramento de operação(ii)	-	28.307	n.a.	
Ganhos/Perdas após baixas por encerramentos e revisões contratuais (IFRS 16) (iii)	-	-	n.a.	
Despesas com reestruturação	-	2.900	n.a.	
Ganho líquido em desinvestimento de ativos	-	(29.886)	n.a.	
Ganho líquido nas em M&A	-	(1.973)	n.a.	
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>406.487</b>	<b>305.827</b>	<b>32,9%</b>	
Receita Líquida dos serviços prestados	1.356.341	1.112.959	21,9%	
<b>Margem EBITDA Ajustado</b>	<b>30,0%</b>	<b>27,5%</b>	<b>-2,5 p.p.</b>	

Segue abaixo a reconciliação do EBITDA e do EBITDA Ajustado e o cálculo da Margem EBITDA e da Margem EBITDA Ajustada da Companhia para os dois últimos exercícios sociais: (i) A Depreciação de direito de uso está líquida do crédito de PIS e COFINS sobre arrendamentos dos contratos operacionais no montante de R\$4.239 em 31 de dezembro de 2023. O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), não representando o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido (prejuízo) do exercício, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada são indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários, outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da empresa e outros itens considerados não usuais pela Companhia ou que não são decorrentes de suas operações principais. **10. FFO, FFO Ajustado, Margem FFO e Margem FFO Ajustado:** O FFO (*Funds From Operations*) é uma medida não contábil divulgada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações contábeis consolidadas, e consiste no prejuízo do exercício da Companhia, antes do imposto de renda e contribuição social deferidos, do resultado financeiro FFO e da depreciação e amortização (custos e despesas). A margem FFO é calculada pela divisão entre o FFO e a receita líquida dos serviços prestados. O FFO Ajustado refere-se ao FFO ajustado por despesas que não possuem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia, tais como os ganhos incorridos pela Companhia para a preparação e registro da oferta inicial de ações e outros itens considerados não usuais pela Companhia ou que não são decorrentes de suas operações principais. A margem FFO Ajustada é calculada pela divisão entre o FFO Ajustado e a receita líquida dos serviços prestados. O FFO, o FFO Ajustado e a margem FFO e a margem FFO Ajustada não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não representam o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não devem ser considerados, sozinhos, como alternativa ao lucro líquido, ao fluxo de caixa operacional, assim como não devem ser consideradas como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia. O FFO, FFO Ajustado e a margem FFO e margem FFO Ajustada não possuem um significado padrão. Nesse sentido, caso o significado adotado pela Companhia não seja adotado por outras sociedades, o FFO, o FFO Ajustado e a margem FFO e margem FFO Ajustada divulgados pela Companhia podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras sociedades. Seguem abaixo os valores do FFO, do FFO Ajustado, da margem FFO e da margem FFO Ajustada da Companhia para os dois últimos exercícios sociais:

(Em milhares de Reais, exceto %)	No exercício encerrado em 31 de Dezembro de			Var. %
	2023	2022	2023x2022	
Prejuízo do Exercício	(68.080)	(157.686)	-56,8%	
(-) Resultado Financeiro FFO(i)	2.479	(153)	>200%	
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	n.a.	
(-) Depreciação e Amortização(ii)	234.461	230.642	1,7%	
<b>FFO</b>	<b>168.860</b>	<b>72.803</b>	<b>131,9%</b>	
Receita Líquida dos serviços prestados	1.356.341	1.112.959	21,9%	
<b>Margem FFO</b>	<b>12,4%</b>	<b>6,5%</b>	<b>+5,9 p.p.</b>	
Despesas com baixas por encerramento de operação(iii)	-	28.307	n.a.	
Ganho líquido em desinvestimento de ativos	-	(29.886)	n.a.	
<b>FFO Ajustado</b>	<b>168.860</b>	<b>71.224</b>	<b>137,1%</b>	
Receita Líquida dos serviços prestados	1.356.341	1.112.959	21,9%	
<b>Margem FFO Ajustada</b>	<b>12,4%</b>	<b>6,4%</b>	<b>+6,0 p.p.</b>	

(i) Receitas e despesas financeiras sem impacto sobre o caixa da Companhia. Foram consideradas as seguintes rubricas apresentadas na nota explicativa 23 Resultado Financeiro das demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022: variação cambial ativa e passiva, ajuste a valor justo de swap, ajuste a valor justo de opções e ajuste a valor presente; (ii) A depreciação de direito de uso está líquida do crédito de PIS e COFINS sobre arrendamentos dos contratos operacionais no montante de R\$4.239 em 31 de dezembro de 2023 (R\$4.211 em 31 de dezembro de 2022); Ganhos após baixas por encerramentos e revisões contratuais (IFRS16), sem efeito caixa. O FFO, o FFO Ajustado, a margem FFO e a margem FFO Ajustada não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não representam o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não devem ser considerados, sozinhos, como alternativa ao lucro líquido, ao fluxo de caixa operacional, assim como não devem ser consideradas como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia. O FFO, o FFO Ajustado, a margem FFO e a margem FFO Ajustada não possuem um significado padrão. Nesse sentido, caso o significado adotado pela Companhia não seja adotado por outras sociedades, o FFO, o FFO Ajustado, a margem FFO e a margem FFO Ajustada divulgados pela Companhia podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras sociedades. **11. Investimentos:** Uma vez mais, ao final de 2023, demonstramos nossa expertise em alocação de capital em nossa operação, investindo um total de R\$90.678 mil, em comparação com os R\$74.394 em 2022. Grande parte da variação no acumulado do ano são dos investimentos em renovações, que fazem com que o churn atingiu 0,47% no ano, e das 88 inaugurações, um recorde, bem como dos investimentos voltados para sustentar a estratégia AutoTech da Companhia. Informações complementares podem ser encontradas em nossa Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada. **12. Endividamento:** Em 31 de dezembro de 2023, a dívida líquida da Companhia, que consiste na somatória de: Empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), Contas a pagar por aquisição de investimentos (circulante e não circulante), Parcelamentos fiscais (circulante e não circulante) e Passivo de arrendamento (circulante e não circulante) subtraído do total de caixa e equivalentes de caixa, totalizou R\$1.231.606 mil, uma redução de 1,0% comparado a dívida líquida em 31 de dezembro de 2022, de R\$1.243.820 mil.

Abaixo segue a conciliação da dívida líquida para os três últimos exercícios sociais:

Dívida Líquida (Em milhares de Reais)	2023	2022	2023 x 2022
Empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante)	222.914	452.863	-50,3%
Empréstimos, financiamentos e debêntures (não circulante)	705.948	418.024	68,9%
Contas a pagar por aquis. de investimentos (circulante)	1.997	997	100,3%
Contas a pagar por aquis. de investimentos (não circulante)	-	1.997	n.a.
Parcelamentos fiscais (circulante)	8.922	966	-7,7%
Parcelamentos fiscais (não circulante)	6.269	7.206	-13,0%
<b>Dívida Bruta</b>	<b>938.020</b>	<b>881.883</b>	<b>6,4%</b>
Passivo do arrendamento (circulante)	105.236	103.780	1,4%
Passivo de arrendamento (não circulante)	377.874	395.570	-4,5%
<b>Total da Dívida Bruta</b>	<b>1.421.130</b>	<b>1.381.233</b>	<b>2,9%</b>
e Passivo de Arrendamento <sup>(1)</sup>	<b>(1.263.524)</b>	<b>(1.374.413)</b>	<b>37,9%</b>
(i) Caixa e Equivalentes de Caixa	<b>(121.606)</b>	<b>(137.413)</b>	<b>-10,0%</b>

<sup>1</sup> A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro, líquidas ou endividamento reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e não possuem um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida de maneira diferente da utilizada pela Companhia. Adicionalmente, em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/CPC 00R/2) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo completo e prospectivamente desde o início do primeiro período praticável. Os saldos de passivo de arrendamento (circulante e não circulante) em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram de R\$463.110 mil e R\$459.350 mil, respectivamente. Em cumprimento aos requisitos práticos de geração de caixa operacional, a Companhia capta recursos, quando necessário, por meio de contratos financeiros, os quais são empregados no financiamento das necessidades de capital de giro da Companhia e investimentos de curto e longo prazo, bem como na manutenção de disponibilidades de caixa em nível que a Companhia acredita ser apropriado para o desempenho de suas atividades. Ao longo do ano, a Dívida foi exercida com redução do custo médio, aumento do duration e cronograma equilibrado de amortização.

**DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS AOS ACIONISTAS**

O Estatuto Social da Companhia determina que do lucro líquido do exercício será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social, para a constituição de um dividendo anual não cumulativo em montante correspondente a 25% do lucro líquido do exercício calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não ocorreram distribuições de dividendos, uma vez que a Companhia apresentou prejuízo nos referidos exercícios.

**RECURSOS HUMANOS**

A gestão de Recursos Humanos da Estapark é baseada nos seguintes pilares: **Conhecimento:** trilhas de aprendizagem em linha com as necessidades de cada colaborador e a fim de atender às principais diretrizes da Companhia. **Liderança:** disseminação da estratégia de negócio, com o objetivo de engajar e estabelecer o alinhamento estratégico. **Meritoriedade:** engajamento e reconhecimento baseado em um ciclo de gestão de desempenho (performance + potencial); e **Academia Estapark:** A área de Recursos Humanos da Companhia disponibiliza a Academia Estapark, nossa plataforma de desenvolvimento e educação e que conta com mais de 400 conteúdos disponíveis para 100% das nossas colaboradoras. Esta ação garante o alinhamento estratégico da Companhia. Pelo 2º ano consecutivo conquistamos o selo GPTW, reconhecimento pelos nossos esforços no fortalecimento da marca empregadora e na retenção de talentos. Avançamos com as companhias de saúde e bem-estar e nos ciclos de desempenho para 97% da base operacional. Aliás, não poderíamos deixar de agradecer aos quase 6.000 colaboradores que, ao longo do ano, se uniram para alcançar os resultados apresentados hoje para o mercado.

**AGENDA ESG**

Avançamos com a conclusão da matriz de materialidade, com aproximadamente 600 stakeholders consultados, que nos geraram insights para 8 temas materiais vinculados aos ODSs e Indicadores das Normas da GRI. A partir desses resultados, divulgaremos em breve nosso relatório e iremos focar no vínculo desses temas com a estratégia, gestão e transparência. Como exemplo, ao final do ano, tivemos +11% de pessoas 50+ em nossas operações e +55% de garagens 100% femininas.

**DESCRIÇÃO DOS NEGÓCIOS DA COMPANHIA**

A Estapark ("Companhia") foi fundada na década de 1980, em Curitiba-PR e teve seu primeiro ciclo de crescimento iniciado nos anos 80 com a incorporação da RioPark, expandindo seu negócio para o Rio de Janeiro e São Paulo em operações de condomínios comerciais, hospitais, hotéis e concessões públicas de garagens subterrâneas além de pioneira na implantação da Zona Azul com parquímetro no município de Araras-SP em 1998 e posteriormente a Zona Azul Digital via App. Em 2009 a Estapark possuiu 110 mil vagas e 198 operações com contratos majoritariamente do tipo "asset light" (Alugados e Administradas). Neste mesmo ano a Companhia deu início ao seu segundo ciclo de crescimento de investimentos em contratos de longo prazo operacionais (Concessões Off-Street e On-Street) e privados (Contratos de Longo Prazo), operações próprias (Operações Próprias) e fuses e aquisições que permitiram a Estapark alavancar seus resultados entre 2010 e 2022, elevando as Margens Brutas e o Duration de Contratos e vir a tornar-se uma plataforma de forte presença nacional, reconhecida como referência no varejo de estacionamento, em sintonia com a evolução da mobilidade nas principais capitais mundiais. Ao final de 2023, a Estapark possuiu 697 operações próprias e 468,2 mil vagas com presença em 93 municípios e 18 estados. **1. Descrição das linhas de negócios:** **Alugados e administradas (Leased and Managed Locations):** engloba contratos firmados com a iniciativa privada onde há operações das áreas de estacionamento nos mais diversos segmentos, como: edifícios comerciais, shoppings, hospitais, instituições de ensino, bancos e terrenos. Os contratos podem ser de locação (aluguel fixo, variável ou combinação de ambos) ou combinação (taxa fixa ou variável). **Operações próprias (Owned Locations):** consistem em contratos de aquisição de ativos imobiliários (garagens ou vagas de estacionamento) como unidade autônoma do empreendimento em que se situa. **Concessões públicas (Off-Street):** engloba contratos com a Administração Pública, conquistados através de processos licitatório e podem ter perfil de infraestrutura, demandando volumes expressivos de investimentos. São contratos que se situam fora das vias públicas, incluindo principalmente, aeroportos e garagens subterrâneas. **Concessões públicas (On-Street):** são contratos de gestão de estacionamentos rotativos em vias públicas firmados com as prefeituras municipais que concedem o direito de exploração por até 5, 10 ou 15 anos (renováveis por período igual). A contrapartida inclui investimentos em parquímetros, infraestrutura, sinalização e outorgas iniciais nos municípios. **Contratos privados de longo prazo (Long-term Contracts):** engloba contratos firmados com a iniciativa privada e que demandam investimentos em infraestrutura/ou uma outorga inicial. Destacam-se operações de estacionamento nos segmentos de: edifícios comerciais, aeroportos, instituições de ensino, dentre outros. **Digital (AutoTech):** substancialmente representado pelo App ZUL, cujo qual os clientes Estapark além de adquirir e ativar as diversas Zonas Azuis, podem pagar estacionamentos, contratar seguros, pagar suas taxas e outras vantagens de forma facilitada, solicitar Tag ZUL para pedágios e estacionamento, entre outros serviços. **Outros (Other):** consiste em receitas acessórias que não são especificamente identificáveis por um segmento operacional, tais como a operação da investida na Loop, receitas de franquias e operações específicas consideradas como extraordinárias.

**AUDITORIA INDEPENDENTE**

A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais na entidade auditada e (iii) o auditor não deve promover os interesses da entidade auditada. Os honorários de auditoria referem-se a serviços profissionais prestados na auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, revisões trimestrais das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, auditorias societárias e revisões internas de certas subsidiárias, conforme requerido pela legislação aplicável. Como objetivo de atender à Instrução CVM nº 381/2003, a Companhia informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S., prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia, não prestou outros serviços não relacionados à auditoria que representaram mais de 5% (cinco por cento) dos honorários de auditoria durante o exercício de 2023.

**AGRADECIMENTOS**

Agradecemos a todos os acionistas, colaboradores, fornecedores e clientes pela confiança.

	Balancos Patrimoniais - 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em Milhares de Reais - R\$)			
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>ATIVO em R\$ mil</b>				
<b>Ativo Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	117.555	93.847	189.524
Contas a receber	5	55.409	34.681	92.712
Impostos e contribuições a recuperar	6	23.367	29.209	37.868
Despesas antecipadas	3	3.307	1.586	7.444
Adiantamentos a fornecedores	1	1.154	1.045	2.113
Adiantamentos a funcionários	1	1.119	890	1.300
Adiantamentos de alugueis	1	370	915	629
Partes relacionadas	16,1	4.347	8.566	1.307
Instrumentos financeiros derivativos	13	805	3.566	805
Outros créditos	7	3.691	1.522	5.123
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>211.624</b>	<b>679.017</b>	<b>338.698</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>				
Contas a receber	5	458	574	458
Impostos e contribuições a recuperar	6	10.317	13.128	17.761
Partes relacionadas	16,1	19.386	29.157	17.442
Títulos e valores mobiliários restritos	4,2	1.919	7.231	29.511
Depósitos judiciais	17,3	4.400	11.075	7.340
Despesas antecipadas	1,7	1.609	1.553	2.306
Outros créditos	7	8.141	-	8.141
Investimentos	8,2	414.799	363.722	8.403
Imobilizado	10	172.231	160.153	238.495
Direito de uso	9	44.089	46.470	369.487
Intangíveis	11	497.478	493.815	498.284
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.172.508</b>	<b>1.139.662</b>	<b>2.176.394</b>

	Passivo e Patrimônio Líquido em R\$ mil			
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Passivo Circulante</b>				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	192.110	227.175	222.914
Instrumentos financeiros derivativos	13	1.501	2.608	1.501
Fornecedores	14	60.002	44.605	144.548
Passivo de arrendamento	14	18.773		



## ...continuação

### 6. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
<b>em R\$ mil</b>		
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	2.223	2.022
Imposto de renda pessoa jurídica - IRRPJ	2.437	2.422
Contribuição social sobre lucro líquido - CSLL	1.867	2.040
INSS e FGTS	6.909	7.767
PIS e COFINS	16.535	30.131
Outros impostos a recuperar	703	158
<b>Total</b>	<b>33.684</b>	<b>42.337</b>
Ativo circulante	23.367	29.209
Ativo não circulante	10.317	13.128

A realização desses impostos é efetuada tendo como base as projeções de crescimento, quedas operacionais e geração de débitos para consumo desses créditos pela Companhia. Com base nas projeções de geração dos débitos tributários futuros, principalmente de PIS e COFINS, a Administração da Companhia estima que grande parte do valor serão compensados de acordo com a amortização das outorgas.

### 7. Outros créditos

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
<b>em R\$ mil</b>		
Contas a receber alugueis <sup>1</sup>	10.928	4.482
Contas a receber consórcios	-	-
Outros créditos	90	2.040
<b>Total</b>	<b>11.822</b>	<b>6.522</b>
Ativo circulante	3.691	6.522
Ativo não circulante	8.141	-

<sup>1</sup> Valores a receber decorrente de cláusulas contratuais de proteção de garantia mínima de remuneração em contratos de locação (downside protection) do segmento de contratos privados de longo prazo, com prazo de recebimento entre 6 e 24 meses. Os valores poderão ser abatidos de saldos apurados a pagar, recebidos em moeda ou convertido em aumento de prazo contratual.

### 8. Investimentos: 8.1 Combinação de negócios: Aquisição da On Tecnologia de Mobilidade Urbana S.A. ("Zul Digital")

Em 01 de abril de 2022, a Companhia adquiriu 100% (cem por cento) da capital social da On Tecnologia de Mobilidade Urbana S.A. ("Zul Digital"). A Zul Digital foi fundada em 2017 por uma equipe de desenvolvedores, que trabalhou por mais de 10 anos em conjunto. O objetivo da Zul Digital era ser credenciada na Prefeitura de São Paulo para distribuir o Cartão Azul Digital (CAD) e, em menos de um ano de operação, tornou-se o APP nº1 em vendas. Com o tempo, iniciou a operação de venda de CADs em outras cidades, como Belo Horizonte, Fortaleza, Salvador e Curitiba, todas operando no modelo de credenciamento, em que as empresas podem desenvolver um APP e credenciá-lo nas prefeituras para comercializar os CADs, ampliando, assim, sua base de clientes. Pelo DNA de inovação e desenvolvimento de Plataformas Digitais, o time passou a desenvolver e oferecer aos seus clientes outros serviços, tais como: pagamento de IPVA e multas, aviso de rodizio, tag para pagamento de pedágio, CNAV digital, entre outros serviços ao motorista. A Companhia vem, ao longo dos últimos anos digitalizando a sua enorme base de clientes, que, com recorrência, utilizam os seus aplicativos no Brasil, ampliando também a oferta de serviços virtuais, tais como a Reserva de Vagas em Aeroportos, Arenas e Centros de convenções, contratação de mensalis online, pagamento do estacionamento via APP, e-wallet, além da gestão de diversas Operações Digitais de Zona Azul, melhorando, assim, experiência dos seus clientes e aumentando sua receita. Dessa forma, a combinação da Estapar e Zul Digital criou uma plataforma única, com inovação e maior oferta de produtos e serviços, ampliando as linhas de negócios da Companhia, mas dentro do seu ecossistema. O preço de aquisição foi de R\$57.355, dos quais R\$23.191 foram liquidados na data de fechamento da transação com a entrega de 5.194.797 ações ordinárias, equivalentes a R\$20.279, e um pagamento em dinheiro no valor de R\$2.412. O montante remanescente de R\$24.164 será liquidado de acordo com os prazos e condições estabelecidos no contrato. Desse total, R\$2.995 serão pagos em dinheiro, enquanto os R\$31.169 restantes por meio de 30 bônus de subscrição. Estes bônus estão vinculados ao cumprimento de metas e representam 7.792.301 ações ordinárias, nominativas escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia. Além disso, há 10 bônus de subscrição adicionais, conhecidos como "kicker", relacionados à superação das metas estipuladas no contrato, representando até 3.636.364 ações ordinárias, nominativas escriturais e sem valor adicional de emissão da Companhia e poderão ser pagas conforme previsto em contrato. Até o momento, não foram identificados valores a serem provisionados. A parte a ser liquidada por meio da entrega de ações ordinárias cumpre com as características de instrumento patrimonial e, portanto, foi registrada no patrimônio líquido na conta de reserva de capital. Em dezembro de 2023, a Companhia efetuou a entrega de 2.597.502 ações ordinárias, representando um valor de R\$130.390, e realizou um pagamento em dinheiro no montante de R\$93.974. A seguir, apresentamos o cálculo apurado e as alocações do valor justo no balanço patrimonial, conforme laudo:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
<b>em R\$ mil</b>		
<b>Data de aquisição</b>	<b>01/04/2022</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	1.396	1.396
Créditos a receber	1.317	1.317
Adiantamentos	16	16
Impostos a recuperar	106	106
<b>Passivo</b>	<b>8.031</b>	<b>8.031</b>
Fornecedores	374	374
Obrigações trabalhistas	507	507
Obrigações tributárias	47	47
Adiantamentos CP	6.593	6.593
<b>Ativos líquidos</b>	<b>(2.242)</b>	<b>(2.242)</b>
Ágio na aquisição	43.645	43.645

A movimentação dos investimentos da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é representada abaixo:

	31/12/2022	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e JSCP recebidos	Incorporação e outras movimentações líquidas	31/12/2023
<b>em R\$ mil</b>						
<b>Movimentação - Controladora</b>						
<b>Investimentos</b>						
Calvium Participações S.A.	5.765	-	1.027	-	-	6.792
Consórcio Estacionamento Centro Cívico	-	-	374	(374)	-	-
Consórcio Estacionamento Novo Centro	-	-	41	(39)	-	2
Ecovagas Carregadores Elétricos Ltda.	4.983	899	(2.017)	-	-	3.865
Hora Park Sist. Estacionamento Rotativo Ltda.	254.837	94.815	(44.628)	-	-	305.024
Hospital Marcelino Champagnat Ltda.	1	-	1.954	(1.954)	-	-
Loop AC Participações Ltda.	6.295	-	(728)	-	-	5.567
On Tecnologia de Mobilidade Urbana S.A.	64.298	480	(2.425)	-	(3.546)	58.807
Praça EDG Congonhas	5	-	-	-	-	5
Primeira Estacionamentos Ltda.	21.645	3.895	892	(685)	-	31.747
Riopark Estacionamentos Ltda.	1.321	309	(261)	-	-	1.369
SCP Estacionamento do Shopping Monte Carmo	903	-	1.350	(2.053)	-	200
SCP Shopping Hortolândia	47	-	(5)	-	-	42
SCP Shopping Parque Araçuaçu	460	-	463	(643)	-	283
SCP Shopping Valinhos	17	-	(20)	-	-	(3)
Shopping Parque Bahia	3.145	-	4.631	(6.862)	-	914
SCP Mercado da Bahia	-	-	187	-	-	187
<b>Total ativo</b>	<b>363.722</b>	<b>106.398</b>	<b>(39.165)</b>	<b>(12.610)</b>	<b>(3.546)</b>	<b>414.799</b>
<b>Passivo a Descoberto</b>						
Capital Parking Estacionamento de Veículos Ltda.	(1.925)	-	(38)	-	-	1.963
Parking Tecnologia da Informação Ltda.	(3.252)	-	(67)	-	-	(3.319)
l-Park Estacionamentos Inteligentes S.A.	-	170	(128)	-	-	(3.162)
Saespart Soc. Adm. Empreend. Part. Ltda.	(301)	-	-	-	-	(301)
Wellpark Estacionamentos e Serviços Ltda.	(13.146)	7.573	(952)	-	-	(6.525)
<b>Total passivo</b>	<b>(18.624)</b>	<b>7.743</b>	<b>(1.183)</b>	<b>(1.243)</b>	<b>(1.243)</b>	<b>(13.307)</b>
<b>Total investimentos</b>	<b>345.098</b>	<b>114.141</b>	<b>(40.348)</b>	<b>(12.610)</b>	<b>(4.789)</b>	<b>401.492</b>

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
<b>em R\$ mil</b>		
<b>Movimentação - Controladora</b>		
<b>Investimentos</b>		
Calvium Participações S.A.	5.138	-
Consórcio Estacionamento Centro Cívico	-	-
Consórcio Estacionamento Novo Centro	-	-
Ecovagas Carregadores Elétricos Ltda.	1.502	1.818
Hora Park Sist. Estacionamento Rotativo Ltda.	283.393	57.494
Hospital Marcelino Champagnat Ltda.	1	-
Loop AC Participações Ltda.	10.514	-
On Tecnologia de Mobilidade Urbana S.A.	57.355	12.900
Praça EDG Congonhas	5	-
Primeira Estacionamentos Ltda.	20.336	2.600
Riopark Estacionamentos Ltda.	1.317	15
SCP Estacionamento do Shopping Monte Carmo	519	-
SCP Shopping Hortolândia	21	1
SCP Shopping Parque Araçuaçu	63	-
SCP Shopping Valinhos	-	-
Shopping Parque Bahia	1.667	-
<b>Total ativo</b>	<b>324.476</b>	<b>57.355</b>
<b>Passivo a Descoberto</b>		
Azera Parking Estacionamento de Veículos Ltda.	(693)	-
Capital Parking Estacionamento de Veículos Ltda.	(1.446)	-
Parking Tecnologia da Informação Ltda.	(2.397)	(91)
Saespart Soc. Adm. Empreend. Part. Ltda.	(163)	-
Wellpark Estacionamentos e Serviços Ltda.	(9.475)	2.387
<b>Total passivo</b>	<b>(14.174)</b>	<b>2.387</b>
<b>Total investimentos</b>	<b>310.302</b>	<b>57.355</b>

	Controladora	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2022
<b>em R\$ mil</b>		
<b>Movimentação - Consolidado</b>		
<b>Investimentos</b>		
Calvium Participações S.A.	5.138	-
Consórcio Estacionamento Centro Cívico	-	-
Consórcio Estacionamento Novo Centro	-	-
Ecovagas Carregadores Elétricos Ltda.	1.502	1.818
Hora Park Sist. Estacionamento Rotativo Ltda.	283.393	57.494
Hospital Marcelino Champagnat Ltda.	1	-
Loop AC Participações Ltda.	10.514	-
On Tecnologia de Mobilidade Urbana S.A.	57.355	12.900
Praça EDG Congonhas	5	-
Primeira Estacionamentos Ltda.	20.336	2.600
Riopark Estacionamentos Ltda.	1.317	15
SCP Estacionamento do Shopping Monte Carmo	519	-
SCP Shopping Hortolândia	21	1
SCP Shopping Parque Araçuaçu	63	-
SCP Shopping Valinhos	-	-
Shopping Parque Bahia	1.667	-
<b>Total ativo</b>	<b>324.476</b>	<b>57.355</b>
<b>Passivo a Descoberto</b>		
Azera Parking Estacionamento de Veículos Ltda.	(693)	-
Capital Parking Estacionamento de Veículos Ltda.	(1.446)	-
Parking Tecnologia da Informação Ltda.	(2.397)	(91)
Saespart Soc. Adm. Empreend. Part. Ltda.	(163)	-
Wellpark Estacionamentos e Serviços Ltda.	(9.475)	2.387
<b>Total passivo</b>	<b>(14.174)</b>	<b>2.387</b>
<b>Total investimentos</b>	<b>310.302</b>	<b>57.355</b>

<sup>1</sup> Este investimento é classificado como empreendimento controlado em conjunto (Joint Venture) sendo contabilizado utilizando o método da equivalência patrimonial, de acordo com o CPC 18. As joint ventures não apresentam passivos contingentes ou compromissos de capital em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração realizou as devidas análises quanto a recuperabilidade dos seus investimentos e joint ventures e não identificou necessidade de reconhecimento de perda dos respectivos ativos. Maiores detalhes sobre as premissas utilizadas nas projeções de 31 de dezembro de 2023 estão descritos na Nota 11.

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
<b>em R\$ mil</b>		
<b>Sumário - Controladora</b>		
<b>31/12/2023</b>		
Calvium Participações S.A.	7.281	489
Consórcio Estacionamento Centro Cívico	289	86
Consórcio Estacionamento Novo Centro	181	316
Ecovagas Carregadores Elétricos Ltda.	4.082	212
Hora Park Sist. Estacionamento Rotativo Ltda.	866.213	538.655
Hospital Marcelino Champagnat Ltda.	522	521
Loop AC Participações Ltda.	7.373	-
On Tecnologia de Mobilidade Urbana S.A.	32.095	26.673
Praça EDG Congonhas	6	2
Primeira Estacionamentos Ltda.	34.364	2.606
Riopark Estacionamentos Ltda.	1.418	49
SCP Estacionamento do Shopping Monte Carmo	707	311
SCP Shopping Hortolândia	399	318
SCP Shopping Parque Araçuaçu	676	127
SCP Shopping Valinhos	245	250
Shopping Parque Bahia	2.666	875
SCP Mercado da Bahia	397	29
Parking Tecnologia da Informação Ltda.	3.229	6.548
l-Park Estacionamentos Inteligentes S.A.	95	3.794
Saespart Soc. Adm. Empreend. Part. Ltda.	4.160	4.461
Wellpark Estacionamentos e Serviços Ltda.	7.052	12.822

## Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A. - CNPJ/MF nº 60.537.263/0001-66

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em Milhares de Reais - R\$)

#### ...continuação em R\$ mil

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
<b>em R\$ mil</b>		
<b>Data de aquisição</b>	<b>01/04/2022</b>	
Carteira de clientes	4.402	4.402
Não concorrência	-	1.347
Tecnologia	-	10.543
<b>Total da contraprestação</b>	<b>57.355</b>	<b>17.292</b>
Emissão de ações (Nota 20)	-	2.412
Contraprestação em dinheiro	-	20.779
Parcelas da contraprestação a pagar (ações e dinheiro)	-	34.164

**Incorporação da Azera Parking Ltda. ("Azera")**: Com o intuito de maximizar a sinergia entre os negócios, a Administração decidiu por incorporar a Azera Parking Ltda., conforme aprovação em 26 de abril de 2022. O ativo líquido incorporado à Controladora ("Allpark"), está demonstrado abaixo:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
<b>em R\$ mil</b>		
<b>Data de aquisição</b>	<b>01/12/2022</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	2.916	2.916
Créditos a receber	1.408	1.408
Estoque	1.091	1.091
Adiantamentos	44	44
Impostos a recuperar	232	232
Impobilizado e Intangível	131	131
Outros ativos	9	9
<b>Total</b>	<b>6.937</b>	<b>6.937</b>

**Aceve líquido incorporado (Nota 8.2)**: Em 30 de novembro de 2022, a controlada Ecovagas Carregadores Elétricos Ltda. ("Ecovagas") adquiriu 59% (cinquenta e nove por cento) da capital social da Zetric Comercial Eletroeletrônica S.A. ("Zetric"). A Companhia estabeleceu essa parceria visando a exploração conjunta e ampla do mercado brasileiro de eletromobilidade, por meio da infraestrutura de recarga de veículos eletrificados, tanto no segmentos comerciais (em empreendimentos tais como: estações localizadas em aeroportos, edifícios comerciais, shoppings centers, arenas, hospitais, dentre outros), além do segmento residencial (com soluções e tecnologia para condomínios residenciais e clientes-físicos). O preço de aquisição foi de R\$5.617, dos quais R\$3.806 foram liquidados em 1 de dezembro de 2022 com a entrega de ativos imobilizados e intangíveis, e R\$1.811 em 18 de dezembro de 2022 através de aumento de capital social decorrente do exercício dos bônus de subscrição do caixa zero pela Ecovagas. A aquisição compreende 59% de participação na investida. Para a transação foram emitidas novas ações e o valor pago na transação equivale ao preço de custo da emissão, não gerando ágio. A seguir, apresentamos o cálculo apurado e as alocações do valor justo no balanço patrimonial, conforme laudo:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
<b>em R\$ mil</b>		
<b>Data de aquisição</b>	<b>01/12/2022</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	2.916	2.916
Créditos a receber	1.408	1.408
Estoque	1.091	1.091
Adiantamentos	44	44
Impostos a recuperar	232	232
Impobilizado e Intangível	131	131
Outros ativos	9	9
<b>Total</b>	<b>6.937</b>	<b>6.937</b>

**Incorporação da Capital Parking Estacionamento de Veículos Ltda. ("Capital")**: Com o intuito de maximizar a sinergia entre os negócios, a Administração decidiu por incorporar a Capital Parking Estacionamento de Veículos Ltda., conforme aprovação em 26 de abril de 2023. O ativo líquido incorporado à Controladora ("Allpark"), está demonstrado abaixo:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
<b>em R\$ mil</b>		
<b>Data de aquisição</b>	<b>01/04/2022</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	1.423	1.423
Créditos a receber	924	924
Impostos a recuperar	211	211
Outros créditos	258	258
Partes relacionadas	97	97
Intangível	3.345	3.345
Fornecedores	70	70
Empréstimos e financiamentos	35	35
Obrigações trabalhistas	15	15
Obrigações tributárias	15	15
Partes relacionadas	3.204	3.204
<b>Total do patrimônio líquido negativo</b>	<b>(1.922)</b>	<b>(1.922)</b>
<b>Aceve líquido incorporado</b>	<b>(1.922)</b>	<b>(1.922)</b>
<b>8.2 Investimentos e provisão para perda em empresas investidas</b>		
<b>em R\$ mil</b>		
<b>Investimentos</b>		
Controladas	414.799	363.722
Coligadas	-	9.103
<b>Total ativo</b>	<b>414.799</b>	<b>363.722</b>
<b>Total passivo</b>	<b>(13.307)</b>	<b>(18.624)</b>
<b>Total de investimentos - líquido de provisão</b>	<b>401.492</b>	<b>345.098</b>



...continuação

Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A. - CNPJ/MF nº 60.532.263/0001-66												
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em Milhares de Reais - R\$)												
A movimentação está demonstrada a seguir:												
em R\$ mil	2023		2022									
Saldo inicial em 01 de janeiro	404.231		377.301									
Varição monetária sobre as obrigações com o poder concedente	46.890		44.936									
Juros	7.409		2.361									
Parcelas variáveis renegotiadas	1.680		-									
Pagamento parcelas renegotiadas e juros	(34.255)		-									
Pagamento principal e atualização	(50.947)		(57.570)									
Remensuração	22.268		37.323									
Saldo final em 31 de dezembro	396.476		404.231									
A Companhia negociou o prazo de pagamento de parte do valor das outorgas fixas mensais de 2021 da ZAD com a Prefeitura de São Paulo, alterando o vencimento das parcelas de abril a dezembro de 2021 para o ano de 2023, com um valor principal de R\$23.516. Em 2023, o saldo principal liquidado, acrescido de juros no montante de R\$7.359 (R\$2.361 em 31 de dezembro de 2022). Em novembro de 2023 a Companhia negociou o pagamento das outorgas fixas e variáveis de novembro e dezembro de 2023 no montante de R\$ 11.889, alterando seu vencimento para 12 parcelas a partir de fevereiro de 2024.												
<b>16. Partes relacionadas:</b> A Companhia, suas controladas, controladas em conjunto, coligadas e acionistas celebraram entre si, no curso normal de seus negócios, operações financeiras e comerciais. Estas operações incluem especialmente a disponibilização de recursos financeiros para os estabelecimentos na forma de adiantamentos para aumento de capital, contrato de mútuo e conta corrente com a finalidade de giro normalmente utilizado para cobertura pontual de fluxo de caixa cuja regularização não excede 30 dias. As transações comerciais referem-se basicamente ao aluguel de alguns estabelecimentos com sua parte relacionada Carmo Cruz. As operações entre as empresas referentes às contas a receber e às contas a pagar são efetuadas em condições pactuadas entre as partes e compreendem operações para cobertura de fluxo de caixa diário das empresas, sem incidência de juros, tais como seguros, uniformes e materiais administrativos.												
A Companhia não possui operação de compra e venda de serviços entre as empresas.												
<b>16.1. Partes relacionadas - ativo</b>												
<b>Ativo Circulante</b>												
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022					
Autopark S.A.	7		-		-		-					
Calvitur Participações S.A.	6		-		-		-					
Capital Parking Estacionamentos Ltda.	2		-		-		-					
Colpark Estacionamentos Ltda.	58		-		58		-					
Consórcio Estacionamento Centro Cívico	43		194		43		194					
Estacionamento Cinelândia S.A.	49		41		-		-					
Estacionamento do Mogi Shopping	465		486		465		486					
Estacionamento Hospital Marcelino Champagnat	286		87		-		-					
Estacionamento Shopping Bay Market Center	33		24		33		24					
Estacionamento Shopping Bourbon Pompéia	615		387		615		387					
Estacionamento Shopping Heraldo de Sá	99		51		-		-					
Estacionamento Shopping Mercado da Bahia	16		-		-		-					
Estacionamento Shopping Monte Carmo	88		1		-		-					
Estacionamento Shopping Parque Aracaju	35		35		-		-					
Estacionamento Shopping Parque Bahia	237		256		-		-					
Estacionamento Shopping Sete Lagoas	93		2.877		93		2.877					
Estacionamento Shopping Valinhos	69		56		-		-					
EWS Estacionamento Salvador S.A.	230		180		-		-					
Hor Park Sistema Estacionamentos Rotativos Ltda.	791		594		-		-					
Praca Tecnologia da Informação Ltda.	2		101		-		-					
Parking EDG Congonhas Empreendimentos S.A.	1		-		-		-					
Primeira Estacionamentos Ltda.	56		21		-		-					
Riopark Estacionamentos e Garagens Ltda.	1		2		-		-					
Saepart Soc. de Adm. Emp. e Part. Ltda.	742		508		-		-					
Wellpark Estacionamento e Serviços Ltda.	38		-		-		-					
Z.A. Digital de São Paulo Sistema de Estacionamentos Rotativos S.A.	266		6		-		-					
Partes relacionadas Intelectuais S.A.	-		81		-		-					
Contas a receber - sócios	-		-		896		-					
Outros	-		-		-		-					
<b>Total</b>	<b>4.347</b>		<b>6.856</b>		<b>1.307</b>		<b>4.864</b>					
<b>em R\$ mil</b>												
<b>Ativo Não Circulante</b>												
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022					
Contas a receber - sócios <sup>12</sup>	17.377		28.904		17.377		28.904					
Patric Commercial Eletroeletrônica S.A.	1.888		-		-		-					
Outros	111		271		111		827					
<b>Total</b>	<b>19.386</b>		<b>29.176</b>		<b>17.488</b>		<b>29.731</b>					
<sup>13</sup> Valores indenizatórios a receber dos sócios antecessores de empresas adquiridas relacionadas a processos judiciais. A redução do saldo em 31 de dezembro de 2023 está relacionada com a materialização e liquidação de contingências, conforme detalhado na nota 17.1.												
<b>16.2. Partes relacionadas - passivo em R\$ mil</b>												
<b>Passivo Circulante</b>												
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022					
Autopark S.A.	7		-		-		-					
Calvitur Participações S.A.	1		-		-		-					
Capital Parking Estacionamentos Ltda.	-		-		-		-					
Consórcio Estacionamento Centro Cívico	24		24		1		1					
Consórcio Estacionamento Novo Centro	12		11		-		-					
Estacionamento Cinelândia S.A.	7		1		7		1					
Estacionamento do Mogi Shopping	19		3		-		-					
Estacionamento Hospital Marcelino Champagnat	10		12		10		12					
Estacionamento Shopping Bourbon Pompéia	48		-		-		-					
Estacionamento Shopping Monte Carmo	4		1		-		-					
Estacionamento Shopping Parque Bahia	160		138		-		-					
Estacionamento Shopping Parque Aracaju	1		-		-		-					
Estacionamento Shopping Sete Lagoas	7		-		-		-					
Estacionamento Shopping Valinhos	838		-		-		-					
EWS Estacionamento Salvador S.A.	4		102		-		-					
Hor Park Sistema Estacionamentos Rotativos Ltda.	50		103		-		-					
Praca Tecnologia da Informação Ltda.	1		1		-		-					
Parking EDG Congonhas Empreendimentos S.A.	1		2		-		-					
Primeira Estacionamentos Ltda.	298		349		-		-					
Riopark Estacionamentos e Garagens Ltda.	-		-		-		-					
Saepart Soc. de Adm. Emp. e Part. Ltda.	-		-		-		-					
Wellpark Estacionamento e Serviços Ltda.	-		-		-		-					
Z.A. Digital de São Paulo Sistema de Estacionamento Rotativo S.A.	-		-		-		-					
Outros	4		2		5		1					
<b>Total</b>	<b>1.488</b>		<b>769</b>		<b>47</b>		<b>23</b>					
<b>em R\$ mil</b>												
<b>Passivo Não Circulante</b>												
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022					
Adiantamento para futuro aumento de capital	-		-		650		811					
Outros	-		-		650		811					
<b>Total</b>	<b>-</b>		<b>-</b>		<b>1.300</b>		<b>1.622</b>					
<b>Aluguel e fundo de comércio</b>												
A seguir demonstramos os valores pagos a título de aluguel e fundo de comércio durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:												
<b>em R\$ mil</b>												
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022					
Aluguéis pagos	1.725		1.621		-		-					
Adicionalmente, os aluguéis pagos à Carmo Cruz Engenharia e Construções Ltda., referem-se a 4 (quatro) contratos de locação, sem câmbio, com pagamentos de parcelas fixas e variáveis (percentual sobre o faturamento dos estabelecimentos), as quais estão formalizadas nas mesmas condições de contratos de locação semelhantes e equivalentes a outras operações na região onde está localizada esta operação. <b>Transações com pessoal-chave da administração:</b> O pessoal-chave da Administração compreende o presidente e os diretores. A Companhia não tem a prática de conceder benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração, que inclui bônus de retenção do exercício, foi de R\$2.427 em 31 de dezembro de 2023 (R\$12.310 em 2022) e são considerados benefícios de curto prazo. <b>Carta de fiança - EWS:</b> Em 7 de julho de 2023, a EWS, na qualidade de contratante, o BTG Pactual, na qualidade de fiador, e a Companhia, na qualidade de garantidora, celebraram o "Contrato para Prestação de Fiança nº F162/20", tendo como objeto a prestação de fiança do BTG Pactual para garantir o pagamento das obrigações assumidas pela EWS no âmbito do "Contrato de Abertura de Crédito por instrumento nº 187.2015.1139.3661", celebrado em 10 de dezembro de 2015, com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., Wellpark Estacionamentos e Serviços Ltda. e Hor Park Sistema de Estacionamento Rotativo S.A. ("Carta de Fiança"). A Carta de Fiança, por sua vez, possui contra garantia na forma de fiança prestada pela Companhia para garantir o cumprimento das obrigações da EWS no âmbito da Carta Fiança ("Carta Garantia").												
<b>17. Provisão para demandas judiciais: 17.1. Demandas judiciais com risco de perda avaliado como provável:</b> A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é apresentada abaixo:												
<b>em R\$ mil</b>												
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022					
Ativo	-		-		-		-					
Passivo	-		-		-		-					
<b>Total</b>	<b>-</b>		<b>-</b>		<b>-</b>		<b>-</b>					

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIÁRIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 68A2-8478-737C-2D3A.

Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A. - CNPJ/MF nº 60.537.263/0001-66																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em Milhares de Reais - R\$)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
<b>26. Instrumentos financeiros e políticas para gestão de risco financeiro:</b> Os instrumentos financeiros apresentados pela Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são principalmente os seguintes:																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Caixa e equivalentes de caixa</th> <td>O caixa e equivalentes de caixa são compostos basicamente por operações em CDB (Certificado de Depósito Bancário), os quais são atualizados por percentuais da variação do CDI.</td> </tr> <tr> <th>Empréstimos e financiamentos</th> <td>Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos às taxas descritas na Nota 12.</td> </tr> <tr> <th>Debêntures</th> <td>As debêntures estão sujeitas à variação do CDI, acrescidas de um percentual médio ao ano, conforme divulgado na Nota 12.</td> </tr> <tr> <th>Instrumentos financeiros derivativos</th> <td>Os instrumentos financeiros derivativos sujeitos às taxas descritas na Nota 13.</td> </tr> <tr> <th>Risco de crédito</th> <td>A operação básica da Companhia é a prestação de serviços que são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito e débito existentes no mercado. A Companhia considera que o risco de crédito é baixo.</td> </tr> <tr> <th>Risco de mercado</th> <td>O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: (i) risco de taxa de juros e (ii) risco cambial. As obrigações sujeitas a taxas de juros variáveis deixam a Companhia exposta ao risco de mudança nas taxas de juros de mercado. Essas obrigações e seus indexadores estão descritos no quadro abaixo.</td> </tr> </thead> </table>	Caixa e equivalentes de caixa	O caixa e equivalentes de caixa são compostos basicamente por operações em CDB (Certificado de Depósito Bancário), os quais são atualizados por percentuais da variação do CDI.	Empréstimos e financiamentos	Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos às taxas descritas na Nota 12.	Debêntures	As debêntures estão sujeitas à variação do CDI, acrescidas de um percentual médio ao ano, conforme divulgado na Nota 12.	Instrumentos financeiros derivativos	Os instrumentos financeiros derivativos sujeitos às taxas descritas na Nota 13.	Risco de crédito	A operação básica da Companhia é a prestação de serviços que são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito e débito existentes no mercado. A Companhia considera que o risco de crédito é baixo.	Risco de mercado	O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: (i) risco de taxa de juros e (ii) risco cambial. As obrigações sujeitas a taxas de juros variáveis deixam a Companhia exposta ao risco de mudança nas taxas de juros de mercado. Essas obrigações e seus indexadores estão descritos no quadro abaixo.	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Consolidado - em R\$ mil</th> <th colspan="3">31/12/2023</th> <th colspan="3">31/12/2022</th> </tr> <tr> <th>Valor justo</th> <th>Ativos com valor justo divulgado</th> <th>Nota</th> <th>Saldo contábil</th> <th>Total</th> <th>Nível 1</th> <th>Nível 2</th> <th>Nível 3</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="8"><b>Circulante</b></td> </tr> <tr> <td colspan="8">Instrumentos financeiros derivativos</td> </tr> <tr> <td>13</td> <td>805</td> <td>805</td> <td>-</td> <td>805</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="8"><b>Ativos mensurados ao valor justo</b></td> </tr> <tr> <td colspan="8">Caixa e equivalentes de caixa</td> </tr> <tr> <td>4.1</td> <td>189.524</td> <td>189.524</td> <td>189.524</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="8">Títulos e valores mobiliários</td> </tr> <tr> <td>4.2</td> <td>7.231</td> <td>7.231</td> <td>-</td> <td>7.231</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="8">Contas a receber de clientes</td> </tr> <tr> <td>5</td> <td>93.420</td> <td>93.420</td> <td>-</td> <td>93.420</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="8"><b>Passivos com valor justo divulgado</b></td> </tr> <tr> <td colspan="8">Instrumentos financeiros derivativos</td> </tr> <tr> <td>13</td> <td>1.501</td> <td>1.501</td> <td>-</td> <td>1.501</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="8">Empréstimos, financiamentos e debêntures<sup>27</sup></td> </tr> <tr> <td>12</td> <td>948.178</td> <td>948.178</td> <td>-</td> <td>948.178</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="8">Fornecedores</td> </tr> <tr> <td></td> <td>149.580</td> <td>149.580</td> <td>-</td> <td>149.580</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <th colspan="2">Consolidado - em R\$ mil</th> <th colspan="3">31/12/2023</th> <th colspan="3">31/12/2022</th> </tr> <tr> <th>Valor justo</th> <th>Ativos com valor justo divulgado</th> <th>Nota</th> <th>Saldo contábil</th> <th>Total</th> <th>Nível 1</th> <th>Nível 2</th> <th>Nível 3</th> </tr> <tr> <td colspan="8"><b>Circulante</b></td> </tr> <tr> <td colspan="8">Instrumentos financeiros derivativos</td> </tr> <tr> <td>13</td> <td>3.566</td> <td>3.566</td> <td>-</td> <td>3.566</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="8"><b>Ativos mensurados ao valor justo</b></td> </tr> <tr> <td colspan="8">Caixa e equivalentes de caixa</td> </tr> <tr> <td>4.1</td> <td>137.413</td> <td>137.413</td> <td>137.413</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="8">Títulos e valores mobiliários</td> </tr> <tr> <td>4.2</td> <td>29.511</td> <td>29.511</td> <td>-</td> <td>29.511</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="8">Contas a receber de clientes</td> </tr> <tr> <td>5</td> <td>68.424</td> <td>68.424</td> <td>-</td> <td>68.424</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="8"><b>Passivos com valor justo divulgado</b></td> </tr> <tr> <td colspan="8">Instrumentos financeiros derivativos</td> </tr> <tr> <td>13</td> <td>2.608</td> <td>2.608</td> <td>-</td> <td>2.608</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="8">Empréstimos, financiamentos e debêntures<sup>27</sup></td> </tr> <tr> <td>12</td> <td>870.717</td> <td>870.717</td> <td>-</td> <td>870.717</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="8">Fornecedores</td> </tr> <tr> <td></td> <td>145.816</td> <td>145.816</td> <td>-</td> <td>145.816</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table>	Consolidado - em R\$ mil		31/12/2023			31/12/2022			Valor justo	Ativos com valor justo divulgado	Nota	Saldo contábil	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	<b>Circulante</b>								Instrumentos financeiros derivativos								13	805	805	-	805	-	-	-	<b>Ativos mensurados ao valor justo</b>								Caixa e equivalentes de caixa								4.1	189.524	189.524	189.524	-	-	-	-	Títulos e valores mobiliários								4.2	7.231	7.231	-	7.231	-	-	-	Contas a receber de clientes								5	93.420	93.420	-	93.420	-	-	-	<b>Passivos com valor justo divulgado</b>								Instrumentos financeiros derivativos								13	1.501	1.501	-	1.501	-	-	-	Empréstimos, financiamentos e debêntures <sup>27</sup>								12	948.178	948.178	-	948.178	-	-	-	Fornecedores									149.580	149.580	-	149.580	-	-	-	Consolidado - em R\$ mil		31/12/2023			31/12/2022			Valor justo	Ativos com valor justo divulgado	Nota	Saldo contábil	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	<b>Circulante</b>								Instrumentos financeiros derivativos								13	3.566	3.566	-	3.566	-	-	-	<b>Ativos mensurados ao valor justo</b>								Caixa e equivalentes de caixa								4.1	137.413	137.413	137.413	-	-	-	-	Títulos e valores mobiliários								4.2	29.511	29.511	-	29.511	-	-	-	Contas a receber de clientes								5	68.424	68.424	-	68.424	-	-	-	<b>Passivos com valor justo divulgado</b>								Instrumentos financeiros derivativos								13	2.608	2.608	-	2.608	-	-	-	Empréstimos, financiamentos e debêntures <sup>27</sup>								12	870.717	870.717	-	870.717	-	-	-	Fornecedores									145.816	145.816	-	145.816	-	-	-	<p>Valor justo estimado (R\$/ação) 2,66</p> <p>A expectativa de vida média remanescente da série possui o prazo máximo de exercício de até 540 dias após a data que ele deixar de exercer o cargo de administrador da Allpark e/ou sociedades controladas pela Companhia. As opções quando exercidas serão convertidas em ações.</p> <p><b>Plano 2019.</b> Em 02 de janeiro de 2019, por meio de Assembleia Geral, foi aprovada a criação de um plano de opção de compra de ações de emissão da Companhia ("Plano 2019 - 1º programa"). Em 04 de março de 2019, por meio de Assembleia Geral, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Segundo Programa de Opção de Compra de Ações ("Plano 2019 - 2º programa"), por meio do qual outorgou ao Optante uma opção onerosa de compra de ações a serem emitidas ou vendidas pela Companhia. O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo Black &amp; Scholes de precificação de opções, considerando as premissas: (i) preço da ação, (ii) preço de exercício da opção, (iii) taxa de juro livre de risco, (iv) volatilidade esperada do preço da ação, e (v) prazo até a expiração da opção, detalhadas no quadro a seguir. As opções quando exercidas serão convertidas em ações. As informações do programa de opções de ações e premissas utilizadas para valorização são como segue:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Plano 2019 - 1º Programa</th> <th>1º Lote</th> <th>2º Lote</th> <th>3º Lote</th> <th>4º Lote</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Data de emissão</td> <td>04/01/2019</td> <td>04/01/2019</td> <td>04/01/2019</td> <td>04/01/2019</td> </tr> <tr> <td>Data de vesting</td> <td>31/03/2019</td> <td>01/10/2019</td> <td>01/04/2020</td> <td>01/10/2020</td> </tr> <tr> <td>Preço de exercício</td> <td>10,68</td> <td>10,90</td> <td>11,12</td> <td>11,34</td> </tr> <tr> <td>Strike price (estimado) na data do balanço</td> <td>12,92</td> <td>12,92</td> <td>12,92</td> <td>12,92</td> </tr> <tr> <td>Taxa de juros, isenta de riscos %</td> <td>7,4%</td> <td>8,2%</td> <td>8,2%</td> <td>8,2%</td> </tr> <tr> <td>Tempo contratual de exercício por lote (dias)</td> <td>214</td> <td>397</td> <td>580</td> <td>762</td> </tr> <tr> <td>Rendimento esperado do dividendo</td> <td>0%</td> <td>0%</td> <td>0%</td> <td>0%</td> </tr> <tr> <td>Volatilidade das ações no mercado</td> <td>31%</td> <td>27,9%</td> <td>27,5%</td> <td>27,5%</td> </tr> <tr> <td>Quantidade total de opções em aberto</td> <td>1.437.975</td> <td>675.675</td> <td>675.675</td> <td>675.675</td> </tr> <tr> <td>opções perdidas/expiradas</td> <td>1.370.775</td> <td>641.025</td> <td>641.025</td> <td>641.025</td> </tr> <tr> <td>Quantidade de opções exercidas</td> <td>67.200</td> <td>34.650</td> <td>34.650</td> <td>34.650</td> </tr> <tr> <td>Quantidade de opções outorgadas/a exercer</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Valor justo estimado (R\$/ação)</td> <td>3,61</td> <td>4,10</td> <td>4,54</td> <td>4,96</td> </tr> </tbody> </table> <p><b>Plano 2019 - 2º Programa</b> 1º Lote 2º Lote 3º Lote 4º Lote 5º Lote</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Data de emissão</th> <th>04/03/2019</th> <th>04/03/2019</th> <th>04/03/2019</th> <th>04/03/2019</th> <th>04/03/2019</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Data de vesting</td> <td>31/03/2019</td> <td>01/10/2019</td> <td>01/04/2020</td> <td>01/10/2020</td> <td>01/04/2021</td> </tr> <tr> <td>Preço de exercício</td> <td>10,68</td> <td>10,90</td> <td>11,12</td> <td>11,34</td> <td>11,56</td> </tr> <tr> <td>Strike price (estimado) na data do balanço</td> <td>12,92</td> <td>12,92</td> <td>12,92</td> <td>12,92</td> <td>12,92</td> </tr> <tr> <td>Taxa de juros, isenta de riscos %</td> <td>7,4%</td> <td>8,2%</td> <td>8,2%</td> <td>8,3%</td> <td>8,3%</td> </tr> <tr> <td>Tempo contratual de exercício por lote (dias)</td> <td>214</td> <td>397</td> <td>580</td> <td>762</td> <td>945</td> </tr> <tr> <td>Rendimento esperado do dividendo</td> <td>0%</td> <td>0%</td> <td>0%</td> <td>0%</td> <td>0%</td> </tr> <tr> <td>Volatilidade das ações no mercado</td> <td>31%</td> <td>27,9%</td> <td>27,5%</td> <td>27,5%</td> <td>27,5%</td> </tr> <tr> <td>Quantidade total de opções em aberto</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Quantidade total de opções perdidas/expiradas</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Quantidade de opções exercidas</td> <td>92.400</td> <td>81.900</td> <td>81.900</td> <td>81.900</td> <td>81.900</td> </tr> <tr> <td>Quantidade de opções outorgadas/a exercer</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Valor justo estimado (R\$/ação)</td> <td>3,61</td> <td>4,10</td> <td>4,54</td> <td>4,96</td> <td>5,34</td> </tr> </tbody> </table> <p>Os participantes adquiriram o direito de exercer os lotes de suas opções a partir de 31 de março de 2019, 1º de outubro de 2019, 1º de abril de 2020, 1º de outubro de 2020 e 1º de abril de 2021, respectivamente ("Vesting inicial"), sendo certo que para fins dessa participação será considerado "Período de Vesting", em relação a cada lote, o transcurso integral dos períodos.</p> <p>Em 30 de setembro de 2019, os beneficiários do plano exerceram a opção de compra referente o direito de aquisição do primeiro lote no montante de R\$763, apresentado nas atividades de mercado no fluxo de caixa. Em 31 de março de 2020 e 30 de setembro de 2020, os beneficiários do plano exerceram a opção de compra referente o direito de aquisição do segundo e terceiro lotes no montante de R\$379 cada, apresentado nas atividades de mercado no fluxo de caixa. Em 31 de março de 2021 os beneficiários do plano exerceram a opção de compra referente o direito de aquisição do 5º lote no montante de R\$395, apresentado nas atividades de financiamento no fluxo de caixa. Em 31 de dezembro de 2021 a atualização monetária do plano de ações convertido em capital social foi de R\$146. Em 31 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração, aprovou, por unanimidade, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$2.000 em razão do exercício de opções de compra de ações do 1º Programa do Plano de 2019. Foram exercidas 170.100 cento e setenta mil e cem opções. Em 31 de dezembro de 2023, as opções que não foram exercidas atingiram o término de seu prazo de validade, levando a Companhia a realizar uma reversão de 3.231.900 opções da rubrica "Instrumentos outorgados - Plano de opções" para os prejuízos acumulados. Essa reversão corresponde a um valor total de R\$15.421.</p>	Plano 2019 - 1º Programa	1º Lote	2º Lote	3º Lote	4º Lote	Data de emissão	04/01/2019	04/01/2019	04/01/2019	04/01/2019	Data de vesting	31/03/2019	01/10/2019	01/04/2020	01/10/2020	Preço de exercício	10,68	10,90	11,12	11,34	Strike price (estimado) na data do balanço	12,92	12,92	12,92	12,92	Taxa de juros, isenta de riscos %	7,4%	8,2%	8,2%	8,2%	Tempo contratual de exercício por lote (dias)	214	397	580	762	Rendimento esperado do dividendo	0%	0%	0%	0%	Volatilidade das ações no mercado	31%	27,9%	27,5%	27,5%	Quantidade total de opções em aberto	1.437.975	675.675	675.675	675.675	opções perdidas/expiradas	1.370.775	641.025	641.025	641.025	Quantidade de opções exercidas	67.200	34.650	34.650	34.650	Quantidade de opções outorgadas/a exercer	-	-	-	-	Valor justo estimado (R\$/ação)	3,61	4,10	4,54	4,96	Data de emissão	04/03/2019	04/03/2019	04/03/2019	04/03/2019	04/03/2019	Data de vesting	31/03/2019	01/10/2019	01/04/2020	01/10/2020	01/04/2021	Preço de exercício	10,68	10,90	11,12	11,34	11,56	Strike price (estimado) na data do balanço	12,92	12,92	12,92	12,92	12,92	Taxa de juros, isenta de riscos %	7,4%	8,2%	8,2%	8,3%	8,3%	Tempo contratual de exercício por lote (dias)	214	397	580	762	945	Rendimento esperado do dividendo	0%	0%	0%	0%	0%	Volatilidade das ações no mercado	31%	27,9%	27,5%	27,5%	27,5%	Quantidade total de opções em aberto	-	-	-	-	-	Quantidade total de opções perdidas/expiradas	-	-	-	-	-	Quantidade de opções exercidas	92.400	81.900	81.900	81.900	81.900	Quantidade de opções outorgadas/a exercer	-	-	-	-	-	Valor justo estimado (R\$/ação)	3,61	4,10	4,54	4,96	5,34
Caixa e equivalentes de caixa	O caixa e equivalentes de caixa são compostos basicamente por operações em CDB (Certificado de Depósito Bancário), os quais são atualizados por percentuais da variação do CDI.																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Empréstimos e financiamentos	Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos às taxas descritas na Nota 12.																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Debêntures	As debêntures estão sujeitas à variação do CDI, acrescidas de um percentual médio ao ano, conforme divulgado na Nota 12.																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Instrumentos financeiros derivativos	Os instrumentos financeiros derivativos sujeitos às taxas descritas na Nota 13.																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Risco de crédito	A operação básica da Companhia é a prestação de serviços que são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito e débito existentes no mercado. A Companhia considera que o risco de crédito é baixo.																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Risco de mercado	O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: (i) risco de taxa de juros e (ii) risco cambial. As obrigações sujeitas a taxas de juros variáveis deixam a Companhia exposta ao risco de mudança nas taxas de juros de mercado. Essas obrigações e seus indexadores estão descritos no quadro abaixo.																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Consolidado - em R\$ mil		31/12/2023			31/12/2022																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																													
Valor justo	Ativos com valor justo divulgado	Nota	Saldo contábil	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
<b>Circulante</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
Instrumentos financeiros derivativos																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
13	805	805	-	805	-	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
<b>Ativos mensurados ao valor justo</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
Caixa e equivalentes de caixa																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
4.1	189.524	189.524	189.524	-	-	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Títulos e valores mobiliários																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
4.2	7.231	7.231	-	7.231	-	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Contas a receber de clientes																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
5	93.420	93.420	-	93.420	-	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
<b>Passivos com valor justo divulgado</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
Instrumentos financeiros derivativos																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
13	1.501	1.501	-	1.501	-	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Empréstimos, financiamentos e debêntures <sup>27</sup>																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
12	948.178	948.178	-	948.178	-	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Fornecedores																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
	149.580	149.580	-	149.580	-	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Consolidado - em R\$ mil		31/12/2023			31/12/2022																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																													
Valor justo	Ativos com valor justo divulgado	Nota	Saldo contábil	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
<b>Circulante</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
Instrumentos financeiros derivativos																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
13	3.566	3.566	-	3.566	-	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
<b>Ativos mensurados ao valor justo</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
Caixa e equivalentes de caixa																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
4.1	137.413	137.413	137.413	-	-	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Títulos e valores mobiliários																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
4.2	29.511	29.511	-	29.511	-	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Contas a receber de clientes																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
5	68.424	68.424	-	68.424	-	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
<b>Passivos com valor justo divulgado</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
Instrumentos financeiros derivativos																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
13	2.608	2.608	-	2.608	-	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Empréstimos, financiamentos e debêntures <sup>27</sup>																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
12	870.717	870.717	-	870.717	-	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Fornecedores																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
	145.816	145.816	-	145.816	-	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Plano 2019 - 1º Programa	1º Lote	2º Lote	3º Lote	4º Lote																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Data de emissão	04/01/2019	04/01/2019	04/01/2019	04/01/2019																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Data de vesting	31/03/2019	01/10/2019	01/04/2020	01/10/2020																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Preço de exercício	10,68	10,90	11,12	11,34																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Strike price (estimado) na data do balanço	12,92	12,92	12,92	12,92																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Taxa de juros, isenta de riscos %	7,4%	8,2%	8,2%	8,2%																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Tempo contratual de exercício por lote (dias)	214	397	580	762																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Rendimento esperado do dividendo	0%	0%	0%	0%																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Volatilidade das ações no mercado	31%	27,9%	27,5%	27,5%																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Quantidade total de opções em aberto	1.437.975	675.675	675.675	675.675																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
opções perdidas/expiradas	1.370.775	641.025	641.025	641.025																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Quantidade de opções exercidas	67.200	34.650	34.650	34.650																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Quantidade de opções outorgadas/a exercer	-	-	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Valor justo estimado (R\$/ação)	3,61	4,10	4,54	4,96																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Data de emissão	04/03/2019	04/03/2019	04/03/2019	04/03/2019	04/03/2019																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																													
Data de vesting	31/03/2019	01/10/2019	01/04/2020	01/10/2020	01/04/2021																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																													
Preço de exercício	10,68	10,90	11,12	11,34	11,56																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																													
Strike price (estimado) na data do balanço	12,92	12,92	12,92	12,92	12,92																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																													
Taxa de juros, isenta de riscos %	7,4%	8,2%	8,2%	8,3%	8,3%																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																													
Tempo contratual de exercício por lote (dias)	214	397	580	762	945																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																													
Rendimento esperado do dividendo	0%	0%	0%	0%	0%																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																													
Volatilidade das ações no mercado	31%	27,9%	27,5%	27,5%	27,5%																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																													
Quantidade total de opções em aberto	-	-	-	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																													
Quantidade total de opções perdidas/expiradas	-	-	-	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																													
Quantidade de opções exercidas	92.400	81.900	81.900	81.900	81.900																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																													
Quantidade de opções outorgadas/a exercer	-	-	-	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																													
Valor justo estimado (R\$/ação)	3,61	4,10	4,54	4,96	5,34																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																													
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Tipo de cobertura</th> <th colspan="2">Cobertura</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Responsabilidade civil e D&amp;O</td> <td>25.000</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Riscos Cibernéticos</td> <td>10.000</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Seguros empresarial e incêndio nas instalações</td> <td>20.000</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Seguros de veículos</td> <td>5.000</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Seguros contra acidentes nas garagens</td> <td>750</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Seguros contra risco nomeados</td> <td>131.935</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>192.685</b></td> </tr> </tbody> </table> <p><b>29. Transações não caixa:</b> Durante 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia teve transações que não representam desembolso de caixa e, portanto, não foram apresentadas nas Demonstrações do Fluxo de Caixa, conforme abaixo: • Remunerações e adições relacionados ao CPC 06 (R1) - IFRS16 conforme Notas 9 e 14. • Remuneração da obrigação com poder concedente, no montante de R\$22.268 (R\$37.323 em 2022), conforme Nota 15 e Nota 11. • Adição de fundo de comércio no intangível relativos a novas localidades, sendo R\$2.314 (R\$4.048 em 2022) na controladora e R\$2.857 (R\$4.996 em 2022) no consolidado. • Reversão de fundo de comércio no intangível devido a alterações contratuais, os quais serão restituídos à Companhia, totalizando R\$4.600, tanto na controladora quanto no consolidado.</p> <p><b>30. Remuneração baseada em ações: Plano 2011:</b> Em 30 de agosto de 2011, durante Assembleia Geral da Companhia foi aprovada a criação de um plano de opção de compra de ações de emissão da Companhia ("Plano 2011"). O Conselho de Administração, em reunião realizada em 03 de julho de 2013, aprovou o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações ("Plano 2011"), por meio do qual outorgou ao beneficiário uma opção de compra de ações a serem emitidas ou vendidas pela Companhia. O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo Black &amp; Scholes de precificação de opções, considerando as premissas: (i) preço da ação, (ii) preço de exercício da opção, (iii) taxa de juro livre de risco, (iv) volatilidade esperada do preço da ação, e (v) prazo até a expiração da opção, detalhadas no quadro a seguir. As opções quando exercidas serão convertidas em ações. As informações do programa de opções de ações e premissas utilizadas para valorização são como segue:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Plano 2011 - 2º Programa</th> <th>Lote</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Data de emissão</td> <td>06/03/2013</td> </tr> <tr> <td>Data de vesting</td> <td>06/03/2013</td> </tr> <tr> <td>Preço de exercício</td> <td>2,33</td> </tr> <tr> <td>Strike price (estimado) na data do balanço</td> <td>4,39</td> </tr> <tr> <td>Taxa de juros, isenta de riscos %</td> <td>8%</td> </tr> <tr> <td>Tempo contratual de exercício por lote (dias)</td> <td>941</td> </tr> <tr> <td>Rendimento esperado do dividendo</td> <td>0%</td> </tr> <tr> <td>Volatilidade das ações no mercado</td> <td>24%</td> </tr> <tr> <td>Quantidade total de opções em aberto</td> <td>695.849</td> </tr> <tr> <td>Quantidade total de opções perdidas/expiradas</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Quantidade de opções exercidas</td> <td>183.300</td> </tr> <tr> <td>Quantidade de opções a exercer</td> <td>695.849</td> </tr> </tbody> </table>										Tipo de cobertura		Cobertura		Responsabilidade civil e D&O	25.000	-	-	Riscos Cibernéticos	10.000	-	-	Seguros empresarial e incêndio nas instalações	20.000	-	-	Seguros de veículos	5.000	-	-	Seguros contra acidentes nas garagens	750	-	-	Seguros contra risco nomeados	131.935	-	-	<b>192.685</b>				Plano 2011 - 2º Programa	Lote	Data de emissão	06/03/2013	Data de vesting	06/03/2013	Preço de exercício	2,33	Strike price (estimado) na data do balanço	4,39	Taxa de juros, isenta de riscos %	8%	Tempo contratual de exercício por lote (dias)	941	Rendimento esperado do dividendo	0%	Volatilidade das ações no mercado	24%	Quantidade total de opções em aberto	695.849	Quantidade total de opções perdidas/expiradas	-	Quantidade de opções exercidas	183.300	Quantidade de opções a exercer	695.849																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																															
Tipo de cobertura		Cobertura																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Responsabilidade civil e D&O	25.000	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																															
Riscos Cibernéticos	10.000	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																															
Seguros empresarial e incêndio nas instalações	20.000	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																															
Seguros de veículos	5.000	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																															
Seguros contra acidentes nas garagens	750	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																															
Seguros contra risco nomeados	131.935	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																															
<b>192.685</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
Plano 2011 - 2º Programa	Lote																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Data de emissão	06/03/2013																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Data de vesting	06/03/2013																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Preço de exercício	2,33																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Strike price (estimado) na data do balanço	4,39																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Taxa de juros, isenta de riscos %	8%																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Tempo contratual de exercício por lote (dias)	941																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Rendimento esperado do dividendo	0%																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Volatilidade das ações no mercado	24%																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Quantidade total de opções em aberto	695.849																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Quantidade total de opções perdidas/expiradas	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Quantidade de opções exercidas	183.300																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Quantidade de opções a exercer	695.849																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Gestão de capital</th> <th colspan="2">Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2">O objetivo da Companhia em relação a gestão de capital é a manutenção da capacidade de investimento, permitindo viabilizar seu processo de crescimento e oferecer retorno aos seus investidores. Dessa forma, o índice de alavancagem financeira é o resultado da divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida resulta na soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures, passivo de arrendamento (circulante e não circulante) subtraído do total de caixa e equivalentes de caixa. Não houve alterações nos objetivos, políticas e processos de gestão de capital no decorrer dos exercícios apresentados.</td> <td colspan="2">Análise de sensibilidade para cada tipo de mercado considerado relevante pela Administração está apresentada na tabela abaixo Para o cálculo do cenário provável foram utilizadas as projeções divulgadas pelo Relatório de Mercado Focus, publicado pelo Bacem em 29 de dezembro de 2023. Os cenários "possível" e "remoto" levam em consideração uma queda nessa taxa de 2,5% e 0,25% a.a. Os resultados, em valores nominais são como segue:</td> </tr> </tbody> </table>										Gestão de capital		Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros		O objetivo da Companhia em relação a gestão de capital é a manutenção da capacidade de investimento, permitindo viabilizar seu processo de crescimento e oferecer retorno aos seus investidores. Dessa forma, o índice de alavancagem financeira é o resultado da divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida resulta na soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures, passivo de arrendamento (circulante e não circulante) subtraído do total de caixa e equivalentes de caixa. Não houve alterações nos objetivos, políticas e processos de gestão de capital no decorrer dos exercícios apresentados.		Análise de sensibilidade para cada tipo de mercado considerado relevante pela Administração está apresentada na tabela abaixo Para o cálculo do cenário provável foram utilizadas as projeções divulgadas pelo Relatório de Mercado Focus, publicado pelo Bacem em 29 de dezembro de 2023. Os cenários "possível" e "remoto" levam em consideração uma queda nessa taxa de 2,5% e 0,25% a.a. Os resultados, em valores nominais são como segue:																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
Gestão de capital		Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
O objetivo da Companhia em relação a gestão de capital é a manutenção da capacidade de investimento, permitindo viabilizar seu processo de crescimento e oferecer retorno aos seus investidores. Dessa forma, o índice de alavancagem financeira é o resultado da divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida resulta na soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures, passivo de arrendamento (circulante e não circulante) subtraído do total de caixa e equivalentes de caixa. Não houve alterações nos objetivos, políticas e processos de gestão de capital no decorrer dos exercícios apresentados.		Análise de sensibilidade para cada tipo de mercado considerado relevante pela Administração está apresentada na tabela abaixo Para o cálculo do cenário provável foram utilizadas as projeções divulgadas pelo Relatório de Mercado Focus, publicado pelo Bacem em 29 de dezembro de 2023. Os cenários "possível" e "remoto" levam em consideração uma queda nessa taxa de 2,5% e 0,25% a.a. Os resultados, em valores nominais são como segue:																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">em R\$ mil</th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>Saldo contábil</th> <th>1 a 12 meses</th> <th>1 a 5 anos</th> <th>&gt; de 5 anos</th> <th>Total</th> <th>Saldo contábil</th> <th>1 a 12 meses</th> <th>1 a 5 anos</th> <th>&gt; de 5 anos</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Em 31/12/2023</b></td> <td><b>784.623</b></td> <td><b>192.110</b></td> <td><b>565.864</b></td> <td><b>26.649</b></td> <td><b>784.623</b></td> <td><b>928.862</b></td> <td><b>222.914</b></td> <td><b>679.299</b></td> <td><b>26.649</b></td> <td><b>928.862</b></td> </tr> <tr> <td>Empréstimos, financiamentos e debêntures</td> <td>65.034</td> <td>60.002</td> <td>5.032</td> <td>-</td> <td>65.034</td> <td>149.580</td> <td>144.548</td> <td>5.032</td> <td>-</td> <td>149.580</td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>55.411</td> <td>18.773</td> <td>48.219</td> <td>9.751</td> <td>76.743</td> <td>483.110</td> <td>105.236</td> <td>375.716</td> <td>1.501</td> <td>382.247</td> </tr> <tr> <td>Passivo de arrendamento</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>396.476</td> <td>73.055</td> <td>305.681</td> <td>-</td> <td>473.506</td> </tr> <tr> <td>Obrigações com o poder concedente</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>1.958.028</td> <td>545.753</td> <td>1.365.728</td> <td>-</td> <td>2.323.266</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>905.068</b></td> <td><b>270.885</b></td> <td><b>619.115</b></td> <td><b>36.400</b></td> <td><b>926.400</b></td> <td><b>2.566.976</b></td> <td><b>784.547</b></td> <td><b>1.782.271</b></td> <td><b>1.051.174</b></td> <td><b>3.338.818</b></td> </tr> <tr> <td><b>em R\$ mil</b></td> <td><b>Saldo contábil</b></td> <td><b>1 a 12 meses</b></td> <td><b>1 a 5 anos</b></td> <td><b>&gt; de 5 anos</b></td> <td><b>Total</b></td> <td><b>Saldo contábil</b></td> <td><b>1 a 12 meses</b></td> <td><b>1 a 5 anos</b></td> <td><b>&gt; de 5 anos</b></td> <td><b>Total</b></td> </tr> <tr> <td><b>Em 31/12/2022</b></td> <td><b>630.531</b></td> <td><b>233.423</b></td> <td><b>395.643</b></td> <td><b>7.713</b></td> <td><b>636.779</b></td> <td><b>870.717</b></td> <td><b>461.104</b></td> <td><b>410.321</b></td> <td><b>7.713</b></td> <td><b>879.138</b></td> </tr> <tr> <td>Empréstimos, financiamentos e debêntures</td> <td>50.442</td> <td>44.605</td> <td>5.837</td> <td>15.293</td> <td>65.835</td> <td>145.816</td> <td>139.978</td> <td>5.838</td> <td>145.816</td> <td>145.816</td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>59.121</td> <td>22.201</td> <td>48.341</td> <td>-</td> <td>59.121</td> <td>483.110</td> <td>103.780</td> <td>389.451</td> <td>422.772</td> <td>910.003</td> </tr> <tr> <td>Passivo de arrendamento</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>404.231</td> <td>84.646</td> <td>288.750</td> <td>375.375</td> <td>748.771</td> </tr> <tr> <td>Obrigações com o poder concedente</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>1.920.114</td> <td>789.508</td> <td>1.094.360</td> <td>805.660</td> <td>2.689.728</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>740.094</b></td> <td><b>300.229</b></td> <td><b>449.821</b></td> <td><b>23.006</b></td> <td><b>773.056</b></td> <td><b>1.501.174</b></td> <td><b>789.508</b></td> <td><b>1.094.360</b></td> <td><b>805.660</b></td> <td><b>2.689.728</b></td> </tr> </tbody> </table>										em R\$ mil		Controladora		Consolidado		Saldo contábil	1 a 12 meses	1 a 5 anos	> de 5 anos	Total	Saldo contábil	1 a 12 meses	1 a 5 anos	> de 5 anos	Total	<b>Em 31/12/2023</b>	<b>784.623</b>	<b>192.110</b>	<b>565.864</b>	<b>26.649</b>	<b>784.623</b>	<b>928.862</b>	<b>222.914</b>	<b>679.299</b>	<b>26.649</b>	<b>928.862</b>	Empréstimos, financiamentos e debêntures	65.034	60.002	5.032	-	65.034	149.580	144.548	5.032	-	149.580	Fornecedores	55.411	18.773	48.219	9.751	76.743	483.110	105.236	375.716	1.501	382.247	Passivo de arrendamento	-	-	-	-	-	396.476	73.055	305.681	-	473.506	Obrigações com o poder concedente	-	-	-	-	-	1.958.028	545.753	1.365.728	-	2.323.266	<b>Total</b>	<b>905.068</b>	<b>270.885</b>	<b>619.115</b>	<b>36.400</b>	<b>926.400</b>	<b>2.566.976</b>	<b>784.547</b>	<b>1.782.271</b>	<b>1.051.174</b>	<b>3.338.818</b>	<b>em R\$ mil</b>	<b>Saldo contábil</b>	<b>1 a 12 meses</b>	<b>1 a 5 anos</b>	<b>&gt; de 5 anos</b>	<b>Total</b>	<b>Saldo contábil</b>	<b>1 a 12 meses</b>	<b>1 a 5 anos</b>	<b>&gt; de 5 anos</b>	<b>Total</b>	<b>Em 31/12/2022</b>	<b>630.531</b>	<b>233.423</b>	<b>395.643</b>	<b>7.713</b>	<b>636.779</b>	<b>870.717</b>	<b>461.104</b>	<b>410.321</b>	<b>7.713</b>	<b>879.138</b>	Empréstimos, financiamentos e debêntures	50.442	44.605	5.837	15.293	65.835	145.816	139.978	5.838	145.816	145.816	Fornecedores	59.121	22.201	48.341	-	59.121	483.110	103.780	389.451	422.772	910.003	Passivo de arrendamento	-	-	-	-	-	404.231	84.646	288.750	375.375	748.771	Obrigações com o poder concedente	-	-	-	-	-	1.920.114	789.508	1.094.360	805.660	2.689.728	<b>Total</b>	<b>740.094</b>	<b>300.229</b>	<b>449.821</b>	<b>23.006</b>	<b>773.056</b>	<b>1.501.174</b>	<b>789.508</b>	<b>1.094.360</b>	<b>805.660</b>	<b>2.689.728</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
em R\$ mil		Controladora		Consolidado																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Saldo contábil	1 a 12 meses	1 a 5 anos	> de 5 anos	Total	Saldo contábil	1 a 12 meses	1 a 5 anos	> de 5 anos	Total																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
<b>Em 31/12/2023</b>	<b>784.623</b>	<b>192.110</b>	<b>565.864</b>	<b>26.649</b>	<b>784.623</b>	<b>928.862</b>	<b>222.914</b>	<b>679.299</b>	<b>26.649</b>	<b>928.862</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	65.034	60.002	5.032	-	65.034	149.580	144.548	5.032	-	149.580																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Fornecedores	55.411	18.773	48.219	9.751	76.743	483.110	105.236	375.716	1.501	382.247																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Passivo de arrendamento	-	-	-	-	-	396.476	73.055	305.681	-	473.506																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Obrigações com o poder concedente	-	-	-	-	-	1.958.028	545.753	1.365.728	-	2.323.266																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
<b>Total</b>	<b>905.068</b>	<b>270.885</b>	<b>619.115</b>	<b>36.400</b>	<b>926.400</b>	<b>2.566.976</b>	<b>784.547</b>	<b>1.782.271</b>	<b>1.051.174</b>	<b>3.338.818</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
<b>em R\$ mil</b>	<b>Saldo contábil</b>	<b>1 a 12 meses</b>	<b>1 a 5 anos</b>	<b>&gt; de 5 anos</b>	<b>Total</b>	<b>Saldo contábil</b>	<b>1 a 12 meses</b>	<b>1 a 5 anos</b>	<b>&gt; de 5 anos</b>	<b>Total</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
<b>Em 31/12/2022</b>	<b>630.531</b>	<b>233.423</b>	<b>395.643</b>	<b>7.713</b>	<b>636.779</b>	<b>870.717</b>	<b>461.104</b>	<b>410.321</b>	<b>7.713</b>	<b>879.138</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	50.442	44.605	5.837	15.293	65.835	145.816	139.978	5.838	145.816	145.816																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Fornecedores	59.121	22.201	48.341	-	59.121	483.110	103.780	389.451	422.772	910.003																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Passivo de arrendamento	-	-	-	-	-	404.231	84.646	288.750	375.375	748.771																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
Obrigações com o poder concedente	-	-	-	-	-	1.920.114	789.508	1.094.360	805.660	2.689.728																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
<b>Total</b>	<b>740.094</b>	<b>300.229</b>	<b>449.821</b>	<b>23.006</b>	<b>773.056</b>	<b>1.501.174</b>	<b>789.508</b>	<b>1.094.360</b>	<b>805.660</b>	<b>2.689.728</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">27. Valor justo: Metodologia de cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros:</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2">Definição do valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. A Companhia aplica o CPC 40/IFRS 3 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:</td> </tr> <tr> <td><b>Nível 1</b></td> <td>Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.</td> </tr> <tr> <td><b>Nível 2</b></td> <td>Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).</td> </tr> <tr> <td><b>Nível 3</b></td> <td>Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).</td> </tr> </tbody> </table> <p>Os seguintes quadros demonstram a hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos e passivos consolidados da Companhia:</p>										27. Valor justo: Metodologia de cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros:		Definição do valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. A Companhia aplica o CPC 40/IFRS 3 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:		<b>Nível 1</b>	Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.	<b>Nível 2</b>	Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).	<b>Nível 3</b>	Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																															
27. Valor justo: Metodologia de cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros:																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
Definição do valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. A Companhia aplica o CPC 40/IFRS 3 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
<b>Nível 1</b>	Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
<b>Nível 2</b>	Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
<b>Nível 3</b>	Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">DIRETORIA:</th> <th colspan="2">Emílio Sanches Salgado Junior</th> <th colspan="2">Daniel Henrique Nogueira Soraggi e Castro</th> <th colspan="2">CONTADORA: Marieli Gobetti Bellini - CRC SP.297.731/0-9</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="8"> <b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas</b> </td> </tr> <tr> <td colspan="8"> <p>Aos Administradores e Acionistas da <b>Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A.</b>, São Paulo - SP</p> <p><b>Opinião:</b> Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada de 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo representados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis. Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.</p> <p><b>Principais assuntos de auditoria:</b> Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com o todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.</p> <p><b>Reconhecimento de receita:</b> A Companhia e suas controladas reconhecem receita decorrente da prestação de serviços de estacionamento de veículos a clientes rotativos ou mensais,</p> </td> </tr> <tr> <td colspan="8"> <p>de administração de estacionamentos e da exploração de áreas de zona azul. A receita por estabelecimento (estacionamento) é bastante pulverizada. Os critérios de reconhecimento de receitas e montantes registrados (total da receita) estão divulgados na nota explicativa 2.7. Esse item foi considerado um dos principais assuntos para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos, volume de transação e natureza das operações, bem como principalmente pela diversidade nos meios de recebimento e multiplicidade na geração destas receitas e a dependência de seus respectivos controles internos envolvidos no reconhecimento de receita.</p> <p><b>Como nossa auditoria tratou esse assunto:</b> Nossos procedimentos de auditoria, visando confirmar o adequado reconhecimento dessas receitas, incluíam, dentre outros: (i) entendimento dos controles internos implementados pela Companhia para o processo de reconhecimento das diferentes receitas por natureza e localidades; (ii) a avaliação das políticas contábeis de reconhecimento de receitas da Companhia e suas controladas; e a adequação destas políticas em relação às normas contábeis vigentes; (iii) teste documental, por amostragem, de transações de serviços realizadas para avaliar se as receitas foram reconhecidas com exatidão de valores e no período de competência adequado; (iv) testes específicos de acurácia sobre as transações de receitas de mensalistas e de serviços. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento de receita da Companhia e suas controladas, derivadas da prestação de serviços de estacionamento de veículos a clientes rotativos ou mensais, de administração de estacionamentos e da exploração de áreas de zona azul, para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.</p> <p><b>Avaliação do valor recuperável do ativo:</b> A Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2022, conforme nota explicativa 11, saldo de ativo de R\$162.109 mil (consolidado) e R\$109.368 mil (controladora) representando 6,4% e 7,9% do total do ativo consolidado e da controladora, respectivamente. Nos termos das práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, a Companhia e suas controladas avaliam, anualmente, o valor recuperável do ativo para determinar se houve perda no valor recuperável. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido à magnitude dos valores envolvidos e a avaliação envolver julgamentos significativos por parte da diretoria da Companhia na determinação das premissas utilizadas nas projeções dos fluxos de caixa, incluindo taxas de crescimento e de desconto.</p> <p><b>Como nossa auditoria tratou esse assunto:</b> Nossos procedimentos de auditoria para avaliar o teste anual de valor recuperável do ativo, incluíam, dentre outros: (i) a avaliação dos critérios utilizados para identificação e mensuração do valor recuperável das unidades geradoras de caixa da Companhia e suas controladas; (ii) com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos o modelo de fluxo de caixa descontado e as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas, especificamente as projeções de taxas de crescimento, taxas de desconto, resultados e margens projetados comparando com informações macroeconômicas, da indústria e relatados de analistas; (iii) comparamos os orçamentos preparados e aprovados, pela Companhia e suas controladas, no exercício anterior com seus valores reais com o objetivo de avaliar a precisão histórica do processo de elaboração dos orçamentos por parte da diretoria; (iv) comparamos o valor recuperável apurado pela diretoria, com base nos fluxos de caixa descontados, por unidade geradora de caixa, com o respectivo valor contábil da unidade geradora de caixa, incluindo o valor do ativo; (v) avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre as premissas mais sensíveis utilizadas no teste de recuperação, ou seja, aquelas que tem efeito mais significativo na determinação do valor recuperável do ativo. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste anual de valor recuperável do ativo, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios</p> </td> </tr> <tr> <td colspan="8"> <p>e premissas de valor recuperável do ativo adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 11, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.</p> <p><b>Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:</b> As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p> <p><b>Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:</b> A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.</p> <p><b>Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:</b> A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board (IASB)</i>, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.</p> <p><b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:</b> Nossa opinião sobre a adequação razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são</p> </td> </tr> <tr> <td colspan="8"> <p>consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obt</p></td></tr></tbody></table>										DIRETORIA:		Emílio Sanches Salgado Junior		Daniel Henrique Nogueira Soraggi e Castro		CONTADORA: Marieli Gobetti Bellini - CRC SP.297.731/0-9		<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas</b>								<p>Aos Administradores e Acionistas da <b>Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A.</b>, São Paulo - SP</p> <p><b>Opinião:</b> Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada de 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo representados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis. Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.</p> <p><b>Principais assuntos de auditoria:</b> Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com o todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.</p> <p><b>Reconhecimento de receita:</b> A Companhia e suas controladas reconhecem receita decorrente da prestação de serviços de estacionamento de veículos a clientes rotativos ou mensais,</p>								<p>de administração de estacionamentos e da exploração de áreas de zona azul. A receita por estabelecimento (estacionamento) é bastante pulverizada. Os critérios de reconhecimento de receitas e montantes registrados (total da receita) estão divulgados na nota explicativa 2.7. Esse item foi considerado um dos principais assuntos para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos, volume de transação e natureza das operações, bem como principalmente pela diversidade nos meios de recebimento e multiplicidade na geração destas receitas e a dependência de seus respectivos controles internos envolvidos no reconhecimento de receita.</p> <p><b>Como nossa auditoria tratou esse assunto:</b> Nossos procedimentos de auditoria, visando confirmar o adequado reconhecimento dessas receitas, incluíam, dentre outros: (i) entendimento dos controles internos implementados pela Companhia para o processo de reconhecimento das diferentes receitas por natureza e localidades; (ii) a avaliação das políticas contábeis de reconhecimento de receitas da Companhia e suas controladas; e a adequação destas políticas em relação às normas contábeis vigentes; (iii) teste documental, por amostragem, de transações de serviços realizadas para avaliar se as receitas foram reconhecidas com exatidão de valores e no período de competência adequado; (iv) testes específicos de acurácia sobre as transações de receitas de mensalistas e de serviços. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento de receita da Companhia e suas controladas, derivadas da prestação de serviços de estacionamento de veículos a clientes rotativos ou mensais, de administração de estacionamentos e da exploração de áreas de zona azul, para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.</p> <p><b>Avaliação do valor recuperável do ativo:</b> A Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2022, conforme nota explicativa 11, saldo de ativo de R\$162.109 mil (consolidado) e R\$109.368 mil (controladora) representando 6,4% e 7,9% do total do ativo consolidado e da controladora, respectivamente. Nos termos das práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, a Companhia e suas controladas avaliam, anualmente, o valor recuperável do ativo para determinar se houve perda no valor recuperável. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido à magnitude dos valores envolvidos e a avaliação envolver julgamentos significativos por parte da diretoria da Companhia na determinação das premissas utilizadas nas projeções dos fluxos de caixa, incluindo taxas de crescimento e de desconto.</p> <p><b>Como nossa auditoria tratou esse assunto:</b> Nossos procedimentos de auditoria para avaliar o teste anual de valor recuperável do ativo, incluíam, dentre outros: (i) a avaliação dos critérios utilizados para identificação e mensuração do valor recuperável das unidades geradoras de caixa da Companhia e suas controladas; (ii) com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos o modelo de fluxo de caixa descontado e as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas, especificamente as projeções de taxas de crescimento, taxas de desconto, resultados e margens projetados comparando com informações macroeconômicas, da indústria e relatados de analistas; (iii) comparamos os orçamentos preparados e aprovados, pela Companhia e suas controladas, no exercício anterior com seus valores reais com o objetivo de avaliar a precisão histórica do processo de elaboração dos orçamentos por parte da diretoria; (iv) comparamos o valor recuperável apurado pela diretoria, com base nos fluxos de caixa descontados, por unidade geradora de caixa, com o respectivo valor contábil da unidade geradora de caixa, incluindo o valor do ativo; (v) avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre as premissas mais sensíveis utilizadas no teste de recuperação, ou seja, aquelas que tem efeito mais significativo na determinação do valor recuperável do ativo. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste anual de valor recuperável do ativo, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios</p>								<p>e premissas de valor recuperável do ativo adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 11, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.</p> <p><b>Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:</b> As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p> <p><b>Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:</b> A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.</p> <p><b>Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:</b> A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board (IASB)</i>, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.</p> <p><b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:</b> Nossa opinião sobre a adequação razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são</p>								<p>consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obt</p>																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
DIRETORIA:		Emílio Sanches Salgado Junior		Daniel Henrique Nogueira Soraggi e Castro		CONTADORA: Marieli Gobetti Bellini - CRC SP.297.731/0-9																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
<p>Aos Administradores e Acionistas da <b>Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A.</b>, São Paulo - SP</p> <p><b>Opinião:</b> Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada de 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo representados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis. Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.</p> <p><b>Principais assuntos de auditoria:</b> Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com o todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.</p> <p><b>Reconhecimento de receita:</b> A Companhia e suas controladas reconhecem receita decorrente da prestação de serviços de estacionamento de veículos a clientes rotativos ou mensais,</p>																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
<p>de administração de estacionamentos e da exploração de áreas de zona azul. A receita por estabelecimento (estacionamento) é bastante pulverizada. Os critérios de reconhecimento de receitas e montantes registrados (total da receita) estão divulgados na nota explicativa 2.7. Esse item foi considerado um dos principais assuntos para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos, volume de transação e natureza das operações, bem como principalmente pela diversidade nos meios de recebimento e multiplicidade na geração destas receitas e a dependência de seus respectivos controles internos envolvidos no reconhecimento de receita.</p> <p><b>Como nossa auditoria tratou esse assunto:</b> Nossos procedimentos de auditoria, visando confirmar o adequado reconhecimento dessas receitas, incluíam, dentre outros: (i) entendimento dos controles internos implementados pela Companhia para o processo de reconhecimento das diferentes receitas por natureza e localidades; (ii) a avaliação das políticas contábeis de reconhecimento de receitas da Companhia e suas controladas; e a adequação destas políticas em relação às normas contábeis vigentes; (iii) teste documental, por amostragem, de transações de serviços realizadas para avaliar se as receitas foram reconhecidas com exatidão de valores e no período de competência adequado; (iv) testes específicos de acurácia sobre as transações de receitas de mensalistas e de serviços. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento de receita da Companhia e suas controladas, derivadas da prestação de serviços de estacionamento de veículos a clientes rotativos ou mensais, de administração de estacionamentos e da exploração de áreas de zona azul, para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.</p> <p><b>Avaliação do valor recuperável do ativo:</b> A Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2022, conforme nota explicativa 11, saldo de ativo de R\$162.109 mil (consolidado) e R\$109.368 mil (controladora) representando 6,4% e 7,9% do total do ativo consolidado e da controladora, respectivamente. Nos termos das práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, a Companhia e suas controladas avaliam, anualmente, o valor recuperável do ativo para determinar se houve perda no valor recuperável. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido à magnitude dos valores envolvidos e a avaliação envolver julgamentos significativos por parte da diretoria da Companhia na determinação das premissas utilizadas nas projeções dos fluxos de caixa, incluindo taxas de crescimento e de desconto.</p> <p><b>Como nossa auditoria tratou esse assunto:</b> Nossos procedimentos de auditoria para avaliar o teste anual de valor recuperável do ativo, incluíam, dentre outros: (i) a avaliação dos critérios utilizados para identificação e mensuração do valor recuperável das unidades geradoras de caixa da Companhia e suas controladas; (ii) com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos o modelo de fluxo de caixa descontado e as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas, especificamente as projeções de taxas de crescimento, taxas de desconto, resultados e margens projetados comparando com informações macroeconômicas, da indústria e relatados de analistas; (iii) comparamos os orçamentos preparados e aprovados, pela Companhia e suas controladas, no exercício anterior com seus valores reais com o objetivo de avaliar a precisão histórica do processo de elaboração dos orçamentos por parte da diretoria; (iv) comparamos o valor recuperável apurado pela diretoria, com base nos fluxos de caixa descontados, por unidade geradora de caixa, com o respectivo valor contábil da unidade geradora de caixa, incluindo o valor do ativo; (v) avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre as premissas mais sensíveis utilizadas no teste de recuperação, ou seja, aquelas que tem efeito mais significativo na determinação do valor recuperável do ativo. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste anual de valor recuperável do ativo, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios</p>																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
<p>e premissas de valor recuperável do ativo adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 11, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.</p> <p><b>Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:</b> As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p> <p><b>Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:</b> A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.</p> <p><b>Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:</b> A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board (IASB)</i>, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.</p> <p><b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:</b> Nossa opinião sobre a adequação razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são</p>																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
<p>consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obt</p>																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		

## SANESALTO SANEAMENTO S.A.

C.N.P.J. 02.724.983/0001-34

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

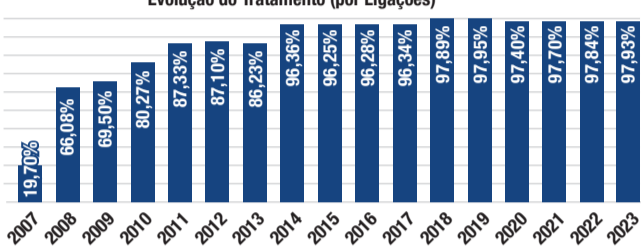
## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados(as) Senhores(as) acionistas e demais interessados: A Sanesalto Saneamento S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, detentora do Contrato de Concessão de Tratamento de Esgoto da cidade de Salto - SP. A Companhia, vencedora do processo licitatório, além de construir e operar o sistema de tratamento de esgoto do município, realiza toda a gestão do sistema comercial e atendimento ao cliente do serviço de água e esgoto, tratando 98% do esgoto coletado no município. Além do investimento na estação de tratamento, a Sanesalto realizou todo o investimento em interceptores e estações elevatórias para coletar e transportar o esgoto para tratamento. O Rio Tietê, verdadeiro patrimônio natural e cultural dos brasileiros, nasce limpo e cristalino no município de Salinópolis, Estado de São Paulo, e passa por Salto como médio Tietê. Em seu percurso de 1.101 km até o Rio Paraná, o Salto com o Divulgo do Sul, o Tietê percorre diversas cidades, servindo muitas vezes como um verdadeiro depósito de lixo e de efluentes: somados, o rio e seus afluentes recebem 3 bilhões de litros de esgoto por dia. A Sanesalto investiu em uma infraestrutura de saneamento básico que respeita as águas do Rio Tietê e de seu afluente, o Rio Jundiá. Agora, ao passar por Salto, o Tietê recebe somente esgoto tratado, representando um exemplo a ser seguido por outros municípios.



Entre os anos de 2004 e 2007, a Sanesalto implantou o sistema de tratamento de esgoto e iniciou os serviços com cobertura de 60% do Município. Entre 2007 e 2018, a Companhia expandiu os serviços até completar cobertura de tratamento na totalidade das bacias previstas em contrato.

Evolução do Tratamento (por Ligações)



## Premiações

Em 2018, fruto das boas práticas operacionais da Companhia e como reconhecimento à evolução do tratamento de esgoto do Município de Salto, a Sanesalto recebeu o Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento (PNOS) 2018, outorgado pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES). O Prêmio é considerado o mais importante do setor na América Latina e avalia a implantação de boas práticas na gestão do saneamento.

Na categoria "As melhores em gestão no saneamento ambiental", com seis níveis de reconhecimento, a Sanesalto venceu nesse ano, em sua primeira participação, o nível Cobre. No mês de março de 2023 fomos citados no ranking do Instituto Trata Brasil como sendo um município que contém um indicador acima da média no tratamento do esgoto, atualmente temos 98% do esgoto coletado e tratado. A média para as 20 cidades mais populosas do país, de acordo com o Instituto, é de 80,6%.

## DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

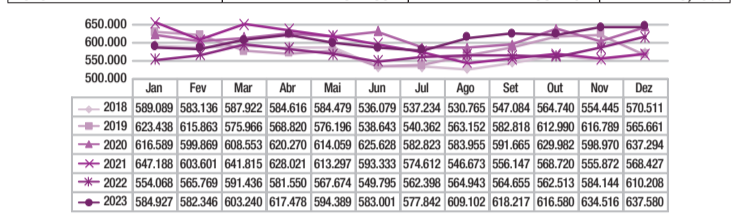
O emprego do novo sistema comercial em agosto de 2021, em conjunto com o uso do smartphone, trouxe tecnologia embarcada para evidenciar desvios de consumo e indícios de irregularidades no processo de leitura, além de fomentar a preservação e o uso consciente da água.

A Companhia observou em 2021 o crescimento de 3% em economias de esgoto, fruto da expansão no número de habitantes e na verificação das residências no município. O mesmo ocorreu no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 encerrando em 2,82%. E para o período de 2023 findo em 31 de dezembro apresentamos um crescimento de 3,79%, conforme apresentação no gráfico abaixo:

ANO	Economias de Água		Economias de Água		CRESCIMENTO ANUAL %
	JANEIRO	DEZEMBRO	JANEIRO	DEZEMBRO	
2018	45.150	47.225	45.150	47.225	4,60%
2019	47.225	50.183	47.225	50.183	6,26%
2020	50.183	51.899	50.183	51.899	3,42%
2021	52.026	53.459	52.026	53.459	2,75%
2022	53.672	55.085	53.672	55.085	2,63%
2023	55.237	57.257	55.237	57.257	3,66%

ANO	Economias de Esgoto		Economias de Esgoto		CRESCIMENTO ANUAL %
	JANEIRO	DEZEMBRO	JANEIRO	DEZEMBRO	
2018	41.203	43.098	41.203	43.098	4,60%
2019	43.098	46.568	43.098	46.568	8,05%
2020	46.568	48.368	46.568	48.368	3,87%
2021	48.491	49.990	48.491	49.990	3,09%
2022	50.191	51.605	50.191	51.605	2,82%
2023	51.758	53.720	51.758	53.720	3,79%



## BALANÇO PATRIMONIAL - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022	Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2023	31/12/2022
<b>Circulante</b>		<b>15.683</b>	<b>14.271</b>	<b>Circulante</b>		<b>12.569</b>	<b>14.271</b>
Caixa e equivalentes de caixa	9	1.914	1.232	Debêntures	15	8.531	8.369
Contas a receber de consumidores	10	6.095	5.701	Fornecedores	16	101	1.450
Tributos a recuperar		7	9	Passivo de arrendamentos	14.b	51	84
Créditos Tributários - Partes Relacionadas	11.1	5.763	6.869	Pessoal e encargos sociais a pagar	10	410	351
Adiantamentos - Partes relacionadas	11.2	1.850	-	Encargos tributários a pagar	17	272	243
Demais contas a receber		54	460	Imposto de renda e contribuição social a pagar	31	1.626	1.089
<b>Não circulante</b>		<b>32.108</b>	<b>35.295</b>	Impostos e contribuições parcelados	18	736	884
Títulos e Valores Mobiliários	12	3.518	2.939	Dividendos a pagar	21.5	542	728
Contribuição social diferida	31	151	469	Demais contas a pagar	19	542	1.453
Demais contas a receber		20	1	<b>Não circulante</b>		<b>24.017</b>	<b>29.932</b>
Imobilizado		45	63	Debêntures	16	20.435	28.313
Intangível	13	28.335	31.717	Passivo de arrendamentos	14.b	-	51
Direito de uso	14.a	39	106	Impostos e contribuições parcelados	18	352	869
<b>Total do ativo</b>		<b>47.791</b>	<b>49.566</b>	Dividendos propostos	21.5	1.820	-
				Impostos e contribuições diferidos	31	591	-
				Provisões para demandas judiciais	20	619	699
				<b>Patrimônio líquido</b>		<b>11.205</b>	<b>5.363</b>
				Capital social	21	5.353	50
				Reserva legal	21.2	393	10
				Reserva de retenção de lucros	21.3	5.459	5.303
				<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>47.791</b>	<b>49.566</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Execícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)			
	Notas	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receita líquida dos serviços prestados</b>		<b>22</b>	<b>35.812</b>
Custo dos serviços prestados	23	(9.469)	(8.589)
<b>Lucro bruto</b>		<b>26.343</b>	<b>21.685</b>
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(9.026)</b>	<b>(11.110)</b>
Despesas gerais e administrativas	24	(7.828)	(9.700)
Despesas comerciais	25	(938)	(771)
Outros resultados operacionais	26	(260)	(642)
<b>Resultado operacional antes dos efeitos financeiros</b>		<b>17.317</b>	<b>10.572</b>
<b>Resultado financeiro</b>		<b>27</b>	<b>(6.530)</b>
Despesas financeiras		(6.049)	(6.981)
Receitas financeiras		419	362
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>11.687</b>	<b>3.953</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro</b>		<b>(4.025)</b>	<b>(1.039)</b>
Corrente	31	(3.972)	(1.595)
Diferido	31	(53)	554
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>7.662</b>	<b>2.914</b>
<b>Lucro por ação</b>			
Lucro básico por ação	30	3.4017	57.8852
Lucro diluído por ação	30	3.4017	57.8852

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Execícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)			
	Notas	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receita líquida dos serviços prestados</b>		<b>22</b>	<b>35.812</b>
Custo dos serviços prestados	23	(9.469)	(8.589)
<b>Lucro bruto</b>		<b>26.343</b>	<b>21.685</b>
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(9.026)</b>	<b>(11.110)</b>
Despesas gerais e administrativas	24	(7.828)	(9.700)
Despesas comerciais	25	(938)	(771)
Outros resultados operacionais	26	(260)	(642)
<b>Resultado operacional antes dos efeitos financeiros</b>		<b>17.317</b>	<b>10.572</b>
<b>Resultado financeiro</b>		<b>27</b>	<b>(6.530)</b>
Despesas financeiras		(6.049)	(6.981)
Receitas financeiras		419	362
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>11.687</b>	<b>3.953</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro</b>		<b>(4.025)</b>	<b>(1.039)</b>
Corrente	31	(3.972)	(1.595)
Diferido	31	(53)	554
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>7.662</b>	<b>2.914</b>
<b>Lucro por ação</b>			
Lucro básico por ação	30	3.4017	57.8852
Lucro diluído por ação	30	3.4017	57.8852

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Execícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2023	31/12/2022
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>		<b>7.662</b>	<b>2.914</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>7.662</b>	<b>2.914</b>
<b>Ajustes para reconciliar o resultado do exercício das atividades operacionais</b>			
Depreciação e amortização sobre intangível, imobilizado e direito de uso	12 e 13.1	3.475	3.477
Juros apropriados sobre debêntures	14.2	15.406	6.309
Juros apropriados sobre parcelamentos	26	153	222
Amortização do custo de captação sobre debêntures	14.2	112	112
Juros apropriados sobre arrendamento mercantil	13.2	5	22
Provisão (reversão) de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	9	69	(37)
Impostos diferidos	30	53	(554)
Rendimentos de títulos de dívida	26	(579)	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente	30	3.972	-
Provisão para provisão para contingências	19	120	699
<b>(Aumento) redução nos Ativos</b>		<b>(464)</b>	<b>(2.261)</b>
Demais contas a receber e adiantamentos	(1.114)	(292)	-
Créditos tributários	319	(382)	-
Títulos de valores mobiliários	-	131	-
<b>Aumento (redução) nos Passivos</b>			
Fornecedores	(1.349)	998	-
Encargos tributários a pagar	(1.037)	1.400	-
Salários e encargos sociais a pagar	59	82	-
Impostos e contribuições parcelados	(665)	(842)	-
Demais contas a pagar	(438)	1.191	-
Créditos Tributários - Partes Relacionadas	1.106	501	-
<b>16.865</b>		<b>13.690</b>	
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>		<b>14.2</b>	<b>(5.494)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>7.662</b>	<b>2.914</b>
<b>Ajustes para reconciliar o resultado do exercício das atividades operacionais</b>			
Depreciação e amortização sobre intangível, imobilizado e direito de uso	12 e 13.1	3.475	3.477
Juros apropriados sobre debêntures	14.2	15.406	6.309
Juros apropriados sobre parcelamentos	26	153	222
Amortização do custo de captação sobre debêntures	14.2	112	112
Juros apropriados sobre arrendamento mercantil	13.2	5	22
Provisão (reversão) de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	9	69	(37)
Impostos diferidos	30	53	(554)
Rendimentos de títulos de dívida	26	(579)	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente	30	3.972	-
Provisão para provisão para contingências	19	120	699
<b>(Aumento) redução nos Ativos</b>		<b>(464)</b>	<b>(2.261)</b>
Demais contas a receber e adiantamentos	(1.114)	(292)	-
Créditos tributários	319	(382)	-
Títulos de valores mobiliários	-	131	-
<b>Aumento (redução) nos Passivos</b>			
Fornecedores	(1.349)	998	-
Encargos tributários a pagar	(1.037)	1.400	-
Salários e encargos sociais a pagar	59	82	-
Impostos e contribuições parcelados	(665)	(842)	-
Demais contas a pagar	(438)	1.191	-
Créditos Tributários - Partes Relacionadas	1.106	501	-
<b>16.865</b>		<b>13.690</b>	
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>		<b>14.2</b>	<b>(5.494)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>7.662</b>	<b>2.914</b>
<b>Ajustes para reconciliar o resultado do exercício das atividades operacionais</b>			
Depreciação e amortização sobre intangível, imobilizado e direito de uso	12 e 13.1	3.475	3.477
Juros apropriados sobre debêntures	14.2	15.406	6.309
Juros apropriados sobre parcelamentos	26	153	222
Amortização do custo de captação sobre debêntures	14.2	112	112
Juros apropriados sobre arrendamento mercantil	13.2	5	22
Provisão (reversão) de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	9	69	(37)
Impostos diferidos	30	53	(554)
Rendimentos de títulos de dívida	26	(579)	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente	30	3.972	-
Provisão para provisão para contingências	19	120	699
<b>(Aumento) redução nos Ativos</b>		<b>(464)</b>	<b>(2.261)</b>
Demais contas a receber e adiantamentos	(1.114)	(292)	-
Créditos tributários	319	(382)	-
Títulos de valores mobiliários	-	131	-
<b>Aumento (redução) nos Passivos</b>			
Fornecedores	(1.349)	998	-
Encargos tributários a pagar	(1.037)	1.400	-
Salários e encargos sociais a pagar	59	82	-
Impostos e contribuições parcelados	(665)	(842)	-
Demais contas a pagar	(438)	1.191	-
Créditos Tributários - Partes Relacionadas	1.106	501	-
<b>16.865</b>		<b>13.690</b>	
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>		<b>14.2</b>	<b>(5.494)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>7.662</b>	<b>2.914</b>
<b>Ajustes para reconciliar o resultado do exercício das atividades operacionais</b>			
Depreciação e amortização sobre intangível, imobilizado e direito de uso	12 e 13.1	3.475	3.477
Juros apropriados sobre debêntures	14.2	15.406	6.309
Juros apropriados sobre parcelamentos	26	153	222
Amortização do custo de captação sobre debêntures	14.2	112	112
Juros apropriados sobre arrendamento mercantil	13.2	5	22
Provisão (reversão) de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	9	69	(37)
Impostos diferidos	30	53	(554)
Rendimentos de títulos de dívida	26	(579)	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente	30	3.972	-
Provisão para provisão para contingências	19	120	699
<b>(Aumento) redução nos Ativos</b>		<b>(464)</b>	<b>(2.261)</b>
Demais contas a receber e adiantamentos	(1.11		



## SANESALTO SANEAMENTO S.A.

C.N.P.J. 02.724.983/0001-34

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

-&gt; continuação

**b. Reserva legal:** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76 até o limite de 20% do capital social. No encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2022 a Companhia mantinha registrado a reserva de legal no valor de R\$ 10. Após a apuração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia constituiu o valor de R\$ 383 encerrando o exercício com R\$ 393. **c. Reserva de retenção de Lucros:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha saldo de R\$ 5.303, de reserva de retenção de lucros superior ao seu capital social, o que estava em desacordo com o previsto no artigo 199 da Lei 6.404/76. A administração propôs para a assembleia geral extraordinária o aumento de capital social através do saldo da reserva de retenção de lucros, os quais foram aprovados por unanimidade em 28 de abril de 2023. No encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, após a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios a Companhia alocou o valor de R\$ 5.459 em reserva de retenção de lucros. **d. Dividendo distribuído por ação:**

	31/12/2023	31/12/2022
Total de ações	50.341	50.341
Dividendos distribuídos	728	1.039
Dividendos por ação	1.4461	2.0639

**e. Dividendos mínimos obrigatórios:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do Lucro Líquido ajustado nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. Ao encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram provisionados dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 1.820 (R\$ 728 em 2022).

## 22. Receita líquida dos serviços prestados

	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta de serviços	38.726	32.803
Descontos e descontos	(96)	(427)
Impostos sobre a receita	(2.818)	(2.102)
	35.812	30.274

## 23. Custos dos serviços prestados

	31/12/2023	31/12/2022
Custos com materiais e insumos na operação de esgoto	(2.650)	(2.249)
Mão de obra na operação	(1.162)	(1.040)
Custos com serviços de terceiros na operação de esgoto	(2.275)	(1.917)
Amortização do intangível	(3.382)	(3.383)
	(9.469)	(8.589)

## 24. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(1.628)	(1.389)
Alugueis e locação	(116)	(483)
Serviços administrativos compartilhados (nota 5.2)	(3.750)	(4.685)
Honorários advocatícios	(627)	(1.080)
Honorários de consultorias e auditorias	(832)	(1.440)
Taxas de fiscalização e outorgas	(178)	(176)
Depreciação	(26)	(27)
Amortização do direito de uso	(67)	(67)
Despesas com viagem	(51)	(49)
Despesas com Informática (exceto folha de pagto.)	(105)	(97)
Impostos, taxas e contribuições	(161)	(112)
Outras despesas	(287)	(635)
	(7.828)	(9.700)

## 25. Despesas comerciais

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com pessoal	(392)	(348)
Perdas de créditos de liquidação duvidosa	(69)	38
Propaganda e publicidade	(134)	(75)
Despesas com informática	(287)	(280)
Outras despesas comerciais	(56)	(106)
	(938)	(771)

## 26. Outros resultados operacionais

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para contingências tributárias (a)	(120)	(69)
Multas sobre atraso de tributos	(5)	(30)
Impostos devidos de períodos anteriores	(137)	-
Outras receitas e despesas	2	87
	(260)	(642)

(a) Foi constituída a provisão contingências tributárias considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para possíveis processos onde exista expectativa de perda no âmbito tributário, referentes aos impostos de prestação de serviços continuados.

## 27. Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receitas Financeiras</b>		
Receitas com juros	419	362
<b>Despesas Financeiras</b>		
Juros e demais encargos sobre debêntures	(5.406)	(6.309)
Juros sobre arrendamentos	(5)	(22)
Outros juros e multas	(60)	(4)
Juros sobre parcelamentos de impostos	(153)	(222)
Amortização de custo de captação	(112)	(112)
Comissões e despesas bancárias	(195)	(195)
Outras despesas financeiras	(128)	(117)
	(6.049)	(6.981)
Resultado financeiro	(5.630)	(6.619)

## 28. Instrumentos financeiros

**(a) Análises dos instrumentos financeiros:** A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração. **(b) Categoria de instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização. O valor justo dos instrumentos financeiros, se aproxima do contábil no encerramento do período, motivo que só estão apresentados abaixo os valores contábeis, demonstrados a seguir:

		31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativos financeiros</b>	<b>Categoria</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor contábil</b>
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	1.914	1.232
Contas a receber	Custo amortizado	6.095	5.701
Partes relacionadas	Custo amortizado	7.613	6.869
Títulos de valores mobiliários	Custo amortizado	3.518	2.939
<b>Passivos financeiros</b>			
Fornecedores	Custo amortizado	101	1.450
Debêntures	Custo amortizado	29.266	36.702
Passivo de arredondamento		51	-

## 29. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. **(a) Risco de mercado: Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, assim como as debêntures, que podem afetar as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo. A Administração considerou o risco de redução do CDI em dois cenários, no cenário 1 considerou como projeção queda de 25% e no cenário 2 a queda de 50%. Para as variações da DI, considerou aumento de 25% e 50% respectivamente.

		Risco	31/12/2023	Cenário Provável	Projeção de mercado	Cenário 1	Cenário 2
<b>Transações</b>							
<b>Passivo financeiro</b>	Aumento DI						
Debêntures		29.266	12,12%	32.813	15,15%	33.700	18,18%
<b>Exposição líquida</b>							
Devido à natureza, complexidade e isolamento de uma única variável, as estimativas apresentadas podem não representar fielmente o valor da perda, caso a variável em questão tenha a deterioração apresentada. <b>Risco de taxa de câmbio:</b> A Companhia não realiza operações cambiais. <b>(b) Risco de crédito:</b> O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Vide nota explicativa 0. <b>(c) Risco de liquidez:</b> A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial, revisão tarifária.							

## 30. Resultado por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por Ação, as tabelas a seguir reconciliam o resultado aos montantes usados para calcular o lucro básico por ação:

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Lucro líquido do exercício</b>	7.662	2.914
Imposto de renda e contribuição social em circulação	(2.252)	541
<b>Resultado por ações - básico - R\$</b>	<b>3.4017</b>	<b>57.8852</b>
<b>Diluído:</b> O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias. A Companhia só possui uma classe de ação ordinária e não há ações ordinárias potenciais diluidoras ou opções que pudessem converter as ações preferenciais em ordinárias, portanto, o valor do lucro por ação diluído é igual ao básico.		
<b>Quantidade de ações</b>	<b>Avos</b>	<b>Avos</b>
50.341	04/12	12/12
3.353.441	08/12	-
Média ponderada de ações	2.252.408	50.341
<b>Lucro básico por ações (em reais)</b>	<b>3.4017</b>	<b>82.5570</b>

## 31. Imposto de Renda e Contribuição Social

Para o exercício de 2023 a administração da Companhia decidiu manter o regime tributário de Lucro Real. Em 31 de dezembro de 2023 o imposto de renda e contribuição social em circulação foi de R\$ 2.253 e R\$ 1.072 respectivamente (R\$ 769 e R\$ 270 respectivamente para o mesmo período de 2022). Em 2022, a Companhia reconheceu os tributos diferidos ativos sobre a totalidade da base de cálculo negativa de CSLL por atender as condições requeridas no CPC 32. Conforme a legislação fiscal, o prejuízo fiscal e a base de cálculo negativa de Contribuição Social não prescrevem. Entretanto, em períodos com lucros fiscais, somente 30% do lucro pode ser compensado com prejuízos fiscais de anos anteriores. A administração da Companhia mantém o controle do saldo da base negativa de CSLL que encerrou em R\$ 1.678 representando R\$ 151 de CSLL diferida para que seja utilizado nos exercícios futuros.

	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição social diferida (a)	151	469
<b>Passivo circulante</b>		
Imposto de renda	1.291	834
Contribuição social	335	255
	1.626	1.089

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Administradores e Acionistas da Sanesalto Saneamento S.A., Salto - São Paulo. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sanesalto Saneamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sanesalto Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

## Reconhecimento da receita de prestação de serviços de esgoto

## Veja as notas 6.1.6 e 21 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia celebrou contrato de concessão para estabelecer-se como concessionária para a prestação de serviço de tratamento e destino dos esgotos sanitários do Município de Salto - SP. O reconhecimento da receita é realizado quando há a prestação de serviço de esgoto e a receita é mensurada com base na tarifa cobrada por m³ de esgoto tratado, conforme preços especificados nos termos do contrato. As receitas de prestação de serviços de esgoto envolvem atenção significativa do auditor em função da relevância do saldo às demonstrações financeiras, do risco significativo relacionado ao risco das receitas não terem sido reconhecidas em seu respectivo período de competência em virtude das medições de consumo ocorrerem, em sua grande maioria, em data diferente do último dia do mês, e dada a importância do assunto para o entendimento das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Obtenção do entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receitas considerando a natureza da receita de prestação de serviços de esgoto e as características do contrato de concessão, entre outros;</li> <li>- Inspeção documental, com base em amostragem, das transações de receita ao longo do exercício, realizando a análise dos comprovantes de liquidação financeira para avaliar se representavam receitas incorridas; e</li> <li>- Análise das respectivas documentações suporte para avaliar se a receita foi reconhecida no momento da prestação de serviço e no período de competência correto.</li> </ul>

## Reconhecimento da receita de prestação de serviços de esgoto

## Veja as notas 6.1.6 e 21 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Em função do exposto acima e dos processos que suportam o reconhecimento da receita, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.	Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração e o reconhecimento da receita acima relatadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

**Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos - Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e as respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 25 de março de 2023, sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, nossas opiniões sobre as demonstrações financeiras não abrangem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante,

independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, colúbia, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar nossa opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas da comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Londrina, 27 de março de 2024

**KPMG**  
KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri  
Contador CRC PR-048555/O-2

**Blau Farmacêutica S.A.**

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 58.430.828/0001-60 - NIRE 35.300.416.406 | Código CVM nº 2462-7

**Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária a ser Realizada em 29 de Abril de 2024**

Convocamos os senhores acionistas da **Blau Farmacêutica S.A.**, sociedade por ações, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A" sob o código 2462-7, com sede na cidade de Cotia, Estado de São Paulo, na Rodovia Raposo Tavares, Km 30,5, nº 2.833, Unidade 1, Prédios 100/110, Barro Branco, CEP 06705-030, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.416.406 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 58.430.828/0001-60, ("Companhia"), a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2024, às 14:30 horas ("AGO"), de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 121 e do artigo 124, §2º a 6º, ambos da Lei nº 6.404/76 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações" e dos artigos §3º, I, e do artigo 226, §1º, da Resolução da CVM nº 81 de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81")) a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas e o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) deliberar sobre a proposta da Administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (iii) fixar a remuneração anual global dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024. **Informações Gerais:** Os acionistas poderão ser representados na AGO por procurador constituído nos termos do § 1º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

Os acionistas ou seus representantes legais deverão comparecer à AGO munidos de documentos que comprovem a sua identidade e/ou seus poderes, conforme o caso. Para participar, os acionistas deverão acessar o link: <https://assembleia.ten.com.br/389437806>, até o dia 27 de abril de 2024, preenchendo todas as informações solicitadas e fornecendo todos os documentos indicados abaixo neste Edital de Convocação e/ou na Proposta da Administração. Os acionistas que não realizarem o cadastro no prazo acima referido não poderão participar da AGO, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81. **Para pessoas físicas:** • Documento de identidade com foto do acionista; • Instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei e conforme as instruções previstas abaixo, se for o caso; • cópia de extrato emitido com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral, contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição financeira depositária; ou, em se tratando de acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas, extrato contendo a sua respectiva posição acionária, emitido em até 2 (dois) dias úteis anteriores à data da Assembleia Geral. **Para pessoas jurídicas:** • Último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista, devidamente registrados perante a autoridade competente; • Documento de identidade com foto do representante legal; • Instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei e conforme as instruções previstas abaixo, se for o caso; e • cópia de extrato emitido com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral, contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição financeira depositária; ou, em se tratando de acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas, extrato contendo a sua respectiva posição acionária, emitido em até 2 (dois) dias úteis anteriores à data da Assembleia Geral. **Para fundos de investimento:** • Último relatório consolidado do fundo, com comprovante de seu depósito no site da CVM; • Estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo, e documentos societários que comprovem os poderes de representação, devidamente registrados perante a autoridade competente; • Documento de identidade com foto do representante legal; • Instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei e conforme as instruções previstas abaixo, se for o caso; e • cópia de extrato emitido com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral, contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição financeira depositária; ou, em se tratando de acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas, extrato contendo a sua respectiva posição acionária, emitido em até 2 (dois) dias úteis anteriores à data da Assembleia Geral. Para aqueles acionistas que forem representados por procuração, além dos documentos indicados acima, deverão apresentar (i) cópia da procuração autenticada, quando não for apresentada com assinatura digital (por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e/ou por meio do portal "Gov.br"), a qual deverá ter sido outorgada há menos de 1 (um) ano, (ii) cópia do documento de identificação do procurador com foto; e (iii) cópia da documentação societária que comprovem os poderes dos (s) representante(s) legal(is) que outorgaram a procuração em nome da pessoa jurídica, devidamente registrados perante a autoridade competente; e (iv) cópia de autenticada e tradução juramentada dos documentos acima indicados. Adicionalmente, observados os procedimentos previstos na Resolução CVM 81 e as instruções contidas na Proposta da Administração para a AGO ora convocada, o acionista também poderá exercer o direito de voto por meio de preenchimento e entrega do Boletim de Voto a Distância disponibilizado pela Companhia nos websites da própria Companhia (<http://www.blau.com.br>), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (<https://b3.com.br>) e da CVM (<https://www.gov.br/cvm/>). As instruções detalhadas para participação na AGO, bem como todos os documentos pertinentes à ordem do dia a serem analisados ou discutidos na AGO, incluindo este Edital de Convocação, a Proposta da Administração, bem como aqueles exigidos nos termos do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações e na forma da Resolução CVM 81 encontram-se disponíveis aos Acionistas, a partir desta data, na sede social da Companhia, na página de relações de investidores da Companhia (<https://www.blau.com.br/>), na página da B3 (<https://b3.com.br/>) e na página <https://www.gov.br/cvm/>.

Cotia, 27 de março de 2024. **Rodolfo Alfredo Gerado Hahn** - Presidente do Conselho de Administração**Credz S.A. Instituição de Pagamento**

CNPJ 12.109.247/0001-20 - NIRE JUCEPS 35.300.516.451

**Convocação de Assembleia Geral Extraordinária**

Ficam os Srs. Acionistas convocados para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada em 05/04/2024, às 9h, exclusivamente por videoconferência, por meio da Plataforma Teams, que será considerada realizada na sua sede social, situada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1309, 11º andar, Jardim Paulista, São Paulo/SP, CEP 01452-002, para apreciar a seguinte Ordem do Dia: Análise, discussão e deliberação, acerca das seguintes matérias: (i) ratificação, pelos Acionistas, da celebração da Companhia, com a **DM Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento** e Outras, do Acordo de Transação em 18/03/2023, e do respectivo Primeiro Aditamento ao Acordo de Transação, em 22/03/2024; (ii) autorização para que os Diretores da Companhia adotem todas as medidas necessárias para a implementação da Transação, podendo assinar todo e qualquer documento, desde que não alterem o objeto da Transação; e (iii) deliberação a respeito da alteração do objeto social da Companhia, de modo a ajustá-lo aos termos e condições do Contrato de Prestação de Serviços a ser celebrado com a DM Financeira, por ocasião do fechamento da operação, cuja minuta acompanha o Primeiro Aditamento ao Acordo de Transação, com o anexo G, e consequente alteração do Artigo 3º do Estatuto Social. A Assembleia será realizada de forma eletrônica, por videoconferência, conforme os dados de conexão a seguir, cuja respectiva senha de acesso será encaminhada nesta data, via e-mail, aos Acionistas: **ID da reunião 278 403 646 389**. A Companhia admitirá voto à distância, conforme o Boletim de Voto a Distância a ser enviado por e-mail, nesta data, aos Acionistas. O Boletim de Voto a Distância deverá ser enviado por e-mail, ao endereço eletrônico [ca@credz.com.br](mailto:ca@credz.com.br), juntamente com os documentos que comprovem a representação dos respectivos signatários, até **23:59:59 do dia 31/03/2024**. A Companhia esclarece que serão considerados presentes na Assembleia os Acionistas que enviarem seu Boletim de Voto à Distância dentro do prazo estabelecido, ou comparecerem, de forma eletrônica, na data da realização da Assembleia. São Paulo, 28/03/2024. **Diretora**.

**ONCOCLÍNICAS DO BRASIL SERVIÇOS MÉDICOS S.A.**

Companhia Aberta - CVM nº 2612-3 CNPJ/MF nº 12.104.241/0004-02

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **OncoClínicas do Brasil Serviços Médicos S.A.** ("Companhia") para se reunirem nas assembleias gerais ordinária e extraordinária, a serem realizadas, conjuntamente, às 9h00min do dia 29 de abril de 2024, ("Assembleia") no auditório do prédio da Companhia, localizada na Avenida Paulista, nº 1309, no bairro Kubitschek, nº 514, Vila Nova Conquistadora, CEP 04543-906, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas dos relatórios dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) fixar a remuneração global dos administradores e dos membros do Conselho de Administração; (iii) deliberação sobre a proposta da Administração para a alteração do Plano de Opções de Compra de Ações e do Plano de Ações Restritas; (iv) deliberar acerca da independência do Sr. Marcelo Del Vigna, candidato para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (v) eleger o Sr. Marcelo Del Vigna, para o cargo de membro independente do Conselho de Administração da Companhia, por um prazo de mandato de 2 (dois) anos; (vi) deliberação a respeito da alteração do objeto social da Companhia, de modo a ajustá-lo aos termos e condições do Contrato de Prestação de Serviços a ser celebrado com a DM Financeira, por ocasião do fechamento da operação, cuja minuta acompanha o Primeiro Aditamento ao Acordo de Transação, com o anexo G, e consequente alteração do Artigo 3º do Estatuto Social. A Assembleia será realizada de forma eletrônica, por videoconferência, conforme os dados de conexão a seguir, cuja respectiva senha de acesso será encaminhada nesta data, via e-mail, aos Acionistas: **ID da reunião 278 403 646 389**. A Companhia admitirá voto à distância, conforme o Boletim de Voto a Distância a ser enviado por e-mail, nesta data, aos Acionistas. O Boletim de Voto a Distância deverá ser enviado por e-mail, ao endereço eletrônico [ca@oncoclinicas.com.br](mailto:ca@oncoclinicas.com.br), juntamente com os documentos que comprovem a representação dos respectivos signatários, até **23:59:59 do dia 31/03/2024**. A Companhia esclarece que serão considerados presentes na Assembleia os Acionistas que enviarem seu Boletim de Voto à Distância dentro do prazo estabelecido, ou comparecerem, de forma eletrônica, na data da realização da Assembleia. São Paulo, 28/03/2024. **Diretora**.

David Castelblanco  
Presidente do Conselho de Administração**CAPITALPART PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ/MF nº 02.591.787/0001-39 - NIRE 35300479017

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Ficam os senhores acionistas de **CapitalPart Participações S.A.** ("Companhia") convocados para se reunir em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia") a realizar-se no dia 29 de abril de 2024, às 11 horas, na sede social da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2277, 21º andar, conjunto 2101, CEP 01452-000, Jardim Paulista, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras do Relatório do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) Destinação dos resultados apurados ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (iii) Fixação do número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato; (iv) Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e (v) Fixação do limite do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024. **Instruções Gerais:** Poderão participar da Assembleia ora convocada os titulares de ações emitidas pela Companhia e escrituradas em seu nome na instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escrituradas da Companhia. Itau Corretora de Valores S.A., consoante dispõe o artigo 126 da Lei nº 6.404/76. Os acionistas deverão apresentar, quando da assinatura do Livro de Presença de Acionistas, os documentos listados abaixo, além daqueles indicados no item de Instruções Especiais deste edital: • Comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia com até 2 (dois) dias de antecedência da data de realização da Assembleia. • Caso o acionista seja representado por procurador, este deverá apresentar-se no local de realização da Assembleia com antecedência ao horário de início indicado no Edital de Convocação, portando documento de identificação com foto e assinatura digital. Os documentos necessários para a participação na Assembleia, outorgados nos termos do art. 126 da Lei das S.A., **Instruções Especiais:** Os acionistas deverão apresentar, adicionalmente, quando da assinatura do Livro de Presença de Acionistas, os documentos listados abaixo: - Acionistas Pessoas Físicas • Documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou, ainda, carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas). - Acionistas Pessoas Jurídicas • Cópia autenticada do último estatuto social ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores, ata de eleição dos membros do conselho de administração (ata de eleição dos diretores, ata de eleição dos membros do conselho de administração, se houver, e/ou procuração). Toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária encontra-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e nos websites da Companhia (<https://mig-capitalpartparticipacoes.mz-sites.com/>) e da CVM (<http://www.gov.br/cvm/pt-br>). São Paulo, 27 de março de 2024. **José Carlos Rodrigues Rosa** - Diretor de Relação com Investidores.

**MPM Corpóreos S.A.**

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 26.659.601/0001-59 - NIRE 35.300.498.607 | Código CVM nº 02544-5

**Edital de Convocação****Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 30 de Abril de 2024**

**MPM Corpóreos S.A.** ("Companhia") vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A.") e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("RCVM 81"), convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada em 30 de abril de 2024, às 11h, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Paulista, nº 1309, no bairro Kubitschek, nº 514, Vila Nova Conquistadora, CEP 04543-906, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberar sobre as seguintes matérias: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Comitê de Auditoria Não Estatutário e do parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) a proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iv) a fixação do número de membros do Conselho de Administração; (v) a eleição dos membros do Conselho de Administração; (vi) a caracterização dos membros independentes do Conselho de Administração; (vii) a fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2024; **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) o Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia; (ii) a alteração do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia; (iii) a reforma do Estatuto Social da Companhia, com vistas a: (a) ajustar previsões estatutárias às normas legais e regulamentares; (b) realizar aprimoramentos e simplificações; (c) readotar dispositivos para melhor organização dos assuntos; (d) atualizar a capital social da Companhia, considerando aumentos de capital realizados dentro do limite do capital autorizado; (e) alterar previsão de reembolso das ações; (f) ajustar as regras de convocação e realização das assembleias gerais; (g) ajustar as regras, organização, composição e substituição dos membros do Conselho de Administração, bem como para a realização e participação nas reuniões do Conselho de Administração; (h) aumentar de limite de capital autorizado e aprimorar regras relacionadas ao capital autorizado; (i) ajustar, incluir e excluir competências do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; (j) ajustar as regras de organização e substituição dos membros do Diretoria e ajustar as competências dos Diretores; (k) ajustar regras de representação da Companhia; (l) ajustar regras de composição, organização, funcionamento e remuneração do Conselho Fiscal; (m) ajustar regras relativas à destinação do lucro líquido; (n) ajustar regras relativas a levantamento de balanços e demonstrações financeiras intermediárias e a distribuições intercalares e intermediárias; (o) criar reserva estatutária; (p) excluir de cláusulas transitórias obsoletas; (q) incluir, excluir e renomear os dispositivos; e (iv) a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Estatuções:** Para participação na Assembleia, o acionista deverá apresentar, quando da assinatura do Livro de Presença de Acionistas, os seguintes documentos: (i) "Ten Meetings" ("Plataforma Digital"), conforme link disponível na Proposta da Administração e realizar o *upload* dos documentos necessários para participação na Assembleia, até 28 de abril de 2024 ("Cadastro"). Depois do credenciamento na Plataforma Digital, o acionista receberá confirmação do Cadastro enviada pela Plataforma Digital, com as informações para acesso ao sistema eletrônico para participação na Assembleia, o que não implica a aprovação da documentação enviada para a participação, a qual caberá à Companhia. Após a aprovação pela Companhia da documentação enviada para a participação, o acionista receberá da Companhia uma cópia de credenciamento para participação na Assembleia por meio do seu e-mail utilizado para o preenchimento de seu Cadastro conforme acima. Em caso de necessidade de complementação documental e/ou esclarecimentos adicionais em relação aos documentos enviados para fins do Cadastro realizado na Plataforma Digital, a Companhia entrará em contato com o acionista (ou seu respectivo procurador, conforme o caso) para solicitar tal complementação documental e/ou esclarecimentos adicionais em tempo hábil que permita o envio das informações e a liberação para acesso à Plataforma Digital, desde que o acionista tenha realizado o Cadastro e enviado a documentação em prazo adequado para tanto. Nos termos do artigo 6º, § 3º, da RCVM 81, a Companhia esclarece que, caso não seja realizado o Cadastro pelo acionista (ou seu respectivo procurador, conforme o caso) para participar da Assembleia, nos termos acima estabelecidos, ou caso não sejam atendidas as solicitações de complementação documental e/ou esclarecimentos adicionais que sejam solicitadas pela Companhia, de forma a atestar a regularidade dos documentos, da condição de acionista e de representação do acionista, até o dia 28 de abril de 2024, não será possível a participação do acionista na Assembleia. As informações e orientações para acesso à Plataforma Digital, incluindo, mas sem limitação, a senha de acesso, são únicas e intransferíveis, assumindo o acionista (ou seu respectivo procurador, conforme o caso) integral responsabilidade sobre a posse e sigilo das informações e orientações que lhe forem transmitidas pela Companhia nos termos da Proposta da Administração para a Assembleia. Caso o acionista não receba informações e confirmações para participação na Assembleia, conforme acima indicadas, com até 24 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, com até, no máximo, 8 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderão participar da Assembleia os acionistas que não efetuarem o Cadastro e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso na forma e prazo previstos acima. Na data da Assembleia, o registro da presença do acionista somente se dará mediante o acesso do sistema eletrônico, conforme instruções e nos horários e prazos divulgados pela Companhia. Nos termos do art. 126, da Lei das S.A., para participar da Assembleia, no momento do Cadastro, os acionistas deverão apresentar à Companhia, mediante *upload* na Plataforma Digital, cópia digitalizada dos seguintes documentos: (I) caso o acionista seja pessoa física, documento de identificação da Companhia, bem como o caso de seu representante; (II) comprovante da participação acionária na Companhia emitido pela instituição depositária com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à realização da Assembleia; (iii) caso o acionista seja pessoa jurídica, os atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante; (iv) se aplicável, instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a sua representação caberá à instituição administradora ou gestora, observando o disposto no regulamento do fundo, pelo representante do administrador ou gestor do fundo, além dos documentos e informações acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar, além dos documentos, cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado, quando aplicável. A outorga de poderes de representação para participação na Assembleia deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das S.A. e, em cumprimento ao disposto no Código Civil, deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, e com firma reconhecida pelo outorgante, sendo admitida assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. As pessoas naturais deverão apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a sua representação caberá à instituição administradora ou gestora, observando o disposto no regulamento do fundo, pelo representante do administrador ou gestor do fundo, além dos documentos e informações acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar, além dos documentos, cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado, quando aplicável. A outorga de poderes de representação para participação na Assembleia deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das S.A. e, em cumprimento ao disposto no Código Civil, deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, e com firma reconhecida pelo outorgante, sendo admitida assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Os atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante; (iv) se aplicável, instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a sua representação caberá à instituição administradora ou gestora, observando o disposto no regulamento do fundo, pelo representante do administrador ou gestor do fundo, além dos documentos e informações acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar, além dos documentos, cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado, quando aplicável. A outorga de poderes de representação para participação na Assembleia deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das S.A. e, em cumprimento ao disposto no Código Civil, deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, e com firma reconhecida pelo outorgante, sendo admitida assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Os atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante; (iv) se aplicável, instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. As pessoas naturais deverão apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a sua representação caberá à instituição administradora ou gestora, observando o disposto no regulamento do fundo, pelo representante do administrador ou gestor do fundo, além dos documentos e informações acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar, além dos documentos, cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado, quando aplicável. A outorga de poderes de representação para participação na Assembleia deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das S.A. e, em cumprimento ao disposto no Código Civil, deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, e com firma reconhecida pelo outorgante, sendo admitida assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Os atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante; (iv) se aplicável, instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. As pessoas naturais deverão apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a sua representação caberá à instituição administradora ou gestora, observando o disposto no regulamento do fundo, pelo representante do administrador ou gestor do fundo, além dos documentos e informações acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar, além dos documentos, cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado, quando aplicável. A outorga de poderes de representação para participação na Assembleia deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das S.A. e, em cumprimento ao disposto no Código Civil, deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, e com firma reconhecida pelo outorgante, sendo admitida assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Os atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante; (iv) se aplicável, instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Os atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante; (iv) se aplicável, instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Os atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante; (iv) se aplicável, instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Os atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante; (iv) se aplicável, instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Os atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante; (iv) se aplicável, instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Os atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante; (iv) se aplicável, instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Os atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante; (iv) se aplicável, instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Os atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante; (iv) se aplicável, instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Os atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante; (iv) se aplicável, instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Os atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante; (iv) se aplicável, instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Os atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante; (iv) se aplicável, instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Os atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante; (iv) se aplicável, instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Os atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante; (iv) se aplicável, instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Os atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante; (iv) se aplicável, instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Os atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante; (iv) se aplicável, instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Os atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante; (iv) se aplicável, instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Os atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante; (iv) se aplicável, instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Os atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante; (iv) se aplicável, instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Os atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante; (iv) se aplicável, instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Os atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante; (iv) se aplicável, instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Os atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante; (iv) se aplicável, instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Os atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante; (iv) se aplicável, instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Os atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante; (iv) se aplicável, instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Os atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante; (iv) se aplicável, instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Os atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante; (iv) se aplicável, instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Os atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante; (iv) se aplicável, instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Os atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante; (iv) se aplicável, instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Os atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante; (iv) se aplicável, instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Os atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante; (iv) se aplicável, instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Os atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante; (iv) se aplicável, instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Os atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante; (iv) se aplicável, instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Os atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante; (iv) se aplicável, instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Os atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante; (iv) se aplicável, instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Os atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante; (iv) se aplicável, instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Os atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante; (iv) se aplicável, instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Os atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante; (iv) se aplicável, instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Os atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante; (iv) se aplicável, instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil ou, ainda, por assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Os atos societários que comprovem a representação legal e documento de



### NASCENTES DO XINGÚ PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S.A.

CNPJ: 16.575.828/0001-08

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. São Paulo, 02/04/2024.

A Diretoria

Balanco patrimonial					Demonstrações de resultados									
em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)					Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)									
Ativos	Controladora		Consolidado		Passivos	Controladora		Consolidado		Receita operacional líquida	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	131	2.379	2.574	Fornecedores e empreiteiros	-	17.182	7.811	-	-	-	305.908	228.421	
Aplicações financeiras	110	-	1.039	6.972	Empréstimos e debêntures	107.186	3.918	111.543	-	-	-	(210.947)	(160.740)	
Contas a receber de clientes	-	-	38.190	40.036	Obrigações trabalhistas e sociais	187	187	5.365	4.420	-	-	94.961	67.681	
Contas correntes a receber de partes relacionadas	37.031	34.888	45.635	40.657	Obrigações fiscais	114	115	2.108	1.409	(569)	(1.575)	(29.227)	(17.640)	
Tributos a recuperar	426	966	545	2.132	Imposto de renda e contribuição social	-	14	1.991	1.386	-	-	-	-	
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	1.478	1.478	-	-	Parcelamentos de impostos	-	-	252	285	-	-	-	-	
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	768	315	Outras contas a pagar	48.361	39.956	67.389	58.984	-	-	-	973	
Outros créditos	152	14	1.741	1.525	Contas correntes a pagar para partes relacionadas	21	23	3.237	2.604	-	-	-	(227)	
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>39.201</b>	<b>37.477</b>	<b>90.297</b>	<b>94.211</b>	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>48.683</b>	<b>147.481</b>	<b>101.442</b>	<b>188.442</b>	<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>	<b>21.198</b>	<b>11.293</b>	<b>-</b>	
Adiantamento para futuro aumento de capital	39.881	39.881	-	-	Fornecedores e empreiteiros	-	-	3.438	4.010	<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos</b>	<b>20.629</b>	<b>9.718</b>	<b>66.480</b>	<b>50.858</b>
Debêntures privadas partes relacionadas	299.265	271.063	-	-	Empréstimos e debêntures	-	102.700	7.999	115.354	Receitas financeiras	28.323	28.114	12.575	15.756
Contas a receber de clientes	-	-	2.464	2.094	Parcelamentos de impostos	-	-	-	238	Despesas financeiras	(34.052)	(25.724)	(57.800)	(47.813)
Tributos a recuperar	-	-	46	46	Provisão para demandas judiciais	45	73	8.922	9.886	<b>Resultado financeiro</b>	<b>(5.729)</b>	<b>2.390</b>	<b>(45.225)</b>	<b>(32.057)</b>
Ativo fiscal diferido	-	-	13.394	3.899	Passivo fiscal diferido	-	-	14.050	19.436	<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>14.900</b>	<b>12.108</b>	<b>21.255</b>	<b>18.801</b>
Depósitos judiciais	178	178	1.079	1.038	Provisão para perdas em investimentos	17.876	15.180	-	-	Imposto de renda e contribuição social	222	(117)	7.361	(2.434)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	2.268	4.814	Outras contas a pagar	-	-	23.658	29.495	<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>15.122</b>	<b>11.991</b>	<b>28.616</b>	<b>16.367</b>
Outros créditos	-	-	2.175	2.177	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>17.921</b>	<b>118.175</b>	<b>58.067</b>	<b>171.419</b>	<b>Resultado atribuído para:</b>				
<b>Total do realizável a longo prazo</b>	<b>339.324</b>	<b>311.122</b>	<b>21.424</b>	<b>14.068</b>	<b>Total do passivo</b>	<b>66.604</b>	<b>265.656</b>	<b>159.509</b>	<b>359.861</b>	Acionistas controladores	15.122	11.991	15.122	11.991
Investimentos	108.908	84.761	-	-	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>420.829</b>	<b>167.704</b>	<b>420.829</b>	<b>167.704</b>	Acionistas não controladores	-	-	13.494	4.376
Imobilizado	-	-	26.904	25.635	Capital social	425.306	187.555	425.306	187.555	<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>15.122</b>	<b>11.991</b>	<b>28.616</b>	<b>16.367</b>
Ativo de contrato da concessão	-	-	81.653	46.143	Ajuste de avaliação patrimonial	(101)	(353)	(101)	(353)	<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>				
Intangível	-	-	391.966	365.920	Prejuízos acumulados	(4.376)	(19.498)	(4.376)	(19.498)	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)				
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>448.232</b>	<b>395.883</b>	<b>521.947</b>	<b>451.766</b>	<b>Patrimônio líquido atribuível aos controladores</b>	<b>420.829</b>	<b>167.704</b>	<b>420.829</b>	<b>167.704</b>	Controladora	2023	2022	2023	2022
<b>Total do ativo</b>	<b>487.433</b>	<b>433.360</b>	<b>612.244</b>	<b>545.977</b>	<b>Participação de não controladores</b>	<b>487.433</b>	<b>433.360</b>	<b>612.244</b>	<b>545.977</b>	Consolidado	2023	2022	2023	2022
					<b>Total do patrimônio líquido</b>					Lucro líquido do exercício	15.122	11.991	28.616	16.367
					<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>					Outros resultados abrangentes:				
										Valor justo de derivativos	298	(1.833)	298	(1.833)
										IR/CS sobre valor justo de derivativos	(46)	545	(46)	545
										<b>Resultado abrangente total</b>	<b>15.374</b>	<b>10.703</b>	<b>28.868</b>	<b>15.079</b>
										<b>Resultado abrangente atribuível aos:</b>				
										Acionistas controladores	15.374	10.703	15.374	10.703
										Acionistas não controladores	-	-	13.494	4.376
										<b>Resultado abrangente total</b>	<b>15.374</b>	<b>10.703</b>	<b>28.868</b>	<b>15.079</b>

Atribuível aos acionistas controladores					Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)										
Capital Social	Subscrito	Avaliação Patrimonial	Ajuste de (Prejuízos) Acumulados	Lucros Total	Participação de Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido	Controladora		Consolidado		Juros pagos	Controladora		Consolidado	
							2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022
Saldos em 1º de janeiro de 2022	187.555	-	935	(31.489)	157.001	14.036	-	-	-	-	(86.747)	(12.145)	(88.101)	(13.120)	
Valor justo de derivativos	-	-	(1.288)	-	(1.288)	-	-	-	-	-	(426)	(243)	(6.452)	(4.202)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	11.991	11.991	4.376	16.367	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>187.555</b>	<b>(353)</b>	<b>(19.498)</b>	<b>167.704</b>	<b>18.412</b>	<b>186.116</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
Aumento de capital social	237.751	-	-	-	237.751	-	237.751	-	-	-	-	-	-	-	
Valor justo de derivativos	-	-	252	-	252	-	252	-	-	-	-	-	-	-	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	15.122	15.122	13.494	28.616	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>425.306</b>	<b>(101)</b>	<b>(4.376)</b>	<b>420.829</b>	<b>31.906</b>	<b>452.735</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	

Notas Explicativas														
Contexto operacional: A Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em julho de 2012 com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, São Paulo - SP. Sua finalidade principal é e participar em outras sociedades e atuar como holding de 17 empresas que prestam serviços de fornecimento de água e tratamento dos esgotos nos municípios de Sorriso, Poconé, Primavera do Leste, Campo Verde, Marcelândia, Vera, União do Sul, São José do Rio Claro, Santa Carmem, Nortelândia, Pedra Preta, Jangada, Peixoto de Azevedo, Carilinda, Claudia, Jauru e Barra do Garças, todas no Estado do Mato Grosso. <b>Base de preparação:</b> As demonstrações financeiras individuais e consolidadas ("Grupo") foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). <b>Principais políticas contábeis:</b> Receita de contrato com cliente, Instrumentos financeiros e Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura.														
<b>Diretoria</b>														
Yaroslav Memrava Neto - Diretor da Companhia														
André Pires de Oliveira Dias - Diretor da Companhia														
<b>Contador:</b>														
Marcelo Bogas - CRC SP 253488/O-2														
<b>Resumo do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas</b>														
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas da Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A. ("Companhia") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis em sua sede. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 28 de março de 2024, sem modificações.														
As Demonstrações Financeiras completas, juntamente com Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. na data de 28 de março de 2024, sem ressalvas estão à disposição em sua sede.														
<b>Aviso:</b> As Demonstrações Financeiras estão à disposição em sua sede e, disponíveis também no endereço eletrônico do Jornal Diário Comercial <a href="https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal">https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal</a>														



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/88A2-8478-737C-2D3A> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 88A2-8478-737C-2D3A



### Hash do Documento

D526A199491B333962923AB24A3456C23302FA9AECFD50E27837347C99D40853

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 02/04/2024 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz - \*\*\*.729.427-\*\* em 02/04/2024 00:55  
UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -  
33.270.067/0001-03

